

MESTRADO
ARQUITETURA

Bocado-bocado:
Modos de pensar e fazer arquitetura e
urbanização

Henrique Varzielas Cruz

M
2025



Bocado-bocado: Modos de pensar e fazer
arquitetura e urbanização
Henrique Varzielas Cruz





Agradecimentos

À família e aos amigos, *descomplicam* os desafios da vida.

Ao Frederico, Maximino, Domingos, Catumbela, José Alfredo, Ifa, Joaquim, Kamboa, Caimia Manuel, Maria Nacamela, Teixeira, Andrade, Benvinda, Maria, Faustino, Paulo Kassoma, Fernando, Daniel, Toy, José, Rofino, Mingo, Tony, Cabeça, Mariana, Farias, Amaral.

A todas as pessoas que contribuem diariamente para que a FAUP seja *Escola* no pleno sentido da palavra.

Ao professor Nelson e ao ISPJP de Benguela, o Abel, João Daniel, e aos estudantes sempre interessados.

Ao professor Álvaro, por tanto que me ensinou e à amizade, e ao Nuno, pelo interesse e disponibilidade. Aos dois por esta viagem.

Resumo

O presente trabalho pretende lançar leituras sobre o fenómeno urbano correspondente à mancha de maior densidade populacional do Sul de Angola e a segunda maior do país, constituída pelas áreas administrativas do Lobito, Catumbela e Benguela. Ao longo dos diferentes momentos da história recente do país, tem se afirmado como uma região com enorme poder de atração humano, mas a relevância destes dados são só uma parte do interesse do caso. Este mosaico de processos urbanos tem na sua origem estratégias urbanas sofisticadas que lhe atribuem uma combinação de enorme potencial estratégico na mobilidade de pessoas e de capital, ao nível nacional e global e esse facto reflete-se de formas bem distintas entre os *bocados* do padrão que se forma. A densidade referida replicou-se em circunstâncias precárias e desadequadas à organização humana. Hoje, a maioria da população depende da sua própria *gestão da escassez* e acentuam-se formas de afastamento e contraste face a outras realidades, por vezes, muito próximas fisicamente.

O percurso da investigação focou-se na própria vida dos bairros, embora com incursões a outras escalas espaciais acompanhando a própria multi-escalaridade do fenómeno urbano (só assim se desconstroem as dinâmicas e complexidades atuais do urbano). A investigação distribuiu-se em três momentos distintos, e assim se sugere a sua disposição neste documento. Recorre-se à escala da vida e a sua relação com a casa, através de relatos testemunhados em trabalho de campo, para entender sobre sonhos e diferentes velocidades urbanas. Identificam-se temas comuns nesses relatos e assim se exploram dinâmicas a respeito do coletivo. Localiza-se então esta *peça no mosaico*, grande em número mas à margem dos grandes gestos económicos, geopolíticos e estratégicos, e assim com reduzido poder de modificar as circunstâncias.

Pretende-se assim promover uma reflexão sobre o papel da arquitetura na interpretação de modos urbanos complexos, heterogéneos e marcados por uma elevada vulnerabilidade face às condições de vida.

Palavras-chave: Casa, quintal, escassez, espaço público, mosaico urbano, processos urbanos, bairro, Corredor do Lobito

Abstract

This work seeks to develop readings on the urban phenomenon of the most densely populated area in southern Angola - and the country's second largest urban concentration - comprising the administrative territories of Lobito, Catumbela, and Benguela. Throughout various moments in the country's recent history, the region has asserted itself as a major hub of human attraction. However, this demographic relevance represents only part of the case's significance. The urban mosaic in question stems from sophisticated urban strategies that confer a combination of strategic potential in global mobility. This prominence, however, manifests in markedly different ways across the fragments of the emerging urban pattern. The mentioned density has reproduced itself under precarious conditions and within frameworks ill-suited to human organization. Today, most of the population depends on their own management of scarcity, and forms of detachment from alternative realities are increasingly evident.

The investigation proposes a research path focused on life within these neighbourhoods - while remaining broad and multi-scalar, as only such an approach can dismantle the current dynamics and complexities of the urban. The study unfolds across three distinct phases, which also structure the organisation of this document. By observing life at the scale of the home—through first-hand fieldwork testimonies—it explores aspirations and contrasting urban rhythms. Shared themes emerge from these accounts, allowing an exploration of collective dynamics. This piece is thus situated within the wider mosaic: large in population yet peripheral to the major economic, geopolitical and strategic forces—therefore with limited capacity to alter its own conditions.

The work aims to promote a reflection on the role of architecture in interpreting complex, heterogeneous urban modes that are deeply marked by vulnerability to precarious living conditions.

Keywords: House, backyard, scarcity, public space, urban mosaic, urban processes, neighbourhood, Lobito Corridor

Índice

Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	9
<i>Introdução</i>	13
Lobito, um Local Global	15
I. Das Formas aos Processos	17
II. Episódios recentes: Do Porto do Lobito ao CFB	53
III. Enquadramentos do Mosaico Urbano	69
<i>Capítulo 1: Bocado-bocado</i>	77
1.1 Urbanização acelerada, construção demorada, vida “nas calmas”	79
1.2 Etapas de Arquitetura e vida	83
O projeto casa de sonho	87
O projeto casa em suspenso	99
Os bocados finais do projeto casa	103
<i>Capítulo 2: Os animais foram à falência</i>	119
2.1 Os Limites do quintal	121
Redes transversais: Via pública e Água	133
2.2 Partilha de sentimento	141
2.3 Dinâmicas de espaços partilhados	153
Epílogo	169
Referências bibliográficas	172
Créditos das imagens	176

Introdução

Tenho em mim o Lobito nas suas diferentes faces.

A de um lugar novo visto pela ingenuidade de uma criança nas suas primeiras memórias. O primeiro “a luz foi!”, ao qual me fui habituando, silenciava a música religiosa dos vizinhos que inevitavelmente passei a decorar. As estradas onduladas que se compreendiam pela proximidade do mar, esta que me fazia acordar ao som abafado da buzina do primeiro navio da manhã, característica partilhada com o calor daquela luz madrugadora.

A de um lugar do conforto. Desconseguir não provar a manga fresca do matabicho, gesto de grandes sujidades que comprometia a farda escolar na impossibilidade de atrasos ao primeiro “Oh pátria” do hino nacional, inaugural de mais um turno matinal de aulas.

A de um lugar de partida e saudade. O desafio do conhecimento.

A de um lugar de revisita, reinterpretação de momentos. Tudo passa e pouco muda.

Este desafio ao qual me propus dá origem à presente dissertação, muito motivado pela curiosidade de intersetar os conhecimentos da formação académica com uma realidade tão diferente como familiar, de forma sistematizada. Levei então a cabo uma investigação cujo foco se foi definindo e adaptando, ao que se revelou relevante na área de estudo, nas circunstâncias locais e globais e nos próprios fundamentos teóricos.

O método partiu de casos-de-estudo, do trabalho de campo e posterior confronto com enquadramentos teóricos e conceituais relevantes. O presente documento é uma opção de disposição deste processo de investigação, tentando partir de princípios representativos do mesmo em linhas de raciocínio que possam promover discussão sobre o tema do urbano.

A estrutura da dissertação procura respeitar aquilo que foi a organização da investigação a partir do aprofundamento sobre a amostra.

- Primeiramente privilegiou-se um enquadramento dos diferentes fenómenos de maior relevância que foram surgindo, como pertencentes a um certo espaço-tempo e na sua interseção em contexto. É essa a leitura inicial que se sugere. Trata-se de uma espacialidade/temporalidade variável para explicar o mosaico territorial que caracteriza a urbanização de hoje e que teve um momento importante na estratégia colonial do final do sec. XIX no

contexto da “Corrida a África”, e que vem até hoje com outras partilhas, colonizações e corridas.

- Optou-se também por uma abordagem ao objeto de estudo que não seguisse aproximações mais convencionais, que não fosse uma monografia ou, no outro extremo, um estudo de caso para legitimar um enquadramento teórico genérico e pré-defindo.

- Recorre-se, por isso, num segundo momento, ao discurso direto e à comunicação fiel das dinâmicas de trabalho de campo, de forma a não perder nem as palavras, nem a espontaneidade, nem a genuinidade dos relatos e das sensações que constituem parte importante dos resultados.

- Foi por fim importante dar voz aos silêncios, as coisas que não se diziam por estarem inerentes a funcionamentos habituais próprios daqueles padrões sociais, mas cuja observação reforça muito o conhecimento do que se passa. Nesta forma de disposição da investigação, antecipam-se dois pontos que constituem desafios maiores.

- Intercalar num mesmo discurso as contribuições do trabalho de campo, mais heterogéneo e empírico, numa estrutura de argumentação assente em bases teóricas sólidas.

- Selecionar e dispor o conteúdo num fio condutor lógico, garantindo a coerência e profundidade necessárias, em detrimento de uma visão excessivamente generalista, tendencialmente espoletada por estas estratégias de investigação de tipo etnográfico integrando a visão dos próprios agentes de produção de território e sociedade.

Tudo isto para tentar ir ao essencial da arquitetura e da urbanização feita e pensada por quem a constrói; aos seus elementos mínimos, tentando desvelar o modo como a vida se manifesta nas coisas que fazemos e construímos. Por isso, esse método introduz-se nesta obra pelo sub-capítulo intitulado “Etapas da Arquitetura e Vida”. *Bocado-Bocado* é o que se percebe: coisas que se vão conseguindo, somatório de fragmentos nem sempre bem achados, circunstâncias que limitam os sonhos e desejos que criam circunstâncias para que se cumpram.

Considere-se a partir deste ponto o estudo de um Mosaico Urbano Lobito-Catumbela-Benguela, na sua diversidade de peças temporal, escalar, geográfica, mas que na sua simultaneidade constituem um mesmo padrão (conceito a ser aprofundado mais à frente).

Lobito, um Local Global

O crescimento avassalador das redes de infraestruturas e comunicação por onde circulam os fluxos de mercadorias, capital, informação, energia, força de trabalho, vão tomando configurações de extrema complexidade e sofisticação tecnológica, diminuindo custos de transação e fundindo o “local” com o “global”. Seguindo a linhagem teórica dos estudos urbanos que classifica a urbanização contemporânea como sendo planetária, uma proposta inicialmente apresentada por Henri Lefebvre nos anos 1960 e 1970 (Lefebvre, 1968, 1970, 2006 [1974]), pode-se dizer que aquilo que usualmente é compreendido por “cidade” já não corresponde a um objeto social claramente definido e, muito menos, a uma morfologia de construção do território. Ainda que o conceito empregue no termo cidade tenha uma existência histórica que não deva ser ignorada, a sua imagem e representação são demasiado variadas e dependentes da interpretação daquele que as utilizam; tratam-se, por isso, de significados puramente ideológicos.¹

“O espaço não é um objeto científico removido da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem um ar de neutralidade e indiferença em relação ao seu conteúdo e, portanto, parece ser “puramente” formal, o exemplo perfeito da abstração racional, é precisamente porque foi ocupado e usado, e já foi o foco de processos anteriores cujos traços nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi construído e moldado a partir da história e dos elementos naturais, mas esse processo tem sido um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente preenchido com ideologias.”²

Na sequência desta ideia do alargamento do processo de urbanização a todo o planeta, proposta pelo teórico francês, vários outros autores continuaram a contribuir nesta mesma linha de raciocínio. Neil Brenner e Christian Schmid (2011), a seguir a outros autores como David Harvey (2013 [1982]), Edward Soja (2010) e Manuel Castells (2010) e, concordam que as ocupações/ assentamentos urbanos já não podem ser compreendidos a partir do Norte industrializado ao longo do século XIX, e que deixou de corresponder aos processos observados nos dias de hoje, muito menos quando consideramos as geografias do Sul global.

1 WACHSMUTH, David (2014) City as Ideology: Reconciling the Explosion of the City Form with the Tenacity of the City Concept David Wachsmuth david.wachsmuth@nyu.edu

2 LEFEBVRE, Henri (1976) *A produção do espaço*. Tradução de Doralice F. D. Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.



Lobito

Catumbela

Benguela

rio Catumbela

rio Cavaco

3 Km

I. Das Formas aos Processos

O ecossistema urbano - no seu sentido mais metafórico, contraposto a um “*organismo*”³ demasiado simplista para dar conta da *complexidade* e da *contradição*⁴ entre os elementos e as dinâmicas em presença - que concentra a maior densidade populacional da costa Sul de Angola, é um mosaico de processos urbanos diversos. Este mosaico distribui-se no território por aglomerados e manchas de urbanização ou episódios pontuais e descontínuos que se vão desenvolvendo, alternando situações de cobertura infraestrutural muito contrastada e de diversa qualidade e funcionalidade. As melhorias que se têm vindo a registar são pontuais, temporal e espacialmente descontínuas e mesmo, tendo em conta aquilo que de via ser a função do Estado, negligenciadas.

Deve-se então desconstruir o imaginário convencional de cidade, para a qual normalmente tendem os esforços das teorias e práticas urbanas, e *construir o olhar* para as urbanidades atuais, ajustando os instrumentos teóricos e conceptuais aptos a entender e representar a diversidade e o extremo contraste naquilo que se pode chamar a condição urbana – sem esse esforço, *as palavras e as coisas*⁵ desencontram-se e o conhecimento não avança, seja para avaliar ocorrências muito concretas e relativamente simples, seja para encarar os processos e formas de urbanização que se manifestam de forma multi-escalar e associando os materiais, processos e actores mais diversos..

O surto recente de urbanização, muito intenso depois da independência de 1975 e um período de enorme turbulência criada por 3 décadas de guerra civil, produziu assentamentos muito densos, construídos com recursos muito escassos e, também por isso, impossíveis de definir e representar pelos mesmos critérios que outros processos e formas de urbanização mais conhecidos e estudados, como a urbanização do período colonial, os corredores industriais e logísticos, caminhos de ferro, estradas, portos e aeroportos e, muito recentemente, as ditas centralidades (manchas de urbanização planeada e regular, de iniciativa pública e destinadas à habitação).

3 GEDDES, Patrick (1915). *Cities in evolution: An introduction to the town planning movement and to the study of civics*. Williams & Norgate.

4 VENTURI, Robert (1977). *Complexidade e contradição na arquitetura* (Trad. de Fernando Távora). Lisboa: Edições 70.

5 FOUCAULT, Michel (2002) *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. Lisboa: Edições 70.

Se o exercício de categorizar tem servido de ferramenta aos estudos urbanos, pela sua capacidade de organizar e sintetizar informação, é sempre uma tarefa ousada fazê-lo nas presentes circunstâncias onde se misturam ocorrências claras, bem conhecidas e quase universais, com outras que resultam directamente de especificidades locais, ou, de modo radicalmente oposto, da produção de edificado e de infraestruturação directamente associados a modelos genéricos vindos da China ou de outra geografia de origem do capital. Tudo pode ocorrer lado a lado ou em distâncias muito próximas.

Referimo-nos a *padrões de urbanização*, tal como são convencionalmente aceites e a outros bastante mais ambíguos, que possuem mais a característica de um mosaico (composto por vezes de peças muito dissonantes) do que a um “todo” sistémico, legível e inteligível. Nas circunstâncias em que esta investigação é realizada e no lugar que lhe corresponde o desafio só se podia efectivar assumindo o seu carácter experimentalista, apto a confrontar-se com aquilo que se desconhece ou se conhece mal, e abrindo pistas para o desenvolvimento posterior da investigação e a própria leitura multi-escalar do fenómeno urbano – escolher uma escala e um espaço pertinente para que se percebam os processos, os atores e os produtos da urbanização, pode implicar a consideração de uma macro-espacialidade onde se jogam interesses globais (o porto do Lobito, o Caminho de Ferro de Benguela, o negócio do cobre vindo do Congo), nacionais (a decisão de localizar no corredor Lobito/Benguela o maior distribuidor de cereais de Angola), ou, simplesmente entender a evolução local por densificação ou por expansão da auto-construção e algumas soluções de infraestruturação e produção de espaço e funções de carácter colectivo ou público.

Poderemos então concluir sobre a possibilidade de associar as características destas áreas de estudo a um padrão de *settlement processes* – ou seja, saber se estamos perante uma fenomenologia que só aqui se verifica e encontra razões para assim ser, ou se, pelo contrário estamos perante um padrão que acusa as mesmas características e processos de produção de uma taxonomia que se pode verificar nos contextos marcados pela urbanização da pobreza, que acompanha os processos da “urbanização planetária”. Dito isto, não significa que a investigação não considere outras formas e processos de urbanização (já disso falámos); a ênfase justifica-se porque é essa a opção do autor e porque esse processo/padrão é aquele que mais ocorre e que maior atenção devia ter por parte das políticas urbanas públicas. Mais do que delimitar morfologias e classificar tipos e subtipos, impõe-

se sobretudo o conhecimento dos processos e, então, aquilo que daí decorre. O conceito da *Urbanização Planetária* – a urbanização comandada por processos e agentes de escala global – permite, ao mesmo tempo, ultrapassar a falsa dicotomia local/global e perceber o modo como, localmente, emergem processos e formas de urbanização muito distintos (e muito contraditórios, também) e, por isso, o modo como certas especificidades locais produzem variações de fenómenos que podemos encontrar em pontos muito distintos do planeta.⁶

Um conceito urbano frequentemente associado a estas áreas reduz a sua análise ao modo como a expansão urbana evoluindo em sentido centrífugo, se desenvolve por contiguidade em sucessivos anéis periféricos que se vão afastando de um centro consolidado.

“Cedric Price chamaria «ovo estrelado», The City as an Egg (1982), a este ideal-tipo. A periferia corresponderia então a um duplo afastamento do centro: um afastamento físico e um afastamento social. No centro estaria a maior parte do emprego e das funções portadoras de maior poder de polarização e de fixação de emprego. A periferia seria o lugar da residência dos mais pobres, daqueles que não tinham como aceder às condições de habitação das áreas mais centrais. Os movimentos pendulares diários seriam uma das expressões deste modelo dual. O conceito de Área Metropolitana é o que se ajusta melhor a este imaginário, mas o contraste acentuado que hoje se pode verificar na urbanização global, particularmente no Grande Sul, desmente a universalidade do conceito.

Tornou-se insustentável atribuir ao centro um lugar, afirmando-se como um processo em modo contínuo — toma forma e lugar nas mais diversas circunstâncias e geografias —, depositando algures construções diversas e funções variadas, relações e ambiências, e organizando-se nas mais variadas escalas, do local ao global, do micro ao macro.”⁷

A definição de limites da dita cidade, nas suas periferias, também se complica perante cenários de descontinuidade urbana ou geografias mais fragmentárias e explodidas.

Rapidamente entendemos as limitações desta metáfora no seu uso como referência, ao reduzir o urbano a momentos devidamente identificados e distintos. Atribuem ainda a

6 cf. BRENNER, Neil (2013). *Implosions /Explosions - Towards A Study Of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis

7 DOMINGUES, Álvaro e GODINHO, André (2022) *Geografias da Urbanização Planetária*, e-cadernos CES [Online], 36 | 2021, posto online no dia 02 maio 2022.

essas partes constituintes condições tão complexas como centralidade e a sua relação de dependência com todo o resto. Seguindo a metáfora de Cedric Price, o mosaico urbano Lobito/Benguela seriam “ovos mexidos” integrando vários focos de centralidade e múltiplas ocorrência de perifericidade social e espacial.

Esta ideia de periferia relativa a um centro abre espaço a reflexões de afastamento não estritamente físico, mas de outros processos e ocorrências de periferização social. Um afastamento que se estende inevitavelmente à sociedade, como um sistema de organização que privilegia o cidadão no entendimento das suas necessidades. Não sendo fácil medir em concreto os parâmetros em que este existe, manifestados por níveis de estatuto, a sua ausência é muito clara pela forma como compromete a estabilidade e reproduz condições de pobreza e precariedade.

A posição descrita tende a acentuar-se progressivamente. Uma vez excluído de um sistema social, o acesso a oportunidades laborais torna-se significativamente limitado, comprometendo, por conseguinte, o acesso a fontes de rendimento que possibilitem a superação da instabilidade vivida. Esta dinâmica compromete, de forma estrutural, o cumprimento de princípios fundamentais dos direitos humanos, cujas consequências se agravam perante um Estado descontínuo, ou *intermitente*, no sentido em que existe e é visível, mas não age nos contornos sistemáticos que o permitam alcançar cenários menos fragmentados. Isto é, os serviços que o envolvem e infraestruturas da sua competência, assim como as suas instalações sejam inacessíveis a uma parte dos cidadãos - estando em causa a ausência de cidadania, o deixam de ser na plenitude do termo. Todas estas condições devem ser consideradas.

É muito sugestiva a leitura defendida por CALDEIRA (2017), acerca daquilo que a autora denomina a Urbanização Periférica traduzida pelo afastamento não como uma localização espacial, mas sobretudo como um afastamento à infraestrutura ou a um modo de produção de espaço que deriva de circunstâncias relativas à organização política, à reprodução de fenómenos de exclusão e pobreza, ao modo de funcionamento do sistema económico, entre outros.

“(...) peripheral urbanization does not necessarily entail the growth of cities towards their

*hinterlands. In other words, it does not simply refer to a spatial location in the city—its margins—but rather to a way of producing space that can be anywhere. What makes this process peripheral is not its physical location but rather the crucial role of residents in the production of space and how as a mode of urbanization it unfolds slowly, transversally in relation to official logics, and amidst political contestations.”*⁸

Esta interpretação alternativa admite a transformação do urbano. Considera-se, portanto, que a “cidade” (e os seus signos e significantes) perdeu o monopólio da urbanização – como fez notar Françoise Choay (1996): “*tendo deixado de ser inteligível a partir de um determinado lugar (com um nome, uma localização, uma história ou uma identidade), passando a ser um processo que aflora e ocorre nas mais diversas latitudes, tomando distintas configurações e baseando-se numa teia complexa de redes, sistemas e relações cuja escala é planetária...*”⁹. A ênfase passa a centrar-se na relação entre a transformação do processo de urbanização (e das formas resultantes), as diferenças de interesses e poderes entre os actores envolvidos (incluindo o Estado também enquanto regulador) e a resultante mais ou menos tumultuosa e contraditória desse jogo de posições e ações. Como diria Henri Lefebvre, estas formas de produção de espaço convergem para processos de descentramento, que desconstroem noções estáticas de centro, e promovem configurações urbanas policêntricas de difícil delimitação espacial e formal, com áreas de influência potencialmente sobrepostas e que desafiam seriamente tentativas de delimitar o território de urbanização.

Seria por isso necessário argumentar o que poderiam ser os atributos de centralidade e de polarização associados às praças e edifícios governamentais, de herança colonial em Benguela (enquanto capital administrativa da província) em 2025.

Uma análise quantitativa do fluxo de pessoas poderia facilmente concluir serem os espaços menos frequentados do quotidiano e assim entrar em contradição com aquilo que convencionalmente caracterizaria o “lugar-centro”: o ponto dotado de maior acessibilidade, de aglomeração de funções com carácter direcional e uma marca simbólica e referencial reconhecida pela maioria. Estas três características estão distribuídas por funções e ocorrências urbanas diversas e localizadas em vários lugares.

8 CALDEIRA, Teresa (2017) *Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south*. P.4.

9 CHOAY, Françoise (1996) *A alegoria do património*. Trad. Pedro Maia Soares. Lisboa: Edições 70.

Retomando o caso de Benguela ou Lobito, estas três condições comprometem-se na diluição dos centros e das ocorrências urbanas portadoras de efeitos de centralidade e de polarização, e que coexistem em vários pontos e eixos que se misturam com a urbanização da pobreza e outros fragmentos urbanos de distinta condição. O papel de “capitalidade administrativa” de Benguela ou de centralidade económica do Lobito, diluem-se nesta diversidade, desde logo pela distância física com origem na segregação da população a esta área, que gerou bases de vida que dispensam a presença na “capital administrativa”. Por outro lado, uma distância em tudo o resto entre duas realidades que se desenvolveram em separado, desde o custo de vida a outros níveis de acesso.

A cidade como lugar antropológico, identitário e histórico destrói-se em face de muitas outras mutações que ocorrem, para além do centro e da centralidade, na indefinição dos limites e na complexidade das formas (ou seja, aquilo que estruturava a imagem canónica da cidade: centro, forma e limite) - modelo canónico.¹⁰ Os limites são cada vez mais imprecisos, por uma transformação permanente e abertura a múltiplos fluxos, que se acentuam na presença de descontinuidade urbana.

Assiste-se ainda a uma desformatação, no sentido em que o urbano se desconfinou e fragmentou, deixou de ser identificável pelo traçado de um limite claro. Urbano desconfinado, deformado, fragmentário.

A legitimidade de ocupação dos terrenos em causa associa-se frequentemente ao conceito de “informalidade” como uma categoria adotada para distinguir estes espaços. Originalmente a expressão pertencente à semântica legal, tem transportado alguns vícios ao uso urbanístico que devem ser acautelados. Nesse sentido, a sua leitura só pode ser estritamente direta quando aplicada a uma amostra concreta, o que implicaria entender caso a caso a legitimidade de direito à propriedade, não ignorando as circunstâncias em que a “aquisição” se formulou.

Algures no mosaico urbano entre Benguela e Lobito, questionar tais factos desafiaria uma parte considerável daquilo que foi um processo de ocupação assente no acolhimento de deslocados em situação de refugiados, assim como políticas de direito à propriedade que,

10 cf. MORANDI, Mauricio (2004) Fare Centro. Città europee in trasformazione. Roma: Meltemi.

mais recentemente, foram surgindo. Também a relação com entidades públicas e colectivas - dede logo, o Estado, mas também organizações de tipo cooperativo ou comunitário, algumas remontando a tempos anteriores à modernidade e à colonização, poriam em causa tal rótulo, por exemplo no que é uma rede bem definida de todas as associações de moradores, de setor, de bairro, e comunais que funcionam ativamente com apoio político, burocrático e até tradicional (“soba”, o líder tradicional).

Ananya Roy é bastante clara acerca da questão quando refere que “informal” – pobre ou sumptuário; simples casa ou operação urbanística de grande escala; programas sofisticados ou infraestruturas correntes, etc. – se refere a um “estado de excepção” que, particularmente, quando o papel regulador do Estado se vai esbatendo ou o próprio Estado é tomado por interesses individuais, nos nossos dias vai sendo cada vez mais comum. Estamos longe, por isso, da associação corrente entre o informal enquanto processo e modo de urbanização da pobreza nos países do Sul Global. Vejam-se as referencias seguintes:

*“Many of the significant urban transformations of the new century are taking place in the developing world. In particular, informality, once associated with poor squatter settlements, is now seen as a generalized mode of metropolitan urbanization. This article focuses on urban informality to highlight the challenges of dealing with the “unplannable” - exceptions to the order of formal urbanization. It argues that planners Must learn to work with this state of exception Such policy epistemologies are useful not only for “Third World” cities but also more generally for urban planning concerned with distributive justice.”*¹¹

*“(Informalidade) define situação e locais “de indeterminação entre legal/ilegal, planeado / não planeado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença / ausência do Estado” e que tais indeterminações são os mecanismos por meio dos quais esta se constrói.”*¹²

“(...) as oposições planeado / não-planeado; formal / informal; legal / ilegal; público / privado, etc. não constituem oposições claras, nem claramente binárias. Ao longo do tempo e variando os contextos espaciais, têm-se verificado dinâmicas muito diversas e mais ou menos instáveis – desde a política de solo à produção de infraestruturas e serviços que nelas circulam. Na maior parte dos casos, os divisores comuns tocam vários processos de exclusão e de reprodução da pobreza, sendo que, noutro extremo, existem operações

11 ROY, Ananya (2005), *Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning*, Journal of the American Planning Association, 71:2.

12 ROLNIK, Raquel (2022) *O planeamento da desigualdade*. Editora Fósforo, São Paulo, p.174

*de urbanização e de construção igualmente total ou parcialmente à margem da lei, mas socialmente inscritas em contextos distintos (vivendas de gente influente e rica; projetos turísticos; transações imobiliárias ou posse abusiva, etc.). Contudo, quanto à urbanização global, não se deve entender que esta denomine um generalizado processo de urbanização ao nível planetário.”*¹³

Rejeita-se a informalidade como algo fora da acção do Estado e do Estado de Direito e de outros mecanismos e dispositivos de regulação formal das dinâmicas sociais, para falar num modo de urbanização enraizado em formas de expansão/transformação urbana que se generalizaram particularmente no denominado Sul Global. A informalidade não prescinde da presença do Estado, ainda que em regime descontínuo e circunstâncias dúbias (por exemplo, a imprescindibilidade desta massa popular nos processos eleitorais). Desta perspetiva a mesma informalidade que se encontra na formação de bairros precários tem os mesmos contornos nos fenómenos associados a dinâmicas da elite, em projetos de “*high-end informality*”. Aqui usados em benefício de interesses capitalistas que encontram em “zonas cinzentas” da legalidade e que se transformam em oportunidades para proveito próprio.

É bastante claro que os processos de urbanização da pobreza, bem como aqueles que resultam de investimentos privados (por vezes de grande escala) correspondem a faces distintas da influência dos processos de globalização do capitalismo liberal, ora incluindo elites e profissionais muito especializados, ora rejeitando ou explorando trabalhadores que nunca tiveram acesso à escolaridade ou a outras formas de capital social.

*“The term planetary urbanisation captures the phenomenon that contemporary urbanisation processes are taking place throughout the world, and thus can be grasped only by using a planetary perspective. To analyse planetary urbanisation, we must abandon the concept of bounded settlement areas, and analyse urbanisation processes instead of urban forms.”*¹⁴

13 FLORES, Nuno Duarte L. (2024), *Relacionalidade e Território: Políticas Possíveis para a Urbanização em Cabo Verde*. Porto: ESBAP (dissertação de doutoramento), pp.31/32

14 SCHMID, C., & STREULE, M. (Eds.). (2023). *Vocabularies for an urbanising planet: Theory building through comparison*. Birkhäuser. p.20.



Figura 4: Lobito 1960' (data e autor desconhecido). É visível a ligação da baía e os terrenos dos mangais alagados, em maré alta (impensável aos dias de hoje). Ao fundo, o eixo rodoviário que conectava o Lobito (e o seu porto), à Catumbela, num gesto único de uma reta. Atravessa o que seriam as salinas.

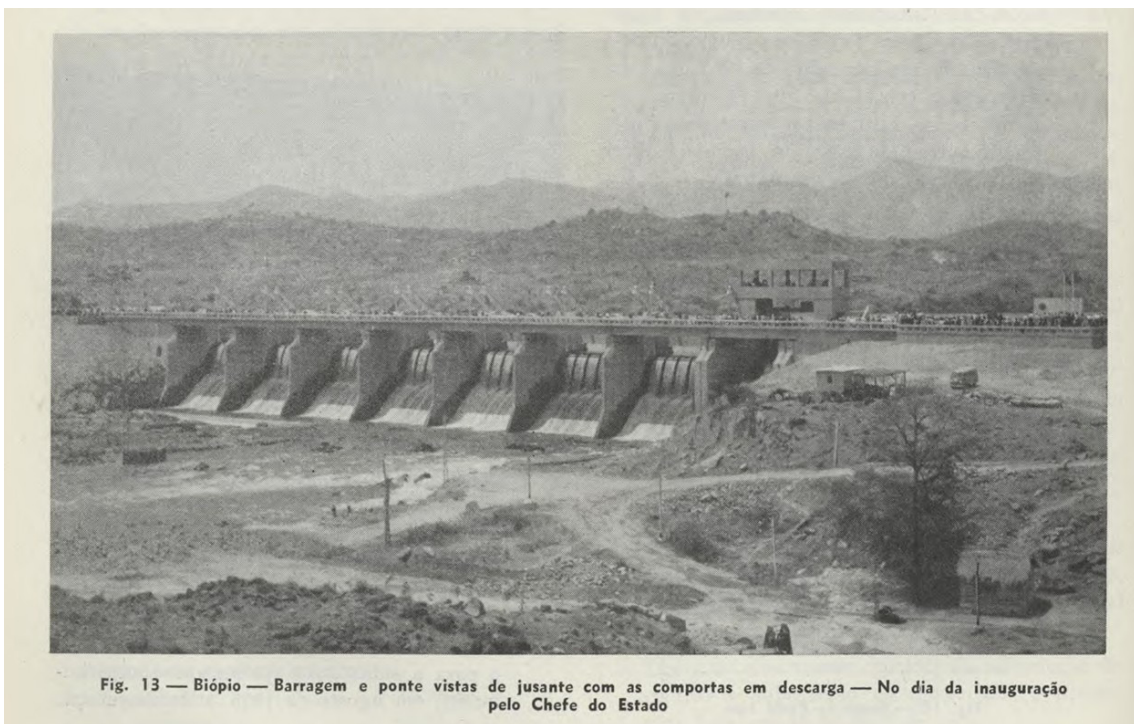


Fig. 13 — Biópio — Barragem e ponte vistas de jusante com as comportas em descarga — No dia da inauguração pelo Chefe do Estado

Figura 5: Barragem do Biópio, inauguração 1954. Fonte: Artigo não identificado das Coleções Fundação EDP.

Na linha dos estudos urbanos que tomam como referência os modelos de urbanização da Europa ou, genericamente, modelos que se sedimentaram a partir do mundo dito ocidental, uma leitura frequente destas áreas baseia-se na distinção de ordem no desenho urbano indicadora de níveis de planeamento, diferentes tipos de morfologias e de atores e processos. No entanto, qualquer conclusão geral não deve partir de análises apenas com base nas formas tal como são genericamente categorizadas, mas nos processos de urbanização que explicam a emergência, a reprodução ou a mutação dessas formas nos estudos de morfologia urbana.

Aplicado ao caso de estudo em questão, um Plano Diretor do Lobito, de 1975 e seguindo os critérios genéricos do zonamento, terá sido orientador da localização das áreas de assentamentos residenciais ditos informais não necessariamente os assentamentos existentes hoje e as áreas correspondentes, mas uma indicação genérica relativa a uma ocupação predominantemente residencial. No sentido inverso da abordagem, é discutível se esse grau de planeamento também foi indutor de outras presenças urbanas, aparentemente mais reguladas e mobilizando recursos financeiros de grande monta. Queremos com isto dizer que, ao partirmos de um documento como o Plano Director do Lobito de 1975, deveremos evitar duas tentações correntes:

- que, de alguma forma, tudo o que estava no plano foi seguido;
- que intervenções não esperadas, foram ajustadas à coerência e directivas do plano;
- que tudo aquilo que não está no plano é um “desvio” ou uma “perversão desse plano;

Não estamos num contexto em que tudo aquilo que seja capaz de garantir a exequibilidade do plano – a administração, a fiscalização, os instrumentos de regulação, a vontade política, as prioridades, a clareza das decisões e do modo de as implementar, a gestão de interesses públicos e privados, etc., etc. – se possa minimamente garantir. É o exato contrário. As vicissitudes do confronto global entre os EUA e a China pelo controlo de matérias-primas locais e extra-locais como é o caso da região mineralífera de Katanga na RD do Congo,¹⁵ , e infraestruturas estratégicas é muito mais condicionador do que, por exemplo, assegurar o mínimo de condições de vida a populações muito pobres, presas a

15 nota cf. A.a.V.v. (2025) Strategic minerals, mining and society in the D.R. Congo. Brussels: Royal Academy for Overseas Sciences.



Figura 6: Aeroporto de Lobito, 1966. Fonte: DA SILVA, Alexandre (2014) *Os taludes na região envolvente da Barragem do Biópio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Geociências (dissertação de mestrado em Geociências, policopiado).

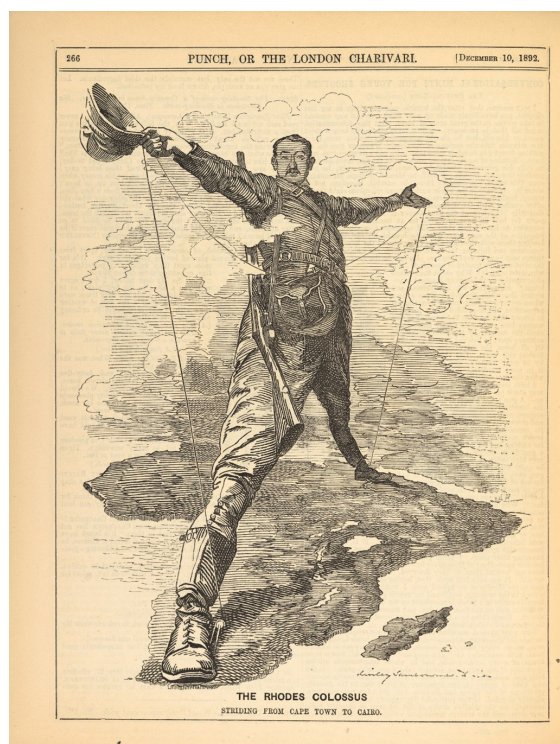


Figura 7: “O Colosso de Rodes”, caricatura de Edward Sambourne no jornal humorístico *Punch*, 1892. Cecil John Rhodes (1853-1902), magnata da indústria mineira e da política colonial britânica na Colónia do Cabo, foi uma figura fundamental na “Corrida à África” e no próprio projecto ferroviário da linha de Benguela e de outras vias ferroviárias.

bloqueamentos e inércias difíceis de ultrapassar e vivendo em ambientes urbanos com carências infraestruturais graves.

O que implica então o planeamento?

De um modo geral, estes processos ditos planeados implicam frequentemente estratégias espontâneas, no sentido em que não seguem um gesto unificado, mas uma sequência de gestos pontuais e descontínuos que sugerem uma certa tendência (a afirmação parece contraditória porque “planeado” é o contrário de “espontâneo”. De facto, aquilo que se pretende dizer é que o uso vulgar das expressões esconde ocorrências muito comuns onde se misturam concepções daquilo que se considera ser de uma ou da outra categoria). O dito planeamento surge ele próprio de métodos casuísticos, sem o sentido de previsão ou regulação próprio daquilo que se considera um plano onde tudo se prevê e cuja efectivação se assegura, mas em resposta a conjunturas. Implica também origens e contextos distintos, no sentido em que não se fala somente em planeamento urbanístico, este mais associado a outras práticas e finalidades, mas também ao planeamento sectorial como o económico, geopolítico, estratégico, e de como tudo isso se materializa numa máquina poderosa de urbanização.

Veja-se como a urbanização colonial assim se desenvolveu: primeiro, durante o ciclo do comércio de escravos até meados do sec. XIX, com a fundação de cidades, junto à costa, sobretudo, onde viviam os colonos e se localizava a administração de modo a organizar as expedições para o interior e assegurar as ligações à metrópole; depois, de acordo com interesses coloniais das empresas extractivistas britânicas e de outras potências coloniais, a construção de linhas de caminho de ferro e de portos marítimos que faziam parte da “*Corrida a África*”, e da exploração sistemática e de grande escala de recursos minerais, petróleo, gado e produtos alimentares e agro-florestais (cana do açúcar, pasta de papel, milho, girassol e outras oleaginosas, madeira, etc.). Gerou-se assim um elevado potencial de atracção, quer para fins residenciais da elite associada às actividades económicas de maior escala, quer para finalidades logísticas, comerciais, quer para a procura de emprego assalariado. O crescimento económico e a modernização acelerada, e uma atitude diferente em matéria de regulação dos investimentos nas colónias e sua inserção nas redes internacionais de comércio, trouxeram outros sectores como, em 1952, o fabrico do cimento (o mercado interno crescia exponencialmente), a produção de energia eléctrica (barragem do Biópio no rio Catumbela, 1956, construída pela *England Brush Electrical*

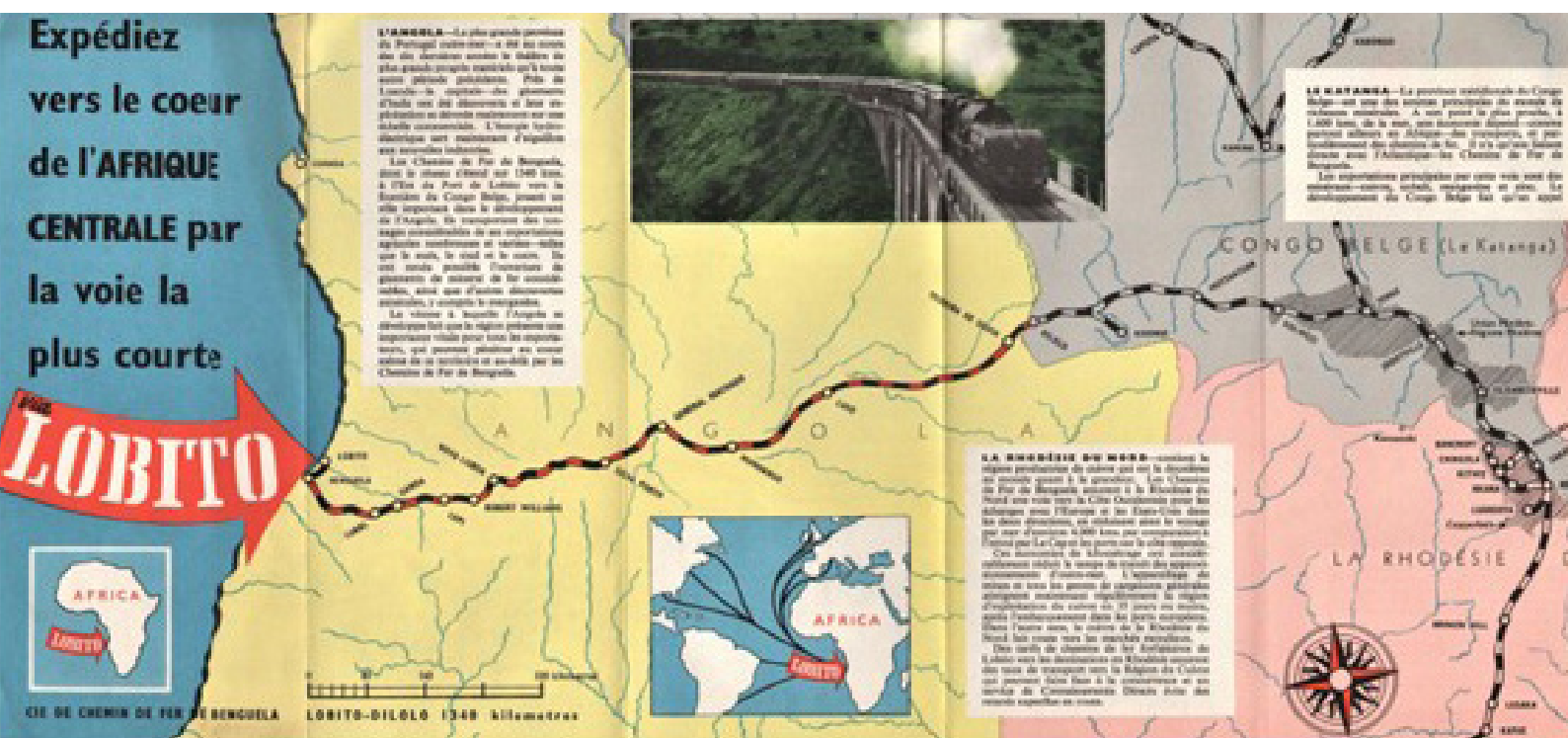


Figura 8: Africa Railways - Caminho de Ferro de Benguela (CFB) - Folheto a cores (1958). Um folheto de duas páginas da Expo '58 que apresenta a rota principal da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, entre o Lobito, na costa ocidental de África, e o entroncamento de Tenke, no Congo, com ligação à Rodésia e à África do Sul. Desta forma, foi criada uma ligação ferroviária transafricana entre os oceanos Atlântico e Índico.



Figura 9: Africa Railways - Caminho de Ferro de Benguela (CFB) - Folheto a cores (1958).

Engineering para fornecimento de energia à Açucareira e a de Lomaum, 1959), o aeroporto, Lobito, 1966, e a expansão industrial em sectores como o açúcar, os óleos alimentares, a pasta de papel ou as conservas de peixe. A expansão deu-se, por isso, por efeito cruzado destas interseções de interesses locais, coloniais, internacionais..., privados e públicos e envolvendo formas de contractualização muito diversa e relações que se criam entre gestos pontuais desencadeadores de outros, de reforço de eixos infraestruturais, de linhas de força da urbanização. À margem foram ficando aqueles que foram atraídos por oportunidades de trabalho e de organização da vida, mas com reduzido poder de modificar as coisas e instalando-se como puderam. Grandes empresas como o Caminho de Ferro de Benguela ou a açucareira Cassequel, apenas disponibilizavam habitação para quadros dirigentes e operários muito especializados.

A política colonial - particularmente a partir do Acto Colonial (Decreto nº18570 de 8/7/1930 que vigorará até 1945), e, sobretudo das mudanças registadas desde 1º Plano de Fomento 1953-1958, até à independência de Angola em 1975 -, esteve particularmente activa no pós 2ª Guerra Mundial, com o duplo objectivo de produzir matérias primas e produtos finais e semi-finais para assegurar o crescimento da economia portuguesa e substituir importações; e de modernizar a própria economia das colónias, acelerar a colonização e garantir as redes de comunicações e transporte.¹⁶

A independência, a mudança abrupta posterior e os trinta anos de guerra civil que produziram a destruição sistemática de infraestruturas e empresas industriais e agrícolas, a deslocação massiva de populações, bem como as convulsões resultantes da evolução conturbada da geopolítica mundial, ditaram opções e decisões com efeitos importantes no processo de urbanização no corredor Lobito - Catumbela - Benguela. O acordo de paz e o fim da guerra civil datam de 2002. Entre 2006 e 2014, a China desempenhou um papel central na economia angolana onde – dentro do plano de influência geopolítica e económica do gigante asiático – jogou os maiores volumes de investimento de toda a África assegurados por créditos com base no petróleo. As obras públicas tiveram um papel fundamental, desde o gigantesco aeroporto de Luanda, à reconstrução da linha ferroviária de Benguela.

16 Os projectos hidroeléctricos eram parte importante desta modernização. Ver: FERREIRA, José Manuel A. (1961) *A Electrificação da Região do Centro-Oeste de Angola e o aproveitamento hidroeléctrico de Lomaum* (rio Catumbela). Lisboa: Revista Electricidade, nº22, pp. -150/167.

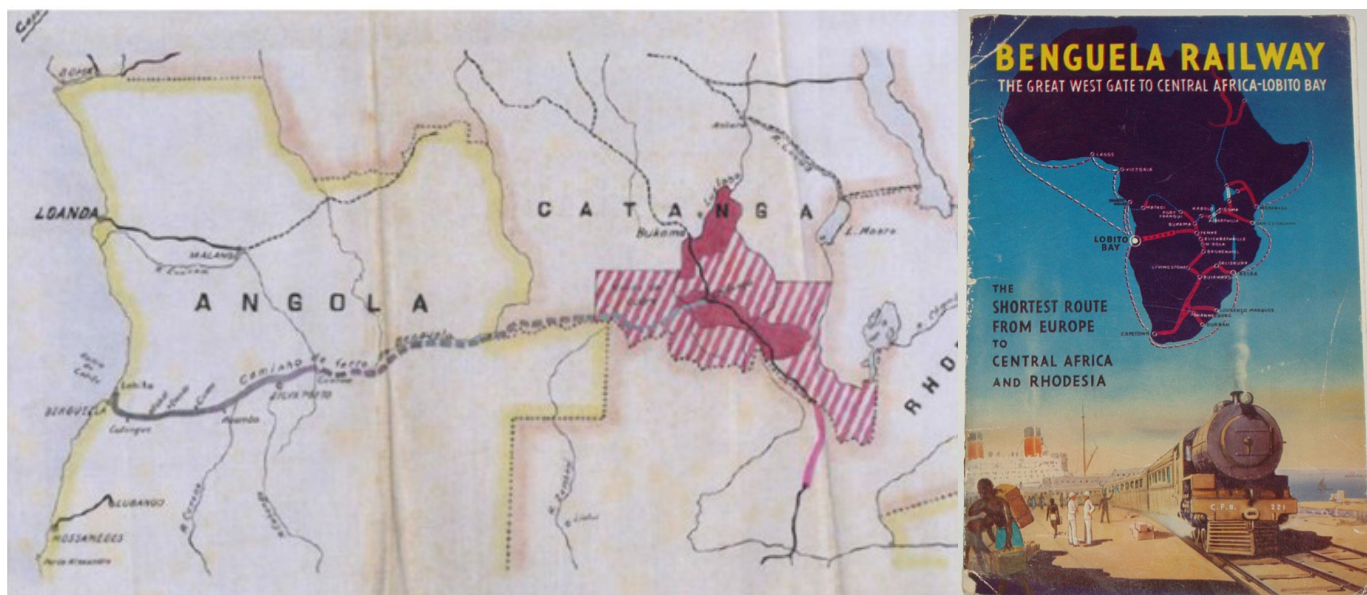


Figura 10 e 11: Linha do Caminho de ferro de Benguela e o projeto da sua ligação às minas do Catanga e o folheto “Benguela Railway: The shortest route from Europe to Central Africa and Rhodesia”, à esquerda.



Figura 12 e 13: Mercadorias “via Lobito”, davam movimento ao Porto do Lobito.

Como já foi referido, o gesto iniciador parte dos interesses da Grã-Bretanha, da Belgica (Congo Belga) e de Cecil Rhodes (1853-1902), o magnata das minas - *De Beers Consolidated Mines* - da colónia Inglesa de Cape Colony, o criador do regime do apartheid e da expropriação de terras aos negros, o co-fundador do Estado da Rodésia (hoje, Zimbabué) e o visionário de uma linha de caminho de ferro, da Cidade do Cabo até ao Cairo. Em 1902, na sequência da descoberta dos recursos mineiros de Katanga-Congo Belga, Robert Williams, empresário inglês, director da *Tanganyika Concessions* (empresa de capitais britânicos com actividade de exploração mineira, caminhos-de-ferro e comércio com a Europa) e sócio e muito próximo de C. Rhodes e dos seus projectos mineiros e ferroviários, é encarregue de negociar com Portugal a construção e exploração da linha ferroviária Benguela – Katanga, partindo do futuro porto de Lobito que, na época, apesar de estar rodeado de mangais, salgados e zonas húmidas, detinha um potencial que Benguela não poderia alcançar.

Organizada pelos ingleses, a exploração do cobre no norte da Rodésia (hoje, Zambia) e na região da Katanga vinha já desde 1860 na sequência das pesquisas levadas a cabo por exploradores como Livingston. A descoberta de diamantes em Kimberley em 1886 fez com que Cecil Rhodes comprasse a *De Beers Consolidated Mines Ltd* logo em 1888, iniciando um período de verdadeiro imperialismo económico e financeiro¹⁷ organizado por empresas (inglesas, sobretudo) num contexto distinto da ocupação e administração das colónias que vinha do passado.

O transporte ferroviário era uma questão de primeira importância para a viabilidade da exploração mineira organizada em regime de concessão. O poder do Império Britânico passava pela *City* de Londres onde estavam sediadas as empresas, grupos empresariais e investidores envolvidos no extractivismo. No terreno, a mobilização de mão de obra envolvia, desde trabalhadores de origem europeia, a africanos das mais diversas origens e indianos. Devido a complicações várias, a linha só chegará à fronteira leste de Angola em 1929 e, em 1931, às minas. Comparando com a ligação à costa do Índico, a ligação da região mineira de Katanga à Europa pelo Lobito significava menos 480 km de linha férrea e 4800 de viagem por mar. Do Lobito ao Luau, a linha percorre 1.344 km em território Angolano.¹⁸

17 AKITA, Shigeru, ed, (2002), *Gentlemanly Capitalism, Imperialism, and Global History*. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

18 Cf. ESTEVES, Emmanuel (2000), *O Caminho-de-Ferro de Benguela e o impacto económico, social e*

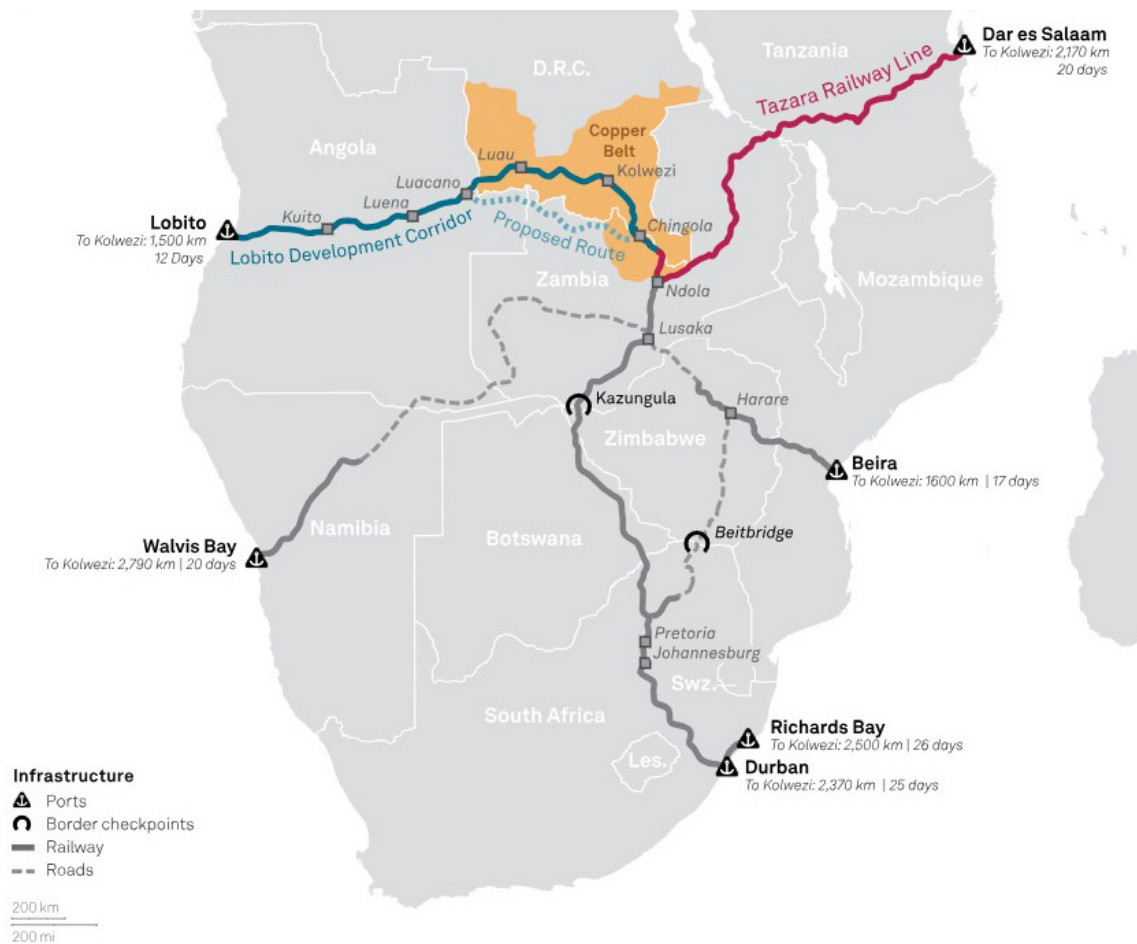


Figura 14: Corredores de exportação do *Copperbelt* para os principais portos de África.

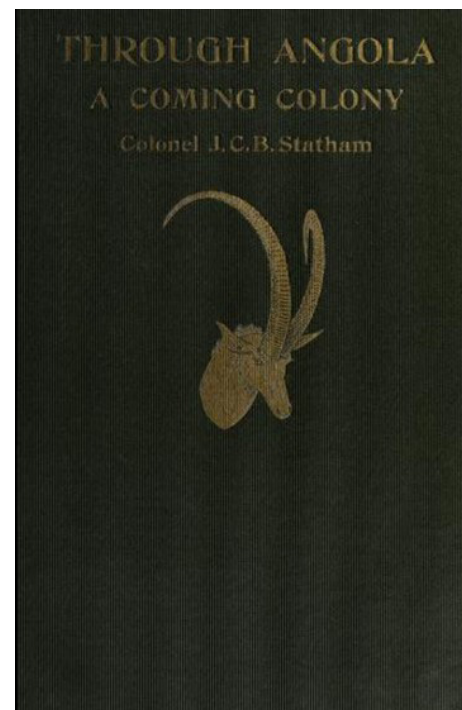


Figura 15: John Charles Baron Statham (1922), *Through Angola, a coming colony*. Edinburgh : W. Blackwood & Sons

2024 – O cenário actual – O Corredor do Lobito parte de interesses dos EUA e da União Europeia no sentido de assegurar as redes de abastecimento de minerais para a fileira do automóvel eléctrico; A China está envolvida num novo corredor em direcção ao Índico, a linha de Tazara. Entretanto, o conflito no Congo¹⁹ tem atrasado a decisão quanto ao Corredor do Lobito.²⁰

O potencial oferecido pelo Caminho-de-Ferro de Benguela está, por isso, emaranhado no legado da administração colonial e dos interesses do capitalismo extractivista: a lógica económica da linha sempre foi a de que a distância do Katanga e do *Copperbelt* ao Lobito era cerca de dois terços mais curta do que a atual rota de exportação, por via rodoviária, para Durban (na costa sul-africana do Oceano Índico). Este argumento fazia todo o sentido nas décadas de 1950' e 60' quando os minerais embarcados no Lobito se destinavam à indústria pesada europeia. Hoje, a maior parte das exportações de minerais tem como destino a Ásia, sobretudo os mercados da China, Coreia, Japão, Índia e Vietname. Assim, mesmo que a rota para o Lobito possa ser mais curta do que a rota para Durban, a viagem marítima mais curta até ao destino final dos minerais a partir de Durban mais do que compensa potenciais poupanças resultantes da rota ferroviária do Corredor do Lobito.²¹

É neste contexto – entre características locais do potencial portuário da baía do Lobito; interesses mineiros de grande monta do Congo Belga à África do Sul; e um mapa da globalização que privilegiava as ligações África - Europa pela costa Atlântica – que Lobito, no início do séc.XX se impõe como solução do maior interesse para o imperialismo económico e financeiro centrado em Londres:

“Benguella lies dormant, but jealous; as a woman who seems a younger rival growing to fame and power by her side. She cannot compete with Lobito; Nature itself forbids it. The harbour is worthless, the deadly mosquito is here, and the fever it brings; but the town has several thousand inhabitants, of whom some 3000 are whites, and the Governor’s palace and such society as the district boasts are still at Benguella. The line passes through the Benguella plantations and is moving now due east over the foot-hills to the valley of the

cultural na sua zona de influência (1902-1952). Porto: Africana Studia, nº3, FLUP.

19 Cf. Africa Center for Strategic Studies (2025), The DRC Conflict Enters a Dangerous New Phase <https://africacenter.org/spotlight/drc-conflict-new-phase/>

20 Ver: <https://www.dw.com/en/drc-rwanda-conflict-us-intervention/a-71375118>

21 Cf. <https://www.bbc.com/news/articles/cpq9jyv827do>



Figura 16: Estação e locomotiva do Caminho de ferro de Benguela (data desconhecida).



Figura 17: Porto do Lobito, 1950'.

Lengue.”²²

O próprio município e cidade de Lobito (antes pertencente ao município da Catumbela) não teriam existido se não fossem estes interesses ingleses na Linha da Benguela para escoar o minério do interior africano.

Benguela, capital provincial, vinha de um tempo diferente em que as relações colonias – quer da metrópole com as colónias, quer da relação das cidades portuárias com o interior, os “sertões” – eram muito distintas. Não havia ainda o ímpeto da extracção mineira, do caminho-de-ferro e do telégrafo, dos grandes navios de carga, dos interesses da economia europeia, sobretudo de Londres e do Império Britânico. Luanda, Benguela, como a Catumbela, eram entrepostos de comércio de escravos e, quando a escravatura é formalmente abolida (decreto de 10 de Dezembro de 1836, proibindo a exportação de escravos a partir das colónias portuguesas) e os britânicos fiscalizam (a partir dos anos de 1830’) no oceano o transporte clandestino de escravos, surgem outros negócios como o marfim, ou a borracha.

Augusto Barros, na sua *Monographia da Catumbella*, 1912²³, descreve detalhadamente este mundo de comerciantes e aventureiros que organizavam as expedições para o planalto interior do Bié, junto com grandes fazendeiros como os da fazenda do açúcar de Cassequel:

“(Catumbella) Situada na margem direita do rio, fronteiro á fazenda do Cassaquel, prolongando-se até á foz, foi sua primitiva proprietária D. Rita Bernarda Vieira, mãe do barão d’Agua Izé, e depois, Guuilverme de Mattos Tavares. O Lembi é um conjunto de antigas propriedades pertencentes a varios filhos do paiz, e as suas culturas dominantes eram a canna, palmeiras, bananeiras, batata, mandioca, milho, etc.”

“(...) Os antigos sertanejos, iam abrindo novos horizontes nos sertões mysteriosos da Africa e encaminhando o gentio, desconfiado e rebelde, para o litoral. Os nomes de Silva Porto, Gonçalves e Rasquete, acima de todos os outros sertanejos, acordavam écco nas solidões vastíssimas do interior, e infundiram no animo do gentio o respeito, a admiração e o temor, espalhando em torno de si um prestígio sem limites.”

22 STATHAM, John Charles Baron (1922), *Through Angola, a coming colony*, citado em Pedro Lopes de Almeida (2018), *The Past Is a Foreign Photo: Image and Travel Writing in the Benguela Railway. Angola, 1920-1930*. E-Journal of Portuguese History, 16(1), pp. 75-95. Providence: Brown University.

23 BARROS, Augusto (1912) *Monographia da Catumbella*. Lisboa: Typographia Universal.



Figura 18: Ponte ferroviária sobre o rio Catumbela, 1920'.



Figura 19: Bairro operário da açucareira, morro da Catumbela (Autor e data desconhecidos, in <https://www.facebook.com/photo/?fbid=967265362237915&set=a.232491793835559>).

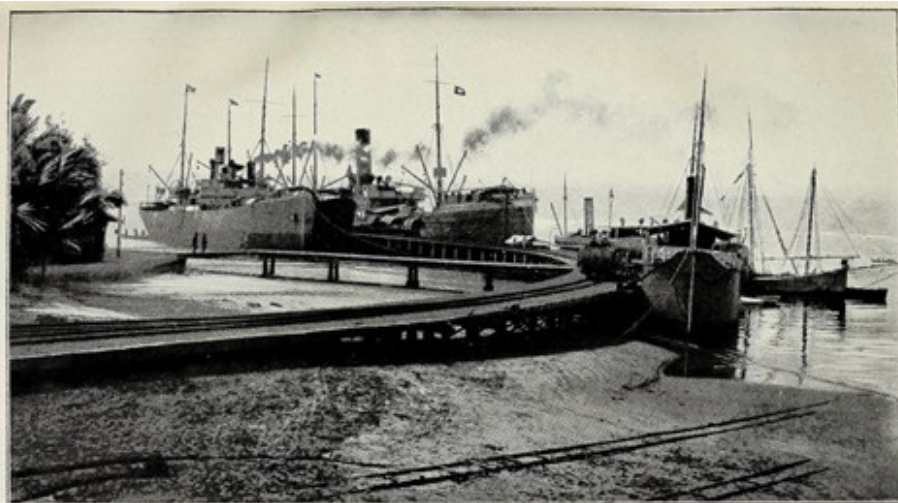
Augusto Barros refere detalhadamente o tráfico de escravos que, até 1912, ainda se verificava:

“A par dos géneros de exportação, afluíam á praça grandes levas de escravos (mais tarde designadas por: moleques, serviçaes, resgates e contractos actualmente). Comprava-se anualmente milhares de serviçaes trazidos pelas comitivas dos territórios do Bihé, Ganguellas e Lunda. A maior parte d’esses serviçaes eram exportados para S. Thomé e Príncipe, e para diversos pontos do littoral da Provincia. Neste período, em 1873, vem a dar-se uma revolta da população “indígena”, procedida de uma contenda por o filho de um soba, Chikereto, ter sido atingido pelo barqueiro que efetuava a passagem do rio e que tentava impedir que muita gente subisse.”

Ainda referindo a Monographia da Catumbella, Barros descreve uma situação diferente em 1912, apesar da continuação da exploração dos serviçais e contratados:

“Os empregados começam n’este período a ter mais liberdade, em toda a acepção – frequentam bilhares, onde se bebe cerveja, vinho espumoso, cognac, etc., frequentam e promovem rebitas, percorrem de noute as sanzalas á cata de raparigas da terra, podem jantar, ficar de noute fora de casa e fumam deante dos patrões. Aos domingos ou grandes dias festivos do anno, lá promovem e organizam um passeio, um pic-nic ás Margueiras, ao Chuire, á praia ou ao Lobito. (...) As economias que antes d’este período, porém, faziam os empregados, pelo regímen de pouca liberdade em que viviam, deixaram de as fazer; e d’ahi até hoje, tudo o que ganha um empregado está completamente gasto ao chegar ao fim do mês. (...) Esta falta de economias é devida não só á liberdade a que nos referimos, como ao desenvolvimento de educação social e esthetica – taes são: as associações, os teatros, os passeios, as bicyclettes, os collarinhos, os fatos á moda, os chapéus modernos, as botas racionaes, de borracha, d’anta, e mil outras cousas trazidas pela civilização moderna e que sorvem todo o dinheiro que se ganha” (p. 147/148).

Barros queixa-se também das deficiências da iluminação pública, da salubridade, do abastecimento de água, e da falta de “uma zona para a acomodação da população «gentilica», (como hoje!) boa parte desta flutuante, vindo apenas para negociar e depois regressando aos seus territórios de origem”. Desde 1905 havia uma Associação Beneficiente dos Empregados do Commercio, o Grémio Pro Patria e um aloja maçónica. São frequentes as críticas aos ingleses: “Não se julgue que nos leva alguma animosidade contra a Companhia



THE BUSY PIER AT LOBITO BAY

[See page 120]



CATUMBELLA RIVER

A ROAD OF SUFFERING

113

They are great wine-drinkers, using beer made from Indian corn and fermented by a kind of hops. This "capata" is made by boiling maize and hop seeds for several hours; it is not very intoxicating, and I have found it sustaining. If honey or sugar is added to "capata" a good deal more alcohol is produced, and this "guisanga" is very intoxicating.

The older-established villages show strong stockades, constructed at a time when these tribes were constantly at war with their neighbours, but since the Portuguese have destroyed the power of the Chiefs, and stopped all intertribal wars and the carrying of firearms, the fortification of villages has ceased.

The plateau which has been described in this chapter, continues for another 200 miles and more towards the sea. The long road which crosses it from Central Africa to Benguela, and over part of which we had marched for so many days, has seen many changes, and will see more before this century is over. It was once the track of the slave traders, who for centuries followed this road from Central Africa, through Bihé to the slave markets at Loanda and Benguela, where slave ships awaited their cargoes for the Indies and Brazil—in very truth a road of suffering and hideous cruelty!

Along part of this road came Livingstone, who did so much to destroy the slave trade; on it Cameron, Capello, Ivens, and Serpa Pinto, each in turn, took up and carried the torch of hope and mercy which Livingstone had lighted.

8

A LINE WITH A FUTURE

119

to the Nile near Lake Albert, and thence by this river and its railways to the Mediterranean Sea.

Of the feeder lines of this central line of communication, the railway from Katanga to Lobito will, when completed, be the most important of all, commercially and strategically. Commercially, because it will bring thousands of tons of ore, copper, gold, and platinum, hundreds of miles nearer Europe; will bring the high plateaux of the great Zambezi-Congo divide, with its vast possibilities of cattle ranching, stock raising, and cereal cultivation, into close touch with the meat needs of Europe; and will take the settler from the sea to the Bihé highlands, a second Argentine, and beyond them to another land, Katanga, richer than Brazil. Strategically, because it forms a short cut, not only to war needs in copper, but provides another route to India and Egypt, should the Mediterranean be closed to Britain.

In October 1920, the rail-head was still at Chinguar, where it had arrived in 1914; but Paulings, the great African railway contractors who have done so much for Africa, and incidentally for Great Britain, are pushing forward, with their usual energy, the work of railway construction eastwards to Katanga.

I left Chinguar on the morning of the 1st, and after a comfortable journey with two breaks for food at Huambo and Cuma, and a sleep in the carriage at Ganda, where the train halted for the night, arrived at Lobito Bay on the afternoon of the second day.

Figura 20-26 : John Charles Baron Statham (1922), *Through Angola, a coming colony*. Edinburgh : W. Blackwood & Sons



[See page 121]



THE OLD TRANSPORT METHOD—OX WAGONS



AND THE NEW—BENGUELLA-KATANGA (CENTRAL ANGOLAN) RAILWAY

Descrição do Lobito

120

THROUGH ANGOLA

I have taken you across the 300 miles on a "flying carpet" because I want to bring you back on this railway by the way you will follow it yourself if you go to Angola.

When approaching Lobito Bay from the sea, one cannot at first see the harbour; there looms ahead a line of barren cliffs and what appears to be a sandy beach below them. It is not till the ship is close to the cliffs, that what appeared a sandy beach is found to be a long, narrow sand-spit, 3 miles long, a mile or more from the shore and parallel to it; while between the cliff-girt coast and this narrow sand-strip lies one of the finest harbours in the world. There is little tide, and a great fleet could anchor in these waters—so still in all winds, that it might be a mountain and not a flat ribbon of sand only 300 to 400 yards wide which protects it.

On the narrow sand-spit will one day be a great commercial port, on the hills above it a residential city, and in the water of the bay will lie great ships come with merchandise, to go with the cattle and the food grown on the Angolan highlands, for the workers of Europe. If one climbs the hills on the mainland, the harbour lies at one's feet. Seawards is the yellow ribbon of sand, month by month changing its look, as new houses, gardens, and yards rise up in the growing city. At the wooden pier, jutting out from the spit, two small steamers are loading, while another waits its turn in the bay.

Where the spit springs from the land is a lagoon, once a mangrove swamp, which looks

LOBITO BAY

121

from this height like a grass-covered valley; it is nothing more than an African swamp, ugly to-day but useful to-morrow, for the dock and wharf space it will give. Contrasting vividly with the green of the swamps is the yellow of the limestone hills which fringe the coast, stretching away to the north and south and east as far as one can see. Between these hills and the shore, and looking very small from this height, shimmer the steel rails of the railway which, starting at Lobito, runs past Benguella, and then ever eastwards to climb over these hills on to the great bracing plains of the east, and then across them to such mines as King Solomon never dreamt of, the greater land of Ophir—Katanga.

Life on the open, breezy, and mosquito-free sand-spit at Lobito is more pleasant and healthy than in the neighbouring towns of Benguella and Catumbella, but this advantage will be abolished if the building speculator overcrowds the site. There are already banks, shops, a Governor's house, British Consulate, and the railway terminus with its offices and workshops.

The railway is staffed by both Portuguese and British; the Machados, father and son, who were in control of the management, working with the same zeal as the British officials, Messrs. Varian, Clark, and Johnston, who are technical experts. To all of these, Mr. Duthie the Vice-Consul, Mr. Russell, Mr. Petersen, and especially Mr. Tudor Pole, the constructor of wireless stations, I am indebted for much kindness and help.



Antonio da Costa
Um dos proprietarios da Fazenda Maravilha

As photographias que hoje publicamos sobre o assumpto dão uma idéa do que é a grande Fazenda Maravilha-Cassequel pertencente á firma commercial Antonio da Costa & C. — uma das mais importantes de Benguela.

A fazenda occupa uma enorme extensão desde a cidade de Benguela, atravessando a cidade de Catumbela, indo terminar na florescente villa do Lobito. Mede 18 kilometros de comprimento e tem uma área superior a 5.000 hectares.

E' muito fértil e rica em produções, sendo uma das mais importantes a da canna para destilação ou fabricação de assucar. Não obstante ha ainda n'esta vastissima propriedade uma grande porção de terreno inculto cheio d'uma vegetação soberba.

A fazenda é atravessada por uma linha Decauville, possuindo tambem um ramal de linha ferrea e apendiceiro.

o numero do quarto, respondendo desahridamente:
— Sou o 26.

Horas depois, nobilitava-se assignando-se no livro dos hospedes: Antonio de Carvalho. O seu nome que até na garganta dos crezados lhe parecia uma risada corrida, passou a ter na particula de uma suspensão elegante. Quando a pronunciava a si proprio, apoiando emphaticamente a lingua contra os dentes, sentia todo o corpo alteiar-se e crescer n'uma attitude de fidalgo medieval.

Este de era um garfo heraldico enxertado entre dois nomes, como uma borbulha de arvore antiga e sagrada entre dois ramos bravios de espinheiro serrano. E consumia horas e horas a escrever juntas sem a

Assumptos coloniaes

Figura 27: “A Fazenda Maravilha-Cassequel”, in revista *Brasil-Portugal*, n. 278, 1910.

Passado histórico. O Lobito viverá porventura mais do seu Presente e do seu auspicioso Futuro, até mesmo porque Passado não tem.

A construção em curso da barragem do Biópio permitirá em breve o fornecimento de energia eléctrica abundante à região Lobito-Catumbela-Benguela. Sabemos quanto a energia eléctrica desempenha hoje papel importante na modernização e progresso das terras e das gentes. No decorrer dos anos Bengue'a há-de necessariamente desenvolver-se paralelamente ao Lobito. Mas não poderá por certo modificar radicalmente o curso das realidades de hoje, para voltar triunfante à sua destronada supremacia e grandeza.

(Continua)

Figura 28: A referência à construção da barragem como mais um elemento que assentua o desenvolvimento do Lobito face à “destronada supremacia de Benguela”, in *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*, n.1576, 1953. À direita a ponte ferroviária de ferro sobre o rio Catumbela.

do Caminho de ferro. Não! Mas também não calamos que os ingleses, ou cousa que o seja, venham fazer pouco de nós e de nossos territórios.”

Fundada em 1913, a *Sociedade Agrícola do Cassequel* foi durante os anos de 1920 e 1930 uma das maiores empresas angolanas, ficando sob controlo do Grupo Espírito Santo em 1944. Em 1952 será a vez dos cimentos, a Companhia de Cimentos de Angola, agora com o grupo Champalimaud. Outros sectores industriais importantes foram as conservas de peixe, a produção de óleos alimentares, o milho e a moagem.²⁴

Em 1952 entrou em funcionamento a Companhia de Cimentos de Angola, “*Um colosso de cimento e de aço na cidade do Lobito*” - era possível vê-la de toda a cidade. Com grande pompa, o investimento de Champalimaud mereceu visita oficial do General Craveiro Lopes e do Ministro do Ultramar, Comandante Sarmiento Rodrigues que ocorreu em 19 de junho de 1954. Acompanhavam os visitantes os administradores da companhia, Anselmo Vilandebô e Carlos Sommer Champalimaud, o Governador da província de Benguela, o Presidente da Câmara Municipal do Lobito além de convidados, jornalistas e fotógrafos.

A Barragem de Lomaum e os investimentos na rede eléctrica da província de Benguela, significam uma componente fundamental do processo de modernização e das necessidades crescentes de energia, nomeadamente para grandes consumidores industriais como a cimenteira, a refinaria do açúcar, as oleaginosas ou as celulosas. O aeroporto, 1966, moderniza o sistema das comunicações juntamente com a expansão do Porto de Lobito. Entretanto prosseguiram os investimentos ao longo do corredor ferroviário, nomeadamente em Nova Lisboa (hoje, Huambo) onde se localizava toda a parte de manutenção e mecânica da linha ferroviária e das composições. As necessidades de lenha para as caldeiras das locomotivas, aceleraram a plantação intensiva do eucalipto ao longo da linha de Benguela e a construção de uma fábrica de celulose no Alto Catumbela, 1961. Essas plantações alternavam com outras produções agrícolas organizadas por fazendas de produção de cereais, oleaginosas.

24 DO AMARAL, Fátima Miranda M. (2019), *Sociedade Agrícola do Incomati – uma produtora de açúcar do universo Espírito Santo no último período do Estado Novo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa FCSH (dissertação de mestrado em História).

BALL, Jeremy (2015), *Angola's Colossal Lie. Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913–1977*. African History, Vol. 4, Leiden: Brill.



Figura 29: Açude no rio Catumbela para captação e desvio de águas de rega para a cultura da cana do açúcar na Fazenda de Cassequel



Figura 30: “Contratados” mostrando um cartaz de propaganda, Catumbela, 1961 in Jeremy Ball (2006) “I escaped in a coffin”. *Remembering Angolan Forced Labor from the 1940’s*. Cadernos de Estudos Africanos 9/10, p.5.

	Ano cultural		
	1952/1953	1962/1963	1971/1972
Angola			
Companhia do Açúcar de Angola	22 597	36 064	35 247
Sociedade Agrícola do Cassequel	21 036	30 327	31 898
Sociedade de Comércio e Construções	3 371	6 843	7 521
Total parcial	47 004	72 234	77 666
Moçambique			
Companhia Colonial do Buzi	16 110	29 452	32 383
Sociedade Agrícola do Incomati	17 667	30 404	53 558
Sena Sugar Estates	60 598	126 466	143 371
Maragra-Marracunene Agrícola Açucareira i)	—	—	44 122
Açucareira de Moçambique ii)	—	—	51 770
Total parcial	94 375	186 322	325 204
TOTAL	141 379	259 556	402 870
Varição	100	183	285

Quadro 16 - Produção das açucareiras de Angola e Moçambique em 3 anos culturais¹⁸⁹

Notas: i) iniciou a actividade em 1969 com 13 370 toneladas

ii) iniciou a actividade em 1970 com 40 048 toneladas

Figura 31: Fonte: Fátima Miranda M. do Amaral (2019), *Sociedade Agrícola do Incomati – uma produtora de açúcar do universo Espírito Santo no último período do Estado Novo*, op.cit.



Figura 32: Anúncio da fábrica de cimento: Companhia dos Cimentos de Angola. (Artigo desconhecido, Facebook)

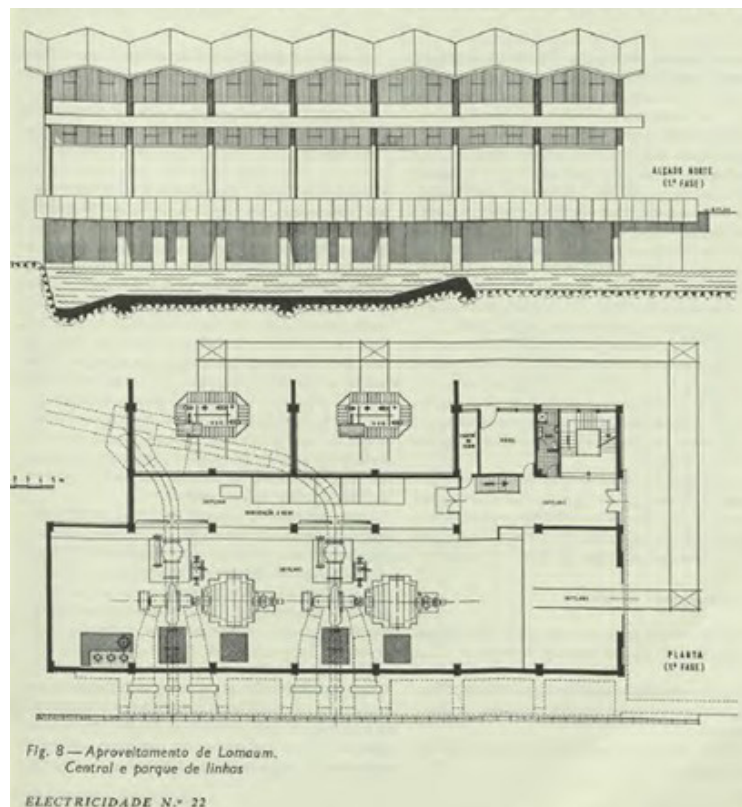


Figura 33: Barragem Hidroelétrica de Lomaum, Biópio, 1962 in José Manuel A. Ferreira (1961) A Electrificação da Região do Centro-Oeste de Anola e o aproveitamento hidroeléctrico de Lomaum (rio Catumbela). Lisboa: Revista Electricidade, nº22, pp. -150167



Figura 34: Plantação de eucaliptos – para produção de lenha de queima nas máquinas a vapor e para a produção de celulose - ao longo da linha de Benguela. s/d 1920??. No início da década de 1950' o eucalipto ocupava cerca de 5 650 ha.

A independência do país, 1975, inaugura um período de enorme turbulência, seguido de uma guerra civil violenta que dura 30 anos até aos acordos de paz de 2002.

O que acontece, entretanto, é muito contraditório:

- nacionalização de empresas privadas que rapidamente deixaram de funcionar e faliram;
- durante a guerra civil assistiu-se a um processo de destruição e desmantelamento de infraestrutura económica e logística e a movimentos massivos de populações que vieram alimentar a urbanização da pobreza;
- a entrada da China através de contratos e empréstimos negociados com indivíduos do aparelho do Estado. a China desempenhou um papel central na economia angolana onde – dentro do plano de influência geopolítica e económica do gigante asiático – jogou os maiores volumes de investimento de toda a África assegurados por créditos com base no petróleo. As obras públicas tiveram um papel fundamental, desde o gigantesco aeroporto de Luanda, à reconstrução da linha ferroviária de Benguela.²⁵ Os investimentos e empréstimos eram pagos em petróleo (cujo preço desceu muito a partir de 2014) e desse novo colonialismo ficou uma dívida soberana que limita severamente o investimento público angolano;

25 Cf. Chinese Investment, Cooperation to Boost Multi-sector Development. No texto referem-se 12 mil milhões (\$) em investimento na década anterior a 2024 (e uma estimativa de 24mM\$ acumulados até finais de 2024) com ênfase nos sectores energético, petróleo e gaz natural, agricultura, estradas e ferrovia, telecomunicações, cobre, lítio, exploração de petróleo off-shore, refinarias, in Angola <https://energycapitalpower.com/chinese-investment-cooperation-to-boost-multi-sector-development-in-angola/>. Segundo dados do Banco Mundial, a dívida angolana à China atingia os 21mM de dólares nos finais de 2024. A quebra de preços do petróleo em 2014 aumentou a dependência de Angola: The beneficial impact of China's large loans, however, is limited. The loans enriched only a small segment of Angola's elite circle and badly worsened corruption. The majority of Angola's people remained impoverished. The drop in global oil prices since 2014 has left Angola in serious economic distress. Moreover, Angola's oil production has peaked, and shipments have begun to decline. The "Angolan model" of collateralizing oil for loans has become increasingly difficult to sustain. (...) China's loans to Angola continued to increase, reaching a cumulative amount exceeding \$40 billion. In addition to infrastructure construction related to the oil industry, China has built railroads, ports, and housing by providing loans for these projects. In <https://www.eurasiareview.com/01032025-china-and-angola-from-the-pioneering-angolan-model-to-a-new-relationship-analysis/>, artigo assinado por Sumie Yoshikawa, Universidade de Senshu, Tóquio. Ver tb. Sumie Yoshikawa (2024) China and Angola: From the Pioneering "Angolan Model" to a "New" Relationship. East-West Center Vol. 28, No. 170. [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/server/api/core/bitstreams/2760ca9e-624b-4d26-9f2f-1e4d4c8aa3e6/content](https://scholarspace.manoa.hawaii.edu/server/api/core/bitstreams/2760ca9e-624b-4d26-9f2f-1e4d4c8aa3e6/content)

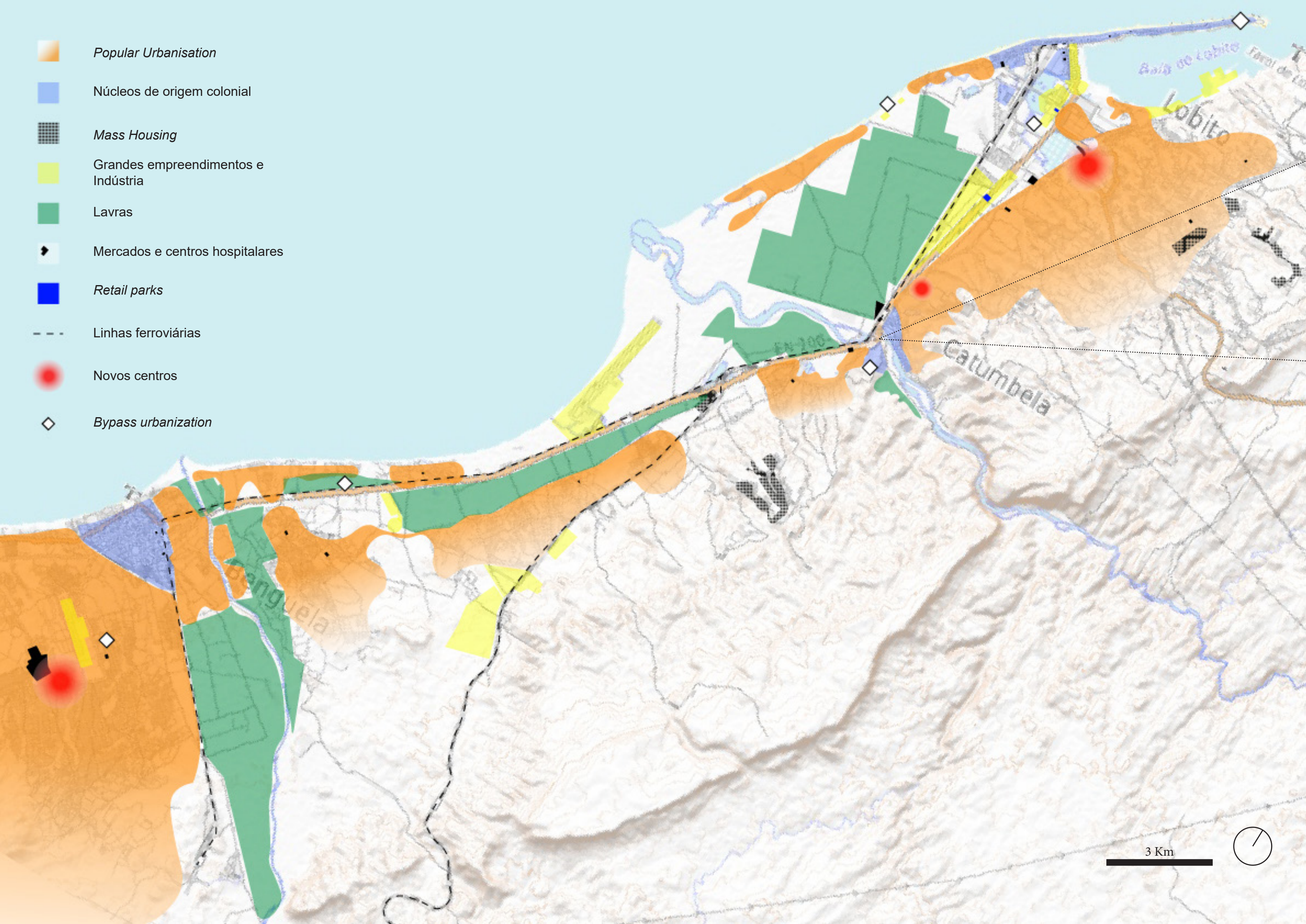
- este tipo de cooperação económica deixou um lastro de corrupção que foi minando a confiança no Estado Angolano, e facilitando os negócios mais ou menos “escuros”, envolvendo empresas e interesses vários.

- entretanto o mundo mudou. A China continua presente em projectos estratégicos: lítio, petróleo, cimento, pescas, na construção e infraestruturas, etc. Contudo a instabilidade da economia-mundo não nos dá nenhum cenário seguro. O Presidente dos EUA, Joe Biden visitou o Lobito em 2024 para assinar um protocolo para o Corredor de Desenvolvimento do Lobito – “O futuro do mundo está aqui, em África, em Angola”, disse o presidente Biden que, de facto estava a organizar uma frente americana contra a presença da China em África, particularmente nos minerais estratégicos para a transição energética. Já não é a primeira vez que o “futuro está no Lobito”!

Como facilmente se constata no Mosaico Urbano Lobito Benguela, estes pouco mais de 100 anos de história estão impressionantemente marcados. Já não se trata apenas da transição do colonial para o pós-colonial.²⁶ É bastante mais complexo, como bem revela a história da Linha de Benguela. A excepcionalidade da Restinga do Lobito continua presente; os grandes investimentos infraestruturais e industriais repartem-se pelo Estado angolano, por privados mais ou menos inseridos numa malha de poder, por Chineses e outros capitais estrangeiros. Anunciam-se grandes projectos como a fábrica de cimento clinker ou a refinaria, o Pólo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela (com uma reserva de solos de 2 000 ha). Há muitas instalações militares, hotéis que nunca tiveram hóspedes, terrenos cercados, construções inacabadas e outras completamente finalizadas e vazias. Por todo o lado se vai espalhando a habitação precária da maioria, dos que não conseguem retirar benefício de todo este tumulto e que, ao lado de instalações e urbanizações com elevados graus de infraestruturização, enfrentam desafios como água potável nos poucos fontanários existentes. A cobertura e a qualidade de serviços e equipamentos básicos como escolas e hospitais ainda é muito precária. A urbanização é um produto social, como já explicou Henri Lefèbvre. Por isso é um mosaico, cujas distinções se acentuam perante uma sociedade de tal modo fraturada.

26 LOOMBA, Ania (1998) *Colonialism / Postcolonialism*. London: Routledge (2ª ed., 2005)

-  Popular Urbanisation
-  Núcleos de origem colonial
-  Mass Housing
-  Grandes empreendimentos e Indústria
-  Lavras
-  Mercados e centros hospitalares
-  Retail parks
-  Linhas ferroviárias
-  Novos centros
-  Bypass urbanization



Mosaico

“Tudo-Está-Ligado”



Figura 36: Imagem aérea do coração da Catumbela. Evidencia-se a interseção do rio com o mesmo nome, as vias rodoviárias e ferroviárias, o sistema de saneamento, os campos agrícolas, as montanhas, áreas de habitação densas, etc. Ponto favorável à localização da Açucareira Cassequel, à esquerda das pontes. Ao fundo da via à esquerda, o Lobito

Na extensão urbana deste mosaico distinguem-se taxonomias da Urbanização Planetária que são relevantes à presente investigação. É importante referir que essa taxonomia se baseia sobretudo nos processos e actores, e não apenas nos padrões morfológicos da urbanização. O mapa (página ao lado) sugere a distribuição atual destes processos e respetivas designações, como mais uma ferramenta de análise do contexto urbano.

O enquadramento acima (fig. 36) é o maior exemplo dessa diversidade e interdependência, um ponto focal em que é mais evidente a concentração das redes em evolução dos últimos cem anos - estradas, ferrovias, porto, redes de energia, distribuição de água - estruturantes das principais polaridades urbanas. O conhecimento das redes de fluxos (pessoas, mercadorias, energia, etc.) e da lógica relacional do espaço urbanizado (proximidades, afastamentos, enquistamentos, etc., espaciais e sociais) será então hoje a mais rigorosa leitura deste fenómeno.

Assim se ultrapassam as limitações dos conceitos a que fomos habituados: do rural ao urbano, do centro à periferia, o formal e o informal. Estes coexistem em forma de entidade compósita que é o urbano.



Figura 37,38: Casa de Benigno Ferreira & C., Catumbela, 1900/2025. A Benigno Ferreira & C. fazia parte de um grupo de comerciantes que, depois da proibição do comércio de escravos, negociavam trocas de produtos do interior angolano - marfim, mel, borracha - por tecidos e artefactos de proveniência metropolitana.

II. Episódios recentes: Do Porto do Lobito ao CFB

Os processos urbanos propostos e a sua existência no Mosaico urbano passam-se aqui a descrever.

(1950' a 1975 - nova atitude colonial)

Núcleos de origem colonial

Áreas resultantes de processos de planeamento colonial e que integram estratégias de domínio urbano. Nesta concretização seguem ideais condutores da modernização que Portugal (ou certas figuras importantes da economia e da política portuguesa nas primeiras décadas do sec.XX) induz. Estas zonas materializaram-se, numa lógica de zonamento, distribuindo-se em parâmetros residenciais, administrativos, comerciais, culturais e de serviços — destaca-se a edificação de cinemas, igrejas, hospitais, liceus, praças e jardins.

É possível distinguir dois momentos neste processo: Benguela e o eixo Catumbela–Lobito. Benguela, com função administrativa desde os primeiros tempos coloniais, desenvolveu-se numa planície costeira favorável à implementação de um traçado urbano regular, que serviu de base ao controlo estratégico do sudoeste de Angola. Lobito e Catumbela consolidaram-se posteriormente, com um crescimento urbano fortemente associado às suas funções portuária, ferroviária e industrial, particularmente entre os anos 50 e 75, sob orientação do arquiteto Castro Rodrigues²⁷, entre outros.

Após a independência, estas áreas mantiveram um papel relevante na organização administrativa e revelaram-se polos de continuidade do desenvolvimento urbano, conservando os seus traçados estruturais, que ainda hoje orientam os fluxos de mobilidade. A disposição relativamente linear destas áreas, localizadas em estreita proximidade, deu origem a uma expansão que as interliga hoje por processos urbanos pós-coloniais. Estes núcleos afirmam-se ainda hoje pela presença do sistema infraestrutural herdado do período colonial, sobretudo do período entre os anos de 1950' até à independência. A ausência de manutenção e restauro de muitos destes edifícios, pelo seu peso simbólico negativo ou não, contribui para a sua degradação progressiva.

27 FONTE, Manuela (2007) Urbanismo e Arquitetura em Angola, De Norton de Matos à Revolução. Tese de Doutoramento UTL-FA. P. 202



Figura 39,40:Porto do Lobito, 1970'/2025.

Grandes empreendimentos e Indústria

O Porto do Lobito e os Caminhos de Ferro de Benguela (CFB) são duas marcas estruturantes da província, em torno destes dois empreendimentos desenvolveu-se toda uma base urbana sólida de atração de interesse por diferentes níveis e ramos de atividade. Impulsionaram vários serviços de apoio no espaço urbano que servem até hoje como oficinas, clínicas, complexos desportivos ou turísticos.²⁸

Esta dinâmica de origem colonial continua a estar no cerne do potencial económico da província: o Porto do Lobito mantém-se como um dos maiores da região, com condições naturais favoráveis à atividade e articula-se com a linha ferroviária de alcance internacional, que associada à conexão com a fronteira oeste do país e a sua participação estratégica na rede da África Subsariana, são alvo de interesse global.

A província dispõe hoje de “polos de desenvolvimento” — designados formalmente como tal (ex: Polo de Desenvolvimento Industrial da Catumbela, PDIC) — destinados à atração de investimento. Projetos com atividades diversificadas, abrangendo os setores da produção, refinação, distribuição e prestação de serviços, dispõem-se em benefício duma infraestrutura de transporte de carácter excecional, como é a proximidade à Estrada Nacional 100 (EN100). Esta interseta inevitavelmente zonas de elevada concentração residencial (essa relação vai ser aprofundada mais à frente). Verifica-se também a dinamização de atividades costeiras, como a pesca e a produção de sal.

²⁸ Ver: <https://sites.google.com/site/cfbumahistoriasucinta/>



Figura 41, 42: Centro de Produção da Sociedade Agrícola do Cassequel, nomeadamente de Açúcar, estrategicamente posicionado na margem norte do rio Catumbela, nas imediações do caminho de ferro - 1970'/2025.



Figura 43, 44: Sistemas de distribuição de água. Em cima, fase primária de nivelamento em paralelo ao rio Catumbela e irrigação das terras agrícolas. Em baixo, presença das lavras e valas, agora sem água na estruturação do bairro do Gama.



Figura 45, 46: Sistema de irrigação na margem sul do rio Catumbela. ?/2025.

Lavras e a rede de Valas

As terras agrícolas chamadas “lavras” têm um papel estrutural tão elevado como outro elemento urbano mais convencional, no sentido em que participam na economia urbana (o adjectivo não podia ser outro) como fonte de rendimento complementar de outras.

No passado colonial, o terreno que agora ocupam fazia parte de grandes plantações - açúcar, algodão e óleos alimentares – e respectivos modos de organização da produção. As técnicas e processos de produção exigiam um sistema de irrigação que se concretizou na construção de redes de canais ou valas que, a partir de captações nos rios Catumbela e Cavaco, por gravidade ou por processos de bombagem, faziam chegar a água às plantações. Para escoar a cana ou outros produtos para as fábricas de processamento de produtos derivados, existiam também acessos para veículos motorizados e máquinas de tração a vapor.

Após a independência muitos destes terrenos e instalações industriais foram nacionalizados mas o clima de guerra e de desorganização rapidamente provocou rupturas. Hoje, a quadrícula minúscula das lavras distribui-se por uma área descontínua, mas ainda assim extensa, maioritariamente organizada em regime cooperativo, de produção partilhada ou industrial. Estas parcelas cultivadas constituem a base da atividade diária de milhares de pessoas, beneficiando da proximidade ou integrando-se em áreas urbanas, o que facilita tanto o acesso de quem aí trabalha, como a circulação dos produtos para auto-consumo ou venda.

Entre as principais culturas das lavras destacam-se o milho, feijão, banana, batata-doce, batata-rena, manga e cana-de-açúcar. Esta economia revelou-se fundamental no durante e pós-guerra, para a subsistência de populações deslocadas que se fixaram nas imediações. Por isso, as antigas terras das plantações estão diretamente envolvidas na origem de formação dos bairros e assentamentos residenciais.

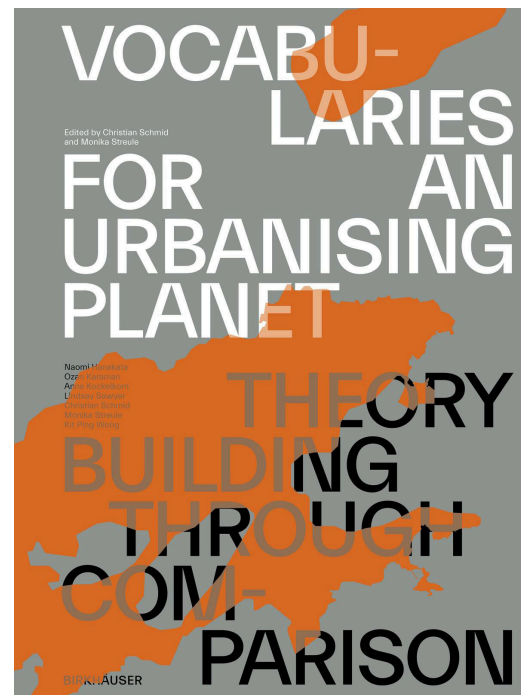


Figura 47: SCHMID, C., & STREULE, M. (Eds.) (2023). *Vocabularies for an urbanising planet: Theory building through comparison*. Birkhäuser. Esta obra foi de grande importância, quer para uma melhor compreensão da “Urbanização Planetária”, quer para o conhecimento de taxonomias da Urbanização Planetária que são usadas na investigação comparada que a obra contém. É importante referir que essa taxonomia se baseia sobretudo nos processos e actores, e não apenas nos padrões morfológicos da urbanização. Seguimos essa categorização que está representada no mapa do Mosaico Urbano Lobito/Benguela, p.50.

(1980'-2025)

Neste ponto introduzem-se cenários mais recentes que surgem de fenómenos urbanos que não se desassociam do passado, mas que têm por base circunstâncias relacionadas a modos de gestão pós-coloniais falhados.

A sua definição é menos consensual no urbano e implicaria análises a uma escala mais alargada para uma leitura a par com as transformações do território em tempos de globalização.

Não sendo esse o foco prioritário do presente estudo, e considerando os recursos que esta análise comparativa requereria, recorre-se aos esforços teóricos de autores em reinventar ferramentas de análise urbana mais ou menos convencionais e respectivas categorias, classificações e taxonomias que formam um novo vocabulário para a urbanização.

Um livro em particular, publicado em 2023, divulga uma investigação aprofundada nas últimas duas décadas, que reuniu especialistas interdisciplinares e globais do urbano (liderada por Christian Schmid), com o objetivo claro de identificar padrões urbanos pelo estudo comparativo de processos urbanos de Tokyo, Hong Kong – Shenzhen – Dongguan, Kolkata, Istanbul, Lagos, Paris, Mexico City and Los Angeles. Os autores de “Vocabularies for an Urbanising Planet” (2023), propõem análises urbanas com critérios e meios inovadores, para responder aos desafios da urbanização em constante mudança que testemunhamos. Parte relevante dos contributos do livro resulta de um trabalho longo e geograficamente diverso de investigação empírica e teórica e interpretação potencialmente aberta, que pretende enriquecer o vocabulário urbano como ferramenta essencial para abordagens atualizadas e mais efetivas.

*“The empirical results and theoretical considerations assembled in this book convey a kaleidoscope of urban territories and processes across the planet. They are open to various ways of reading, as the different components can be linked in new ways, and thus new aspects and connections among them can be identified. We offer this book for critical examination and discussion, and as inspiration for inspiration to further comparative endeavours. It is meant as an invitation to develop a renewed vocabulary of urbanisation, and to advance new theoretical frameworks to grasp the contemporary urbanisation of the planet.”*²⁹

29 SCHMID, C., & STREULE, M. (Eds.). (2023). *Vocabularies for an urbanising planet: Theory building through comparison*. Birkhäuser. p.14.



Figura 48: Morro da Catumbela, margem Sul. Ao canto esquerdo um hotel que nunca entrou em funções, e ao fundo um *resort*.

Popular urbanization

Taxonomia habitualmente associada a bairros espontâneos, periféricos, informais...

Lugares difíceis de definir: não sabemos tudo o que são, mas sabemos tudo o que não são. Surgem entre o convencional e o definível, o imaginário do “entre”. A sua designação não é consensual pois o processo que protagoniza é muito sensível ao contexto.

O conceito de “*Popular urbanization*” surge na publicação com base nas semelhanças entre bairros do Novo México, Lagos, Istanbul e Kolkata, na interseção de diversos fatores:

- Localização em áreas afastadas dos centros antigos e inicialmente habitado por classes de baixo rendimento - fenómenos de exclusão e pobreza já aprofundadas por CALDEIRA (2017) e ROY (2005).

- Construção das casas (pelo menos parcial) por métodos de autoprodução e processo frequentemente evolutivo.

- Tem origens em processos de migração.

- O acesso à propriedade é complexo e envolve o colectivo como estratégia facilitadora do acesso à terra, ao solo, à construção da casa, a serviços como a água ou a electricidade - requer existência de terras disponíveis, o que o distingue de outro processo designado de “plotting urbanism”. Entenda-se a distinção assente em três temas principais:

“Unlike popular urbanisation, in which collective action, political organisation and self-help play decisive roles, this process is mainly defined by three other characteristics: firstly, the relationship to the land is based on a territorial compromise that allows for the existence of multiple conflicting systems of landownership and land regimes. Secondly, market mechanisms and commodification play an important role, which also creates specific social relationships between landlords or rentiers, who often still live in the area, and their tenants. Finally, the process proceeds in a piecemeal and incremental way, plot by plot, without overarching planning, which creates a variety of local situations.”³⁰

30 SCHMID, C., & STREULE, M. (Eds.). (2023). *Vocabularies for an urbanising planet: Theory building through comparison*. Birkhäuser. p.55.



Figura 49: Mercado do 4 (de abril), maior mercado de Benguela.



Figura 50: Centralidade do Luhongo, a maior de Benguela.

Popular urbanization II - Novos centros e os Mercados de tudo

Esta modalidade de urbanização popular engloba outras questões e temas que não apenas os da produção directa de habitação, concentração dos fluxos comerciais, de consumo, e tudo o que isso implica, de surgimento associado à aglomeração em áreas residenciais. Espaços de elevada concentração de fluxos — de vendedores, compradores, produtos e serviços. Distribuem-se em diferentes escalas, desde mercados de proximidade, que asseguram o acesso a bens básicos, até aos maiores, localizados junto a corredores de escoamento interprovinciais e a áreas residenciais densamente populosas.

Estes últimos têm pela sua escala uma capacidade polarizadora do urbano. Caracterizam-se pela oferta diversificada, que pode incluir desde materiais de construção a peixe seco ou produtos farmacêuticos. Estes espaços mobilizam uma ampla variedade de agentes urbanos e respetivas atividades, desde os inúmeros candongueiros (ou taxistas) a crianças que acompanham os compradores transportando os seus sacos, traduzindo-se frequentemente nos locais mais movimentados e representativos da vida quotidiana urbana.

Mass housing

É um conceito sugerido no livro de forma consensual, como um processo baseado num conceito urbano rígido e por isso, de descrição homogénea: *“Produção industrial de habitação em larga escala que conduz à reorganização estratégica de territórios urbanos inteiros.”* (pag. 57)

Não se restringe a investimentos estatais de programas de habitação acessível, mas a toda a qualquer produção de larga escala iniciada diretamente pelo Estado ou por consórcios público/privados envolvendo construtores e bancos. O programa “Minha Casa Minha Vida” no Brasil é, porventura, o caso mais conhecido.

Estes projetos revelam-se, em geral, ineficazes, tanto pelas características dos modelos de habitação aplicados — frequentemente alheios ao contexto socio espacial local — como



Figura 51: Estabelecimento hoteleiro descaracterizado na Catumbela.

pela escolha de localizações afastadas de infraestruturas essenciais. Além disso, os preços praticados tendem a estar desalinhados com os objetivos sociais proclamados, muitas vezes influenciados por lógicas internas do mercado imobiliário desresponsabilizando-se de servir escalões de rendimentos mais baixos.

Implantam-se, regra geral, em terrenos mais distantes da centralidade urbana, onde o valor fundiário é inferior. No caso específico desta linha urbana, as unidades habitacionais foram edificadas num planalto de difícil acesso, exigindo inclinações acentuadas e investimentos significativos para garantir o fornecimento de água e energia.

A descrição encaixa nos projetos popularizados como “centralidades”, e nas suas limitações, refletindo essa tentativa discursiva de descentralização urbana, ainda que reduzida, muitas vezes, à simples provisão de habitação, ignorando outras dimensões fundamentais da urbanidade

Estas intervenções são frequentemente apresentadas como alternativas habitacionais nos processos de desocupação das áreas precárias, intenção que coexiste com os interesses do negócio para construtoras e intermediários estatais.

Bypass urbanism (ou General Urbanization)

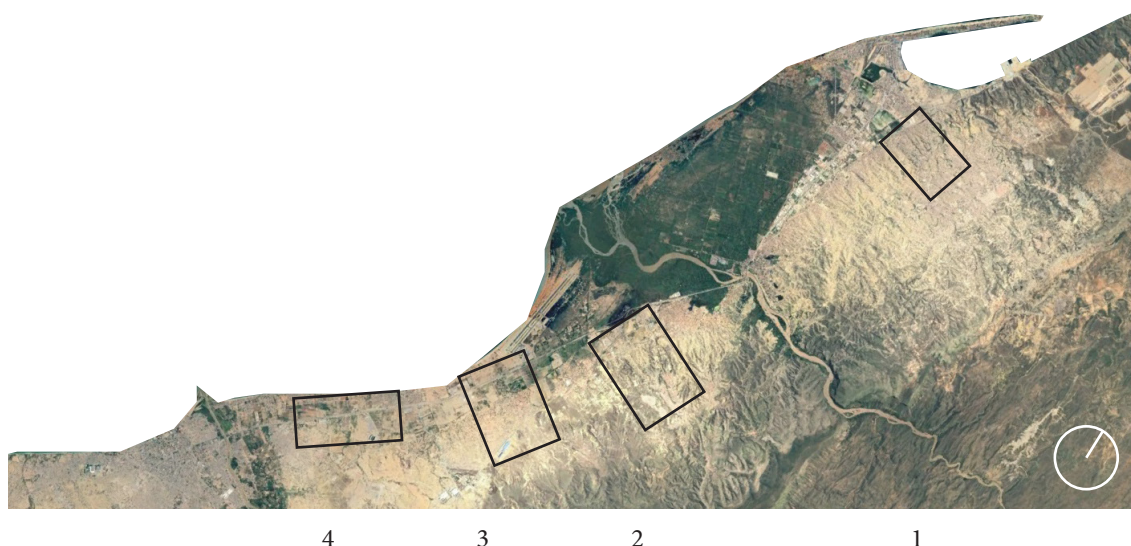
Tem princípios comuns com o conceito “Bypass urbanism”, explorado na obra, mas ganha neste contexto contornos diferentes no impacto urbano. Sugere-se outra designação que combina o seu caráter descartável ao contexto e uma referência à patente dos seus principais dinamizadores (“general”).

Processo bem presente que consiste em projetos desajustados à envolvente, desde a estética à função. Transparentes aos processos de legalização, mas bem marcados na experiência urbana, ainda que na maioria dos casos fiquem pelo inacabado ou disfuncional.

Simbolizam a disparidade social, elevadíssimos investimentos privados não sensíveis à proximidade a vidas marcadas pela estagnação e escassez.

[illegible]

68



III. Enquadramentos do Mosaico Urbano

EN100, uma montra de diversidade

Dentro desta heterogeneidade, criam-se coexistências improváveis que inviabilizam percepções mais convencionais do urbano.

Enquadramento 1:

O eixo principal de ligação rodoviária que atravessa o mosaico urbano Lobito/Benguela, estrutura uma frente de urbanização em linha onde se pode encontrar de tudo.³¹

-No Lobito a N100 conecta-se ao Morro da Rádio, um mecanismo complexo por conjugar o único ponto na província de conexão rodoviária ao norte do país, com o desafio de vencer o desnível e deformação da arriba para permitir a circulação.

-Distribuem-se 3 momentos:

-À direita, no extremo do planalto, localiza-se a avenida de onde irradiam as ligações rodoviárias e as partidas e chegadas de Luanda - Lobito. Aqui se concentra o comércio fixo que cria dois compassos de trânsito: o local e o rápido entre camiões, táxis e motorizadas, por norma carregados. Nas ruas confinantes situam-se blocos habitacionais coloniais, de implantação modernista.

31 cf. DOMINGUES, Álvaro (2009) A Rua da Estrada. Porto:Dafne



Figura 58: Ambiente na EN100. Agricultoras regressam das lavras.

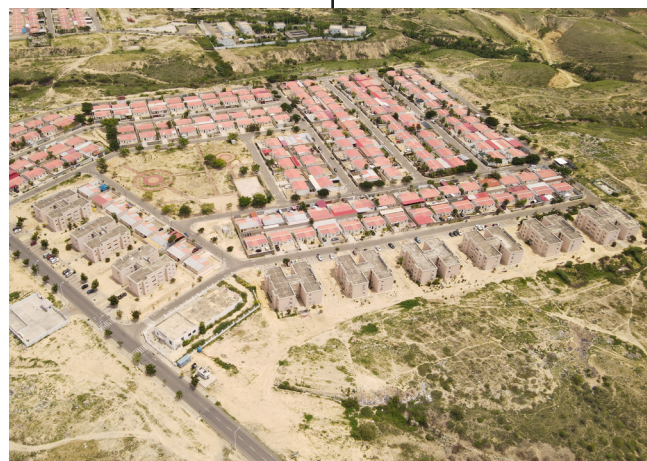


Figura 59: Imagem aérea da Centralidade do Luhongo.

-Ao centro o momento em que as vias se divergem em dois sentidos, contornando uma arriba escarpada, mas que se tornou densamente povoada.

-À esquerda a regularização topográfica da planície, reúne as duas vias na rotunda do Africano, pretexto para a fixação do maior mercado ao ar livre do Lobito, que ocupa toda aquela berma da estrada em funcionamento diário. O mercado irá brevemente passar para os dois armazéns a branco, obra em fase de conclusão.

-Em toda a extensão deste as ravinas acentuadas densificaram-se com construções clandestinas.

Enquadramento 2:

Enquadra-se uma concentração de funções oportunas: estrada, caminho de ferro, estações, paragens, ligações...

- No extremo superior esquerdo do mapa localizam-se os terrenos de cultivo que denunciam a proximidade do rio Catumbela, mas também uma área plana e de muito baixa altitude que dificulta a drenagem da água e inunda com frequência.

É neste ponto que se confluem as rotas ferroviárias de mercadorias e de passageiros, antecipando a travessia do rio.

No extremo oposto, implantada no topo das arribas que fazem a transição de aplanície litoral para o planalto desenhado pelas arribas, dispõe-se a Centralidade do Luhongo, o maior projeto residencial da província. Dispõe de uma escola, centro médico e alguns serviços mínimos, mas a ocorrência de funções comerciais de uso diário é quase nula. Tem acesso por uma via tão inclinada que requer uma área de escape.

-Entre os dois extremos desenvolvem-se atividades ao longo da estrada nacional. A estrada dá acesso direto a sul a um outro condomínio, este privado. Mais em frente conjugam-se programas como duas estações de serviço, a universidade católica e um extenso cemitério.

Ali também começa o Bairro do Luhongo, cuja similaridade dos nomes disfarça condições de vida muito diferentes das da Centralidade.

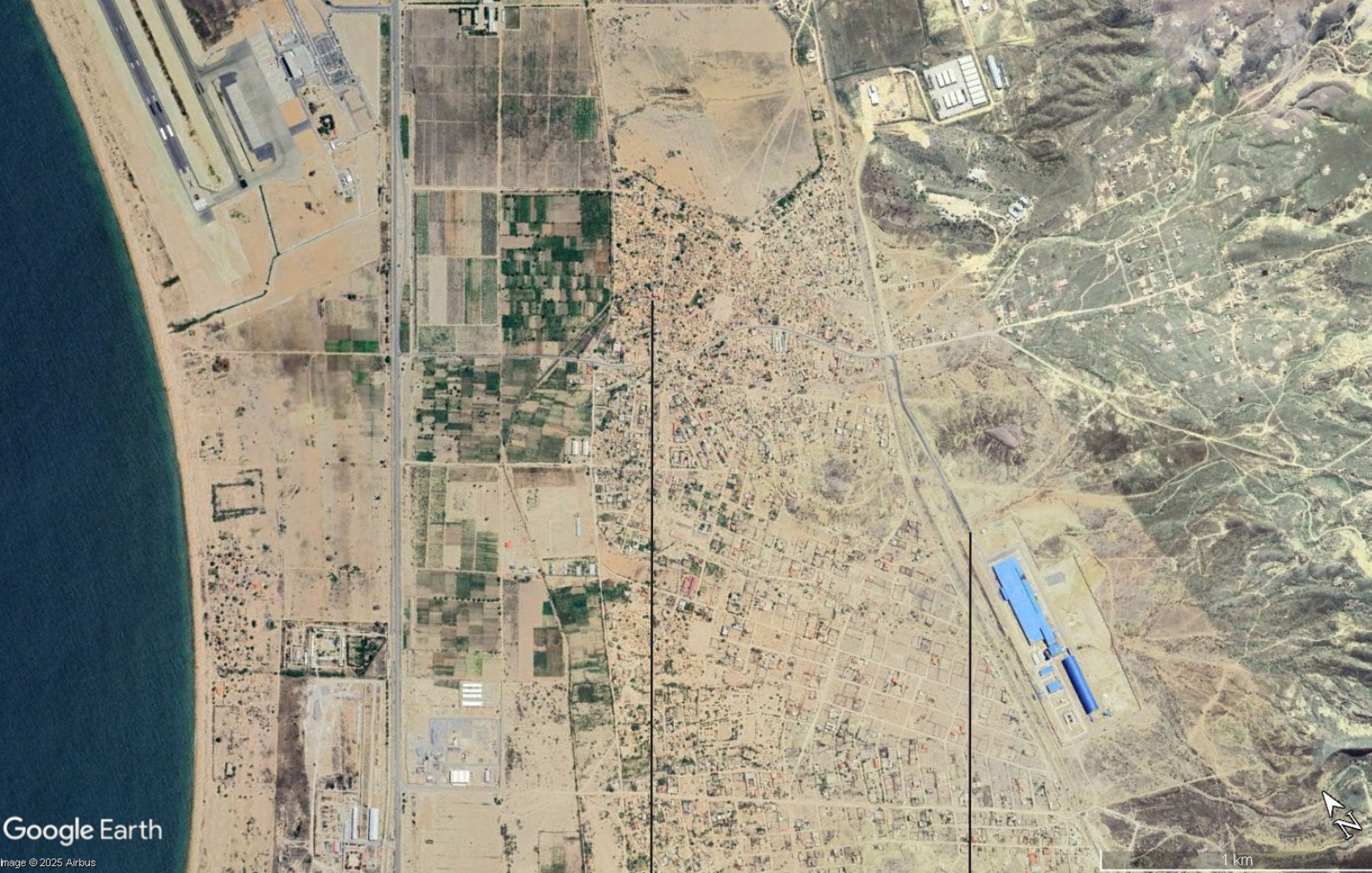


Figura 61: No Bairro do Gama.



Figura 62: Projeto da fábrica chinesa.

Enquadramento 3:

Ainda junto à N100, mais a sul na passagem junto ao aeroporto internacional da Catumbela, localizam-se o bairro do Gama e um conjunto de funções de dimensão apreciável

-O bairro desenvolve-se em torno de uma ramificação perpendicular à N100 que o atravessa. Densifica-se entre extremos tão definidos como diversificados.

-A Este, percorrendo já os terrenos do planalto, segue a linha férrea de mercadorias que define uma frente reservada à indústria, onde se evidencia no canto inferior uma fábrica recente chinesa de gesso cartonado, e a Norte armazéns e instalações industriais. Recentemente estas entidades participaram na reabilitação do revestimento da estrada, para facilitar o escoamento dos produtos, o que tem beneficiado os próprios moradores.

-o limite norte do bairro é amuralhado, mas o terreno que se delimita, de grande dimensão, não evidencia ainda qualquer ocupação.

-o sul do bairro dispõe um traçado mais regular em planta que indica uma iniciativa unitária de parcelamento de terrenos. Sem obstáculos urbanos mantém uma certa continuidade nesta frente.

-O Gama mantém várias proximidades a Oeste: um curso de água desativado definiu uma outra frente do bairro, que se liga com terrenos de plantação agrícola, privados e em cooperativa, até à estrada nacional. No canto inferior esquerdo identifica-se outra instalação industrial chinesa, no superior é já a pista do aeroporto internacional.

Enquadramento 4:

-Enquadra-se um setor geral longitudinal à N100, que liga Benguela ao Lobito, evidenciando a sua diversidade.

Em disposição paralela à linha de mar, a N100 distribui acessos de conexão ortogonais. Trata-se de um espaço de encontros entre as existências que se organizam em função da linha de costa e de actividades relacionadas com o mar.

-Destaca-se a existência do Estádio Nacional, contruído no âmbito do CAN 2010, hoje acolhe jogos esporadicamente, mas cuja maior utilidade popular é o sistema de estacionamento que alberga um programa de eventos motorizados ou feiras (como a



Figura 64: No Bairro Damba Maria.



Figura 65: Nas imediações do Estádio do Ombaka

Feira internacional de Benguela, anual). O lote que ocupa dispõe de terrenos cultivados e usados para pasto.

-Ao longo desta margem da estrada há inúmeras intenções materializadas em terraplanagens e uma ou outra construção abandonada. Só a sul surge um Instituto Politécnico (Piajet) e o início do Bairro da Graça, um aglomerado associado a uma margem do rio Cavaco e que se desenvolve até Benguela.

-Do lado oposto é de notar como a linha do mar atrai aglomerações piscatórias quase contínuas que, episodicamente, ainda deixam ver algumas lavras. Junto à Estação do CFB localiza-se o Bairro Damba Maria, entre mais terrenos amuralhados, mas sem propósito aparente. É exceção o hotel imediato, que abriu recentemente associado ao aeroporto. A completar esta sequência, ao centro, um condomínio ocupa a frente mar, como exceção à regra dos bairros.

Daquilo que foi dito e documentado, percebe-se a extrema diversidade de processos, actores públicos e privados, funções, formas que coexistem no Mosaico urbano, ora tirando partido de situações especiais - aeroporto, estações do CFB, cruzamentos, linha litoral - ora correspondendo à implantação da residência auto-construída que aparece praticamente por todo o lado. O eixo em si é um espaço de interseção dos diferentes agentes com intenções distintas. Os episódios que se distinguem dos processos não têm qualquer dependência/vínculo pré-estabelecido a espaços físicos. Como vemos, é complexo distinguir e delimitar as peças do Mosaico por diferentes critérios que lhes são frequentemente associados. Tal análise implica o conhecimento aprofundado dos processos, que procuramos organizar ao longo deste capítulo

Bem exposto fica, todavia, um desequilíbrio quanto às prioridades, denuncia diferentes graus de acessibilidade ao urbano. É este o processo/padrão maioritário à definição de prioridades de intervenção, aquele que mais ocorre e que maior atenção devia ter por parte das políticas urbanas públicas. No capítulo seguinte faremos uma aproximação à vida protagonizada nestas áreas maioritariamente residenciais, para compreender dinâmicas de organização, lógicas de gestão e de sociabilidade que se geraram ao longo das últimas três décadas.



Capítulo 1: *Bocado-bocado*



Capítulo 1: *Bocado-bocado*

1.1 Urbanização acelerada, construção demorada, vida “nas calmas”

“No contexto ocidental, o processo de aceleração da urbanização decorreu a par com a industrialização e em paralelo com um crescimento da indústria e de serviços, o que representou a expansão das estruturas económicas e o alargamento das oportunidades de trabalho. E se neste contexto – apesar do processo de urbanização ter decorrido em conjuntura maioritariamente favorável de crescimento económico – se criou um desfasamento entre as exigências sociais e as condições criadas no ambiente urbano, em grande parte dos territórios a Sul esta disparidade terá atingido proporções especialmente gravosas, com velocidades de urbanização muito superiores, e uma maior fragilidade económica que se traduziu em constrangimentos acrescidos para as gerir.”¹

Os estudos urbanísticos e respetivos suportes conceptuais, gráficos, estatísticos, que têm alicerçado a produção sobre os “*territórios a Sul*”, ou do denominado Sul Global, contêm, frequentemente, muitas simplificações e uso de conceitos que, de tão superficiais, chegam a parecer *slogans* – urbanização dita informal é um desses exemplos, ora traduzindo uma simplificação jurídica que se confunde com o ilegal, ora incidindo sobre as formas de organização da auto-construção, ora caracterizando processos políticos como as ocupações, ora, simplesmente, referindo-se a construções e urbanização não prevista em planos. Estes exemplos não esgotam o excesso de polissemia do “informal”.

Deduz-se com facilidade que se trata de uma estratégia prática que permite dinamizar as discussões necessárias e recorrentes para uma área de estudo tão abrangente, quer pela quantidade de informação que mobiliza, pela amplitude dos temas e pelo potencial de contradição existente dentro das temáticas que se abordam.

Um dos termos recorrentes, para caracterizar a evolução urbana recente, no caso, em contextos sociais muito frágeis e com um apoio reduzido do Estado é o de “urbanização acelerada”. A questão é particularmente grave quando essa aceleração se faz em contexto de estagnação económica, conflito militar, e governo, Estado, administração ineficientes e pouco envolvidas nas questões da pobreza.²

1 DOMINGUES, Álvaro; FERNANDES, Ana Silva (2015) – *A Urbanização da Pobreza*. Estudo Prévio. Lisboa: CEAUT/UAL

2 Veja-se p.e. HELSINKI, Demos (2024), UNDP, *Urban Development Beyond Growth*.

Esta e outras expressões que traduzem a velocidade nos processos de urbanização, verificam-se em tudo o que diz respeito à vida e às condições de vida de bairros como os que existem no mosaico urbano Lobito/Benguela. Para além das migrações, o elevado número de crianças e jovens contribui ainda mais para a continuação do crescimento e das suas dificuldades.

As deslocações em massa da população, maioritariamente proveniente do interior do país, se num primeiro tempo se explicam pelo clima de guerra civil (nos 30 anos seguintes à independência de Angola em 1975) continuam a verificar-se por efeito de episódios de seca prolongada e pela facilidade que existe em matéria de mobilidade.

Nesta turbulência em que prossegue a ampliação sistemática dos limites invisíveis dos bairros, ou a sua densificação, assim como a constante necessidade de reabilitar e transformar o que está feito, existe uma luta permanente em torno da sobrevivência: todos vendem ou compram qualquer coisa; experimentam-se pequenos negócios ou vende-se na rua; vai-se a Luanda ou a outros destinos procurar oportunidades; refazem-se laços com territórios de origem; aceitam-se contratos ocasionais de trabalho algures; explora-se uma lavra ou o fabrico de carvão; procura-se a pesca artesanal na orla marítima, etc. Tudo aquilo que está fixo – as casas e outras construções – dizem muito pouco acerca da plasticidade e da instabilidade da vida que aí se organiza ou por aí passa, mas serão estes pontos aparentemente firmes tão fixos quanto isso?

Confrontado com o vocabulário dos protagonistas do dia-a-dia de um bairro de Benguela, Lobito ou Catumbela, entende-se o contrário desta sensação de pressa e de agitação. Veja-se como a pergunta introdutória do discurso informal “- tudo bem?” é com grande probabilidade seguida da resposta “- nas calmas...” ou mesmo “- devagar...”³ Repare-se que a velocidade está ainda presente, mas a intensidade é outra.

A instabilidade normalizou-se ou a “calma” é apenas de quem fala naquele momento e não dos que ontem estavam e hoje não. Vive-se o presente e talvez a calma seja o antídoto para expectativas sucessivamente adiadas ou naufragadas.

Estão muito presentes e são muito claras as dificuldades em construir condições de habitação, projetos de vida – isso é *vagaroso*. Desta contradição vive a dinâmica

³ Outras expressões: “pausado”, “seguro”.

urbana dos “assentamentos auto-construídos” do mosaico Lobito/Benguela e de tantas outras situações em Angola ou algures. Os moradores estão por sua conta. Sendo os atores diretos da urbanização e os sujeitos da urbanidade, tudo vai, ao mesmo tempo com rapidez (por exemplo, chegar e improvisar um abrigo) e com lentidão (melhorar, incrementar).

É, neste cenário, fundamental compreender a urbanização proposta à base do “bocado-a-bocado”⁴, como uma expressão usada pelos moradores para se referirem ao seu próprio processo de urbanização, no seu contraditório de velocidade/movimento.

4 Expressão popularizada na gíria angolana para transmitir a ideia de algo que acontece a seu tempo, gradualmente. É adotada em diferentes contextos ao longo do presente trabalho.

1.2 Etapas de arquitetura e vida

O desenvolvimento, o movimento urbano gera velocidades e inscreve-se em velocidades diferentes, que já vimos coexistirem neste mosaico urbano, e assim nos bairros do Gama ou Damba Maria – existem velocidades muito lentas como aquelas que caracterizam a construção de escolas, de equipamentos de saúde, a água, a pavimentação, e rede pública de iluminação, etc. e, literalmente da noite para o dia velocidades aceleradas que dão origem a paredes, extensões de casas, jangos, parcelas de terreno ocupadas.

O prolongamento temporal do processo de construção da casa ganha uma presença forte no dia-a-dia de quem o vive. Nasce aqui uma relação particularmente intensa entre a vida e a arquitetura em processo, e as suas diferentes etapas em função do tempo e das circunstâncias. É uma “*Obra aberta*”⁵, tal como escreveu Umberto Eco, mas no seu duplo sentido: sujeita a uma diversidade de leituras e de interpretações ou ação e aberta, porque incompleta. Na arquitectura culta chama-lhe evolutiva a este modo de entender a arquitetura. Alexandro Aravena, no seu discurso aquando da cerimónia de atribuição do Prémio Pritzker 2016, disse no final:

*“(...) o que nós, arquitetos, moldamos não são tijolos ou pedras, ou aço ou madeira, mas a própria vida. Arquitetura é dar forma aos lugares onde as pessoas vivem. Não é mais complicado que isso, tampouco mais simples. E a vida varia de necessidades muito básicas a desejos muito profundos, de atividades diárias a eventos extraordinários, do individual ao coletivo. Então, acho que é por isso que devemos ter uma vida em primeiro lugar; conhecer o objeto que estamos tentando abarcar, cuidar e melhorar é imprescindível.”*⁶

Falava do trabalho do colectivo *Elemental* e do projecto da *Quinta Monroy* onde se projecta e constrói um módulo inicial, mas também as suas possibilidades de evolução.

Pepetela, na sua procura incessante de captar a alma de um povo, recorre mesmo à “música” e seus “rítimos”, para descrever esta interseção:

5 ECO, Umberto (1989), *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Trad. Ana Maria Chiarini. Lisboa: Presença.

6 ARAVENA, Alexandro (2016) in <https://www.archdaily.com.br/br/786280/discurso-de-alexandro-aravena-no-premio-pritzker-2016>

*“Nasci na fase intermédia, das chapas de zinco. Na do capim tinha nascido a Olga, minha irmã mais velha. Depois, já na de telhas, nasceram o Zeca e o Rui, meus mais novos. Só eu tive direito, ao ser atirado para o mundo, a ouvir chuva batendo em chapas de zinco. Foi mesmo a primeira música que aprendi a ouvir. Os ritmos variam, conforme a nuvem de chuva é mais grossa ou menos espessa, ou conforme a força e direcção do vento. Até conforme a temperatura da água. Músicas diferentes de gotas batendo no zinco, quem pode esquecer? Bebê eu era e estendia as mãos para o tecto, talvez para agarrar a música da chuva. Contaram mais tarde os meus pais, sorrindo.”*⁷

Pois, não há nada mais certo no bairro do que os seus ritmos musicais para acompanhar as diferentes *gingas* daquele viver desafiante. Cada novo bocado se descomplica ao entrar neste compasso, e o projeto casa escreve-se na pauta da vida. Seguindo a metáfora musical, não é necessariamente de harmonia que aqui se fala – há muita dissonância, muita cacofonia.

*“Musical rhythm does not only sublimate the aesthetic and a rule of art: it has an ethical function. In its relation to the body, to time, to the work, it illustrates real (everyday) life. It purifies it in the acceptance of catharsis. Finally, and above all, it brings compensation for the miseries of everydayness, for its deficiencies and failures. Music integrates the functions, the values of Rhythm...”*⁸

Assim como o semba ou o kuduro têm na dança uma reação do ser humano, também o ritmo da pauta referida a tem (como veremos bem explorado mais à frente). Não havendo pauta, toca-se o sentir que se puder.

Em termos práticos, o referido projeto casa torna-se desde cedo um projeto de vida, sendo um reflexo das várias fases do angolano, mas muitas vezes também um pretexto.

Como Pepetela relata, a necessidade interventiva nestas construções está, desde a infância, no consciente e no inconsciente destes moradores, o que se torna quase um instinto.

7 PEPETELA (2009), *O Planalto e a Estepe*, ed. D. Quixote, p.12.

8 Lefebvre Henri (2004), *Rythmanalysis*. London New York: Continuum, p.66.

O normal é os espaços atualizarem-se sucessivamente, em paralelo com o crescimento do agregado doméstico⁹, conforme as “necessidades e os recursos dos moradores ao longo do tempo”¹⁰ o permitirem. Antes de entender muitas outras coisas da vida, dominam-se as técnicas de lavar o adobe ou a capacidade de adaptar lixo a uma potencial solução arquitetônica futura. É uma questão aprofundada por uma corrente de urbanistas e sociólogos, como John Turner, que abordam a habitação dos “*assentamentos informais*” como um processo contínuo a par das diferentes etapas de uma vida.

O projeto da casa não finda, mas vai-se renovando com a passagem do tempo - quando o quarto da criança dá lugar a um anexo exterior para o adolescente que procura a sua independência; quando um casal encontra num novo terreno do bairro a base para a família em crescimento, ou, quando, em mais velho, o indivíduo tenta garantir propriedade aos descendentes, na esperança de lhes proporcionar uma liberdade e um conforto que não teve.

O que aqui se propõe explorar é uma indissociabilidade entre os acontecimentos da vida e do mundo e uma análise arquitetônica dos espaços e de como foram produzidos.

9 Neste contexto, o uso das expressões como *família*, na sua interpretação convencional, pode ser insuficiente para descrever o número de moradores que partilham laços e um espaço comum. Apesar da relação estabelecida entre os mesmos o poder indicar, nem sempre partilham laços de sangue.

10 TURNER, John F. C. (1976) *Housing By People: Towards Autonomy in Building Environments*. Marion Boyards



Figura 67: Maquete feita por Joaquim.

[O projeto casa de sonho]

É ainda mais interessante analisar a constante presença de estímulos à casa no decorrer do percurso destas vidas, quando se entende que, associada a cada intenção construtiva há uma imagem de um sonho.¹¹

A imagem de Joaquim, jovem morador do Bairro do Gama, materializou-se, mas em maquete a partir de cartão reciclado de caixotes. Trata-se de uma mansão de piso duplo e piscina que, à primeira vista não encontra semelhança nos níveis precários da vizinhança do bairro.

Não se assemelha, certamente, ao anexo¹² onde vive hoje com outros jovens inquilinos, o mesmo que encontrou na sua vinda de Luanda para estudar. Movimento migratório no sentido menos comum, mas que se justifica pela presença de familiares no destino. Joaquim relata como os estudos foram interrompidos pela sobreposição da necessidade de obter os seus próprios rendimentos e os seus primeiros tempos na sua atual ocupação a tempo inteiro: “Aprendi rápido, no primeiro dia *me* ensinaram como se levanta uma parede em bloco, no dia seguinte levantei uma sozinho”. Tornou-se especialista em construções em bloco, reboco, mosaico do chão e até acabamentos em gesso cartonado.

Sobre as construções em adobe¹³, as mais comuns no seu setor¹⁴ de bairro, não tem experiência nem pretende, admitindo que no que dele dependesse seria uma técnica de construção a evitar.

Em redor, as casas do seu quintal destacavam-se com um lambril exterior de reboco artisticamente desenhado numa técnica inovadora, suficiente para embelezar o espaço ao mesmo tempo que servia de barreira ao salitre.

11 A propósito de casas e de sonhos, ver: VILLANOVA, Rosalyn de; LEITE, Carolina; RAPOSO Isabel. (1995), *Casas de Sonho – emigrantes construtores no norte de Portugal*. Lisboa: Salamandra.

12 Compartimento constituinte de um núcleo doméstico destinado ao arrendamento, por parte do proprietário aos inquilinos.

13 Considerem-se as expressões de construção em “adobe” e “bloco” como duas materialidades estruturais predominantes nos bairros estudados. A referência a estas opções não se irá, no entanto, limitar à materialidade, mas a duas tipologias simbólicas de casa distintas no próprio “projeto”. Estas tipologias surgirão recorrentemente abreviadas à natureza dos materiais de que, de forma geral, são construídas.

14 Subdivisão administrativa oficial de um bairro angolano.



Figura 68: Interior do quintal de Joaquim. Destaca-se na casa da esquerda, o lambril que desenha a fachada, técnica única no bairro.



Figura 69: O interior do seu pequeno *cubico*.

Idealmente cobriria a parede de cima a baixo, mas as possibilidades não eram suficientes para mais, só a criatividade o é. Como em todos os casos em que o primado da economia é a *gestão da escassez*, todas as possibilidades são bem-vindas. Como estão em jogo muitas necessidades e solicitações – materiais e simbólicas; reais e imaginadas – será de esperar tudo, desde o minimalismo radical de quem outra coisa não pode, até à presença de pormenores ou artifícios cuja função pode ser apenas (e não é pouco) acrescentar auto-estima e dar sinais aos outros de que não se está “asfixiado”¹⁵.

O sonho da casa vive em Joaquim e é estimulado pela sua atividade. No seu dia-a-dia dedica-se à concretização dos sonhos comuns de outros, o que o permite aproximar-se do seu. A maquete é outra fase integrante de um processo de desejo mais do que planeamento que já está assim amadurecido.

O trabalho exímio em cartão, não ignora características do contexto em questão pela forma como, por exemplo, se distribui em *pátio*¹⁶, garante programa para dois núcleos domésticos e abre a cozinha ao comércio, através da única janela frente rua. Os elementos varanda, piscina, suite ou garagem coberta ousam a expressão do conforto. A sua inspiração estará indefinida entre os seus tempos de Luanda, as novelas ou os clientes das casas de bloco. Mas mais relevante para ele do que entender a formação da obra no passado é entender a sua influência no futuro - “(fiz a maquete) Para imaginar, sonhar não é proibido”.

15 Na gíria angolana é recorrente fazer uma analogia entre a saúde financeira e a respiratória. Nesses termos a ausência de dinheiro pode-se expressar por “asma” ou “asfixia”, no sentido em que causa pressão.

16 A palavra “pátio” surge como referência ao tradicional “quintal”. Sendo que, esta última, é popularmente adotada nos bairros para se referir ao núcleo delimitado por muros de proprietário comum e, normalmente, familiar (este conceito será enquadrado mais à frente).



Figura 70: Momento de desenho do esquema em planta do projeto.



Figura 71: A novela do televisor ligado conta uma história.

Outro sonho manifestado no Gama foi o de Ifá e de um plano de evolução do terreno que herdou e onde tem criado os filhos. A casa onde vive hoje é a reconstrução da de seu pai que também replica a situação precária que cumpre já menos que o mínimo de conforto, tendo em conta o crescimento do agregado doméstico. O assunto da existência de um projeto futuro daquele quintal é introduzido desde cedo de forma voluntária. Não havia maquete nem quis desenhar um esboço no caderno; a planta surgiu do contacto da ponta do dedo com o solo de terra batida do quintal, acompanhando a explicação detalhada das decisões para a organização futura daquele espaço.

A ideia é clara: deixar a casa atual para a irmã e erguer a sonhada casa de bloco no centro do terreno. Casa grande (“casa mãe”), porque a família aumentou. Na frente para a rua, fechar o quintal com os “anexos”; cantina em família e abrir barbeiro para o filho e a loja de chinelo para a filha como garantia de sustento até conseguir o seu emprego. Os elementos quarto de banho interior, em suíte, e cozinha são uma exigência para o projeto futuro.

Assim como em Joaquim, há algo em Ifá que lhe permite sonhar tão grandes ambições. O seu televisor ligado contava a história de como Ifá se foi adaptando aos tempos, desde o regresso de Luanda àquele bairro e ao terreno deixado pelo pai que vem, desde então, sendo objeto de melhorias adequadas ao crescimento da família. Entre estas, ao fundo do terreno, a reconstrução da casa atual que tinha à época ruído, a meio, os anexos e dois postos comerciais nos extremos da frente-estrada do quintal, que conciliou com o ofício de segurança e ainda o de moto-táxi com a ajuda dos filhos.

Foi na última temporada que um ano de internamento por doença o obrigou a reinventar-se de trabalhos físicos e a encontrar o talento no domínio das antenas parabólicas, primeiramente no boom do interesse entre vizinhos, mas hoje já em serviços mais permanentes. As evidências do negócio estavam já bem presentes no espaço familiar e justificavam o circuito elétrico como o elemento mais desenvolvido e preciso do processo construtivo do lar. É o destino do fio que se desenha mais alto na parede interior, o mecanismo responsável por conectar a família ao mundo e às suas oportunidades.



Figura 72: Casa atual de Ifa.



Figura 73: Dois pontos de venda supervisionados por Ifa, dinamizados pelos filhos.

De um lado o serviço de mestre e do outro o de técnico, têm em comum o estímulo para projetos não iniciados na prática, mas vontades já bem estruturadas, como ponto de partida. De momento não há perspectivas realistas das suas concretizações, mas coexistem na consciência atentos às voltas da vida, uma presença mental permanente. Enquanto não se criam as condições desejadas, as realizações assumem um “*movimento incidental*”¹⁷ para encarar problemas de espaço, segurança, danos materiais ou de mínimo conforto. Não esperam, pois não existem condições para esperar, a garantia dos recursos totais para tudo aquilo que se quer fazer, mas mantém-se a disponibilidade de abraçar um compromisso pessoal e financeiro mais exigente. Ao longo da evolução da substituição da construção em terra e chapa, para uma solução que garanta mais durabilidade, ainda que de custo muito superior, essa intenção vai-se manifestando.

17 LÉVI-STRAUSS, Claude (1962) *O pensamento selvagem*. Papirus Editora, São Paulo, 1989. P. 32. No subcapítulo “*Os bocados finais do projecto casa*”, desenvolvemos de forma mais sistematizada o pensamento de Levi-Strauss em torno do bricoleur - i.e. das racionalidades que guiam o pensamento reflexivo, que evolui a partir dos passos já percorridos, que se adapta, que improvisa.



Figura 74: Maria Nacamela a explicar o problema estrutural da casa.



Figura 75: A racha vistosa.

Quando se vive esta permanente *incidentalidade*, as prioridades da vida e os planos podem-se sobrepor, por adiamento de uns e precipitação de outros, o sonho primeiro poder-se-á adaptar ou passar a ser a concretização do de outros.

A casa de Maria Nacamela, moradora do bairro Damba Maria, vai-se lentamente transformando em duas, não por multiplicação que resolveria o problema de espaço para os 5 filhos, mas por divisão, patente no ângulo cada vez mais acentuado entre a parede da cozinha e a do quarto. Não há matemática que resolva uma construção em adobe com quase 40 anos cuja parte da cozinha, agora ameaçando ceder, se posicionou sobre a caixa estruturalmente oca da fossa.

A racha é vistosa, mas não vence a vista naquele ambiente de sala e cozinha para o qual conduz a entrada, não antes do inesperado rosa que pinta a parede do fundo, nem dos dois grandes círculos laranja pintados em posições aleatórias sobre o branco da cal das paredes que divergem. Tudo ganha sentido à terceira chamada da atenção, ao canto, como o único elemento de mobília, uma TV pouco elevada do chão por uma mesinha, montando um cenário infantil protagonizado tanto pelos bonecos dentro da “caixa” como uns tantos fora. Este e o anterior movimento de fora para dentro (o movimento descrito de entrada na casa e perseguição dos bonecos fora como dentro da tv) são poderosos, ao ponto de destronarem, até, qualquer afirmação que questione o papel do ornamento numa casa.

Descreve-se afinal uma casa de bonecas, em que na ausência de mais quartos, todos os espaços são oportunos para as crianças brincarem, e neste caso até para dormirem. Ficam de fora as sérias preocupações com a estabilidade estrutural da construção, mas sabem-se os sítios onde não dormir quando chove, para não sentirem “a casa a dançar”.

O jovem casal vive encurralado entre as condições inabitáveis da casa que herdaram no quintal que partilham com os sogros de Maria, e a impossibilidade de avançar com uma obra nos termos atuais dos custos que isso acarretaria.

Esta situação tem forçado o explorar dos limites da beleza, numa gestão de baixo recurso e de duração incerta. A questão da importância do conforto está presente, ainda que essencialmente visual e, por isso, com impacto no estado de espírito, atenuando circunstâncias tão precárias e urgentes. Cria-se uma ambiência interior, ou como



Figura 76: A parede rosa, o círculo laranja, a televisão e os bonecos.

SIMMEL, Georg (1950), *Adornment, The Sociology of Georg Simmel*, trans. Kurt H. Wolff, New York: The Free Press, 1950, p. 339-340, 343. TRILLING, James (2001) *The Language of Ornament*. London: Thames and Hudson. p.10.

“Ever since Loos replaced traditional ornament with the natural play of colors in his building stones, the evolution of decorative art has been linked to the eclipse of craftsmanship. I use the word in a specific sense: not just the act of making things by hand, but the ability of the hand to reproduce whatever the eye sees or the mind imagines. Against all expectations, handwork survived and even flourished, but the ideological imperatives of modernism pushed craftsmanship to the margins of our aesthetic universe. Old-fashioned virtuosity - supreme skill in craft - has yet to shake off the taint of naive literalism and soulless artificiality. Instead, process and material have become symbols of the triumph of human imperfection over the soul-destroying precision of the machine. This triumph launched a new kind of virtuosity, a virtuosity of concealment, as makers learned first to accentuate, then to simulate, the spontaneous effects of material and process”

escreveu Gaston Bachelard: “A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade. Reimaginamos constantemente sua realidade: distinguir todas as imagens seria revelar a alma da casa.”¹⁸

O suposto “crime do ornamento”¹⁹ não se aplica nestes contextos, e, provavelmente nem noutros. Ornamento é apenas uma palavra cuja real existência se pode traduzir de muitas maneiras e, sobretudo, entender através de múltiplas razões e contextos culturais como se pode ler, por exemplo em Georg Simmel e James Trilling.²⁰ Percebe-se aqui que a ornamentação é usado como dispositivo de mitigação do desconforto que não se consegue resolver na arquitetura e na construção. Em tudo o resto, o ornamento é matéria fundamental do imaginário dos humanos e nunca preconceito ou moralismo disfarçado de estética, como escreveu Adolf Loos: “Let us recall several chapters of cultural history. The lower a people is positioned, the more wasteful it is with its ornament and adornment. The Indian covers every object, every boat, every paddle, every arrow completely with ornament. Wanting to see an advantage in adornment means taking the standpoint of the Indian. But the Indian in us must be overcome.”²¹

A casa “dança” no sentido em que a sua estabilidade estrutural está constantemente em causa, mas a dança da casa vai além desse movimento. Reflete a instabilidade constante do projeto casa em função da vida, a mudança de espaço físico que lhe representa, a inquietação que é a procura do sonho e os exercícios de adaptação que implica. A casa não é aqui um objeto estático, mas uma sucessão de passos que tentam acompanhar diferentes ritmos, os quintais, tal como o interior das casas, são testemunhos destas transformações, o caso singular em que a arquitetura reúne, conserva e expõe em si a coexistência simultânea das várias etapas e intenções da vida - *firmitas, utilitas e venustas* (pelo menos) como dizia o Vitruvius, mas tudo isso na forma como cada um vê, sonha, consegue ou desiste.

18 BACHELARD, Gaston (1957), *La poétique de l'espace*. Paris:PUF (ed. portuguesa: Ed. Martins Fontes, S. Paulo, 2000, p.36

19 LOOS, Adolf (1998) *Ornament and Crime: Selected Essays*. Trad. Michael Mitchell. Riverside, CA: Ariadne Press.

20 Ver, por exemplo: SIMMEL, Georg (1950), *Adornment, The Sociology of Georg Simmel*, trans. Kurt H. Wolff, New York: The Free Press, 1950, p. 339-340, 343. TRILLING, James (2001) *The Language of Ornament*. London: Thames and Hudson (página ao lado).

21 A.Loos citado em AVERMAETE, Tom; KARAKAYALI, Serhat; VON OSTEN, Marion (eds.) (2010). *Colonial Modern. Aesthetics of the Past – Rebellions for the Future*. London: Black Dog Publishing, p.248



Figura 77: Faustino e a sua obra inacabada a 1,5m do chão.



Figura 78: Sala atual de Faustino. Em evidência os sistemas de som.

[O projeto casa em suspenso]

No mesmo bairro, o conceito de “casa definitiva” foi introduzido pelo Faustino, ao descrever como procurou no seu projeto um caracter preferencialmente não evolutivo, pelo menos ao nível do solo. Isto significa que na necessidade de mais espaço, que vai sempre existir, privilegiar-se-ia o crescimento vertical ao 2º piso. Está aqui implícita também a preferência por um programa abrangente, materiais de construção duráveis e uma estrutura resistente; estes fatores parecem continuar a estabelecer uma aproximação aos estados de sonho abordados.

É uma posição compreensível por parte do jovem estudante, que se vê hoje a partilhar o terreno do pai com outros 23 familiares que se foram instalando até às atuais 14 construções. A relação irregular das casas entre si é comparável à espontaneidade com que novos elementos foram surgindo no agregado.

Foi no momento de independência que se aventurou a pôr em prática os seus ideais arquitetónicos, juntando esta vertente à lista de ocupações com que, o estudante finalista de enfermagem, DJ, produtor, baterista, eletricista, mecânico, técnico de montagem de parabólica e informático, se apresentou. O projeto de planta base disposto em cozinha, sala, 3 quartos e um anexo 3x3m pretende substituir a casa atual, que tem já duas décadas, e melhorar assim o conforto, aumentar o número de divisões e o respetivo espaço.

Há então dois anos que as paredes da nova cozinha e o respetivo balcão se ergueram a 1,5m de altura - uma primeira fase da obra que vai revelando algumas intenções de projeto associadas a divisões mais espaçosas e estrutura reforçada.

Os próximos passos requerem, em simultâneo a demolição dos quartos da casa, onde ainda vive, e imediata construção dos novos. A ação requer garantias e por isso leva tempo a avançar.

O multifacetado e inquieto, habituado a sair da sua zona de conforto, desta vez tem o desafio de só sair quando tiver certezas de retorno em breve, e que o conforto venha de facto a ser uma condição.



Figura 79,80: Jogo de futebol entre dois craques no quintal de José e Rofino.

Um metro e meio era também a altura das paredes da sala e cozinha dos irmãos José e Rofino, quando a obra da sua futura casa parou. Só os dois quartos alcançaram a altura total de 4 metros, incomum para uma casa do bairro do Gama. O padrão do bloco (talvez lembrando as redes de uma baliza) inspirava um jogo de futebol entre dois pequenos craques, que também nesta fase *alcançavam* aquela altura das paredes inacabadas. Assim deram uso àquele espaço livre de quintal formado entre a casa futura e a atual. Fazem, as duas, parte de um mesmo sonho, o investimento ambicioso na primeira que requereu a existência da última quando os custos de obra se descontrolaram no progresso em que se encontra até hoje.

A casa atual resulta de uma decisão que surge em reação à suspensão (temporária?) da obra em curso, em fase bem avançada. Em termos económicos e de esforço, esta opção não seria a mais óbvia perante a obra que já estava em curso. Mas o “pensamento balístico”²² do sonho não admitiu interferência nos planos, e a alternativa à impossibilidade de seguir os mesmos, justificou iniciar uma obra isenta de expectativas, mas do zero. Os autores esclarecem como se pretendia uma casa completa e isso requer um processo coerente com os resultados. Pelo contrário, essas estratégias são bem-vindas, ao assegurarem as mínimas condições para viver num período indeterminado. Essa noção efémera é denunciada pelo uso do adobe, chapa simples, divisões pequenas e mobília reciclada, mas os sinais de hesitação e de dificuldade de organização sequencial da obra são evidentes na adição posterior do chão em mosaico, reboco e pintura. Trata-se da arquitetura em reação aos fluxos da vida, e as vidas em adaptação ao espaço. O jogo segue empatado.

Da noção da casa definitiva à completa, o que melhor define estes exemplos é a coragem que caracteriza uma geração. Cresceram com a promessa de condições melhores, pois o contexto, pior do que de guerra, não poderia ser. Os seus anos de independência coincidiram com nova instabilidade económica no país, mas os planos já estavam irreversíveis na mente. Filhos dos maiores assentamentos urbanos de deslocados internos (PDI) do mundo²³, mostram-se hoje disponíveis a serem agentes de mudança, reivindicando maior dignidade. São críticos perante a perda de confiança no sistema, o

22 “O pensamento balístico estrutura-se na lógica da projeção, da antecipação e do impacto – uma forma de pensar orientada para o alvo, típica da racionalidade militar moderna.” VIRILIO, P. (1997). *La vitesse de libération*. Paris: Galilée.

23 DAVIS, Mike. (2005). *Planeta Favela*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2006.p.57.



Figura 81: José e Rofino, retratos de uma geração.

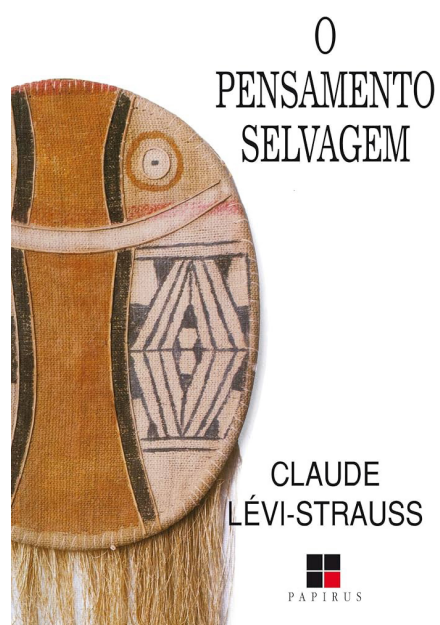


Figura 82: LÉVI-STRAUSS, Claude (1962), O Pensamento Selvagem, ed. Papyrus

que lhes permite mais exigências no cumprimento das suas vontades. Estas estruturas incompletas que se tornaram parte da paisagem de Benguela participam num projeto coletivo, reflexo de vontade de inevitável exteriorização do “direito à cidade”²⁴, no seu conforto, dignidade, uma oportunidade para a sua requalificação.

[Os bocados finais do projeto casa]

Na presença de um sonho mais ou menos consolidado e uma vontade irresistível de o concretizar, a casa fica à distância da mobilização e da gestão dos recursos que implica.

Nesta etapa, a acessibilidade aos meios é relevante para definir a viabilidade do processo construtivo. São estes que têm um impacto substancial, requerendo gestão das economias disponíveis nas suas várias etapas.

“O conjunto de meios do bricoleur não é, portanto, definível por um projeto (o que suporia, aliás, como com o engenheiro, a existência tanto de conjuntos instrumentais, quanto de tipos de projeto, pelo menos em teoria); o bricoleur define-se apenas pela sua instrumentalidade e, para empregar a própria linguagem de bricoleur, porque os elementos são recolhidos ou conservados em função do princípio de que “isso sempre pode servir”.²⁵

O antropólogo, Claude Lévi-Strauss, defende que a forma como esta gestão é feita distingue dois modos de pensamento. Por um lado, um mais “racional” e planeado, privilegia uma reflexão técnica e científica sobre os recursos e modos de fazer antes de agir – este é o “engenheiro”. Em oposição, um mais intuitivo e adaptativo ao momento e às circunstâncias – o bricoleur. Esta expressão francesa usada para referir profissões manuais e biscates – “*Gagner sa vie à des besognes variées, peu durables, à de petits travaux.*” – tem paralelismo no presente contexto e nas histórias relatadas. A forma como, por exemplo, se acumulam materiais antes de conhecerem a sua aplicabilidade e potencial uso, ganha forma entre as estratégias dos casos observados, para desafiar um conjunto de condições ditadas pela escassez. Estas estratégias de acesso a recursos construtivos ditam muitas vezes o futuro do sonho.

24 No sentido proposto pelos autores; in BRENNER, Neil, & SCHMID, Christian. (2015). Towards a new epistemology of the urban?. City: analysis of urban trends. p.178

25 LÉVI-STRAUSS, Claude (1962), *O Pensamento Selvagem*, ed. Papirus, p.12



Figura 83: A frente do quintal de Daniel.



Figura 84: A frente do quintal de Daniel.

Do que Levi-Strauss nos fala é da necessidade de ligar duas questões que a modernidade desligou – a suposta racionalidade tecno-científica que fundamenta o pensamento moderno; e a “mente selvagem” o outro humano, o verdadeiro, que na sua visão do mundo e nas suas práticas carrega legados culturais muito diversos, como diversas são também as possibilidades e limitações abertas ou condicionadas pelas vicissitudes da vida. Quando a tribo quer saber o que são os aviões que passam no céu (a forma de os pensar partiria do voo das aves) e como faz-los poisar, um grupo é encarregue da missão de seguir o avião e ver o que acontece. Quando regressa à tribo diz que os aviões são aparelhos dos brancos e que, para os fazer poisar se deve iluminar uma pista onde eles descerão suavemente. O chefe decide então abrir uma clareira longitudinal na floresta e iluminá-la com duas filas de fogueiras. Todos se sentaram à espera que o próximo avião poise. Tudo é racional mas a palavra deve ser usada no plural.

Daniel encara o desafio, desde início, de uma forma pioneira no bairro, invertendo a lógica de prioridades. Essa inversão, tanto se aplica à casa como à sua carrinha como sempre estacionada milimetricamente em frente ao portão que interrompe os muros de bloco do quintal.

Não é facilmente perceptível se o veículo toca nas paredes, mas deixa a passagem para o interior quase impedida. A cor acinzentada coincide com a do portão e janelas-balcões metálicas da casa e cantina que compõem aquela fachada frontal do motorista, e até a volumetria retilínea do automóvel e escala maciça comunicam com os gestos das construções em bloco inacabado.

Pode não ser mera coincidência qualquer semelhança com o design da clássica Land Rover de 1975 que pode muito bem ter inspirado a obra de Daniel com meros 10 anos de existência. A “carapaça” adquiriu-a a um empresário que se desfazia do carro com o motor “cansado”. O seu interesse por motores e ajuda dos mecânicos do bairro permitiram recuperar as funcionalidades quase totais do veículo, adaptando um outro motor original. Deu-se assim um primeiro passo para a sua independência, à partida uma prioridade contrária à prioridade da casa na lógica da economia e até cultural, mas que se veio a revelar-se útil para a construção da própria casa.

O terreno já existia, foi-lhe cedido pelo tio (entretanto falecido – ex-operário da açucareira), o mesmo que o acolheu, juntamente com os irmãos quando chegaram do



Figura 85: Interior de casa de Daniel, a sala e o chão em vias de se nivelar.



Figura 86: Pormenor do quintal de Daniel: um quadro escolar para os filhos estudarem.

Lubango. Também as posições dos terrenos distribuídos pelos 3 sobrinhos resultaram de um acordo mediado por esta figura descrita pela sua “generosidade característica dos povos do sul”.

Assim já tinha funcionado com as gerações passadas e foi esta a *mão* que permitiu a Daniel ter onde “se equilibrar” nesta sua decisão.

A carrinha é certamente parte da casa, não no sentido lato em que as suas portas ou janelas possam indicar um anexo, mas pela forma como a sua grande capacidade de armazenamento serviu de meio de transporte que facilitou a aquisição dos materiais quando as construções de hoje ainda eram só projetos.

A recolha dos materiais em falta iniciou-se: o primeiro material requisitado foi o bloco que se destinou a fechar o quintal para confirmar os limites do terreno cedido. Vinha de fábrica de blocos, nas folgas do seu trabalho de camionista da empresa de manutenção de caminhos-de-ferro que, entretanto, fechou. Serviu até certo ponto para erguer também as paredes da própria casa da família que rapidamente aumentava até aos atuais 9 membros.

As carradas de areia que Daniel passou a transportar, coincidiram com o aumento dos preços da construção e dos blocos, ao mesmo tempo que o seu trabalho de motorista termina por falência da empresa chinesa de manutenção da linha ferroviária de Benguela. Daniel ousou fabricar os blocos de forma autónoma e seguindo uma fórmula improvisada para a mistura da areia com o cimento e o enchimento dos moldes para produção dos blocos. Apesar dos riscos, revelou-se uma solução económica que permitiu terminar o essencial da casa e, no último ano, construir a cantina – que funciona como cozinha para o grupo doméstico e também para a venda de refeições para clientes que se dirigem à janela-balcão - que está hoje praticamente pronta.

As janelas, que se destacam na obra e no bairro com caixilhos pré-fabricados à medida e vidro, resultam de um acaso no trânsito em que um outro transportador procurava revender as janelas mal dimensionadas para a obra a que estavam originalmente destinadas. As janelas representam uma parte da construção proveniente de reciclagem de materiais facilmente transportados na carrinha. Arjun Appadurai – “*Modernidade em sentido lato*” – faz-nos um enquadramento teórico sobre estes jogos entre modernidade



Figura 87: Amaral no auxílio da construção da casa, ainda em fase de caboco. O estádio de Ombaka ao fundo.



Figura 88: Os caçulas dos irmãos em visita à obra. À direita a motorizada do pai, o seu meio de transporte e negócio.

e não modernidade (o que antes se chamava tradição). Recorrer a esquemas mentais, a materiais ou tecnologias ou usos próprios da modernidade (como o bloco em cimento produzido em série, os caixilhos metálicos ou a carrinha feita de componentes diversos), pode recontextualizar-se noutros contextos culturais e formas de fazer. Não há forma de não se ser radicalmente moderno; não existe caminho de retorno ao tradicional; tudo se pode misturar.²⁶

Com início de construção em 2015 a casa até hoje não se vê acabada. Daniel descreve um processo de “para-arranca-para-arranca-para-arranca” característica que poderá ter surgido nos tempos em que eram ainda só usados materiais a caminho da obra, entre motorizadas, kewesekis e candongueiros.

Nos próximos arranques prevê-se o transporte do mosaico do chão da sala, do reboco ou das latas de tinta a aplicar nas paredes interiores e exteriores da casa. No entretanto, as viagens não se suspendem enquanto o lubanguense continuar a atender aos transportes ocasionais de pedidos e necessidades dos vizinhos, numa solidariedade mútua que entende fazer parte da vida de bairro que se fortalece com esta união.

Vão assim aumentando os quilómetros percorridos de estrada que encurtam a distância até ao sonho.

Um caso isolado entre a totalidade dos casos-estudo no bairro do Gama e Damba Maria, exemplifica em prática modos de proceder de engenheiro, por vias de um mestre muito habilidoso.

Uma casa finalizada na visita a Amaral e aos seus irmãos, não deixa pontas soltas para explorar as histórias do processo daquela construção e sua relação com as histórias de vida. O processo conta-se e vê-se aqui através do álbum de fotografias que, por mais ou menos coincidência, existia e estava na posse do mesmo.

O homem por trás da câmara, o pai, é também o homem por trás do projeto e, na sua ausência, tomemos a liberdade de ver as coisas pela sua lente.

26 Cf. APPADURAI, Arjun (1996). *Modernity At Large: Cultural Dimensions of Globalization* (Public Worlds, Vol. 1). Minneapolis: University of Minnesota Press.



Figura 89: Autor e mestre do projeto, primo da família. Pousa em frente a um poster de um cenário paradisíaco, tão boa inspiração como marketing.



Figura 90: Planta da casa, distribuição das divisões. Repare-se numa repetição de um módulo base com adaptações.

Duas dessas perspectivas mostram o início da construção. Amaral, que nos mostrava as fotos e contava a sua história, confirma-se em primeiro plano como ajudante-mestre da casa que estava reduzida às fundações especialmente reforçadas. A escola atual ao lado, surgia ainda como casa e, juntas, davam início isolado à expansão daquela zona do bairro. Tratava-se de uma área de solo remexido, outrora um fosso de grande profundidade usado para exploração de adobe até ao seu posterior nivelamento com entulho, abandonada e, depois, aproveitada pelo pai para aquisição daquela área, por muitos ainda indesejada, mas crucial nos seus planos futuros para os filhos. Foi visionário, tendo em conta a forma como o bairro veio a consolidar-se, não permitindo hoje já ver ao fundo as casas amarelas coloniais (propriedade da antiga açucareira Cassequel) nem o Estádio do Ombaka (investimento do governo central aquando do CAN, Campeonato Africano das Nações, 2010) que surgia nessa primeira fotografia de 2007 ou 2008.

As duas crianças em primeiro plano da outra foto são os *caçulas*²⁷ dos 7 irmãos, numa visita à obra enquanto viviam ainda a 200m, em frente do campo de futebol, onde só permanece hoje a mãe. A nova construção viria a viabilizar e a acompanhar a independência dos 5 rapazes através de um núcleo de, pelo menos, sala, cozinha e quarto, a cada um.

O desafio era ambicioso, e para isso se recorreu ao experiente primo mestre que elaborou o projeto. Quem não presenciou o seu trabalho, nem teve o privilégio de encontra no seu retrato um testemunho disso, fala de um talento único no bairro, daquilo que alguém pudesse aspirar e esse artífice construir, ajudado por um excelente marketing para um mestre que se faz fotografar na frente d eum cartaz de um resort luxuoso. Conhecido pela qualidade das suas obras elaborou este programa em volta do pátio numa planta, reproduzida mais tarde por Amaral no trabalho de geometria que nos chega.

Em forma de “U”, a casa surge híbrida entre núcleos: entre recuos e avanços de paredes que marcam os momentos de quebra de propriedade e função, mas coerente em gestos como são os acesso ao exterior das cozinhas, o acesso interior do quarto e afastamento dos wc para o lado oposto. Esse lado completou-se com áreas comuns de serviço como o escritório, anexo, gerador, dispensa e a indispensável cantina frente-rua que é hoje um dos pontos mais frequentados pelos jovens do bairro.

27 Irmãos mais novos



Figura 91: Autocarro de serviço do pai no Chongoroi.



Figura 92: Casa da origem da família, no Chongóroi. À esquerda exemplo de bris du soleil importado à construção posterior.

Da motorizada que aparece numa das fotos junto a duas crianças e, na outra, o autocarro nas ruas do Chongoroi, desvenda-se a evolução da carreira como motorista do pai, desde a moto-táxi, usada ainda hoje por um dos filhos, às viagens Benguela-Chongorói de autocarro, em que se especializou nos seus últimos anos de vida. A cerca de três horas e meia de automóvel ou três dias de marcha, Chongorói é a terra natal aonde episodicamente se volta, onde há lavras férteis e regadas, parentes, segundas e terceiras mulheres, afectos e vínculos. As migrações, incluindo estas de que falamos e que se nada fosse dito podiam ser entendidas como transferências definitivas de lugar, não têm que ser a deslocação sem retorno de pessoas de um lugar para outro. A circulação faz parte dos modos de vida e da necessidade de tirar o máximo partido daquilo que esses movimentos possam resolver.

Esta obra veio a revelar-se uma das últimas vontades do pai, e o fechar de um ciclo na família. A felicidade da mudança da casa de adobe para uma nova e definitiva durou 1 ano, até à perda do pai. Ficou a necessidade maior de serem independentes facilitada pela garantia de um lar que os mantivesse em união.

As fotografias que o mesmo captou eternizam estes momentos e, como se constata, ajudam a contar toda essa história. As imagens do hoje, à data do relato, confirmam a estima com que a obra vai sendo conservada, apesar do crescimento da família. Confirmam que o rigor não se fica pela planta, mas aos pormenores de caixilhos de vãos personalizados ou a instalação elétrica embutida que garantem a sua longevidade funcional. Muros baixos em frente às entradas individuais e a ventilação natural assegurada por uma grelha cerâmica de fabrico industrial, encontram referência nas casas da família dos registos antigos de Chongorói. Descrita em mais de mil palavras, surgem finalmente imagens de Chongorói para revelar semelhanças com os bairros atuais.

Interpreta-se a casa como símbolo do pai, do amor para com eles que assim se eternizou. Com o mesmo respeito conservam a obra e, assim, a sua vontade.

No telemóvel de Amaral surge a fotografia de um novo início desta história: um cubículo pintado e escrito, “Barbearia BengaBoy” (apelido que recebeu como fã do cantor com o mesmo nome²⁸) marca já o terreno da sua futura casa, longe, para o lado das montanhas,

28 *Benga* é uma expressão usada na gíria angolana, principalmente musical, que significa “sucesso”.



Figura 93: Estado atual de boa conservação da casa.



Figura 94: Frente do quintal que serve também um negócio (incluído no projeto) gerido pelos irmãos.

mas com o espaço necessário para a família dos atuais 3 filhos que se vão apoderando da sala atual como quarto. O álbum fotográfico que guarda não lhe permite esquecer a importância dos alicerces que simbolizam o começo, a importância da sensação de segurança, mas também a incerteza que se pode tornar o futuro.

Neste contexto, não só de auto-construção mas de constante escassez e improviso, podemos em alternativa falar em consolidação de vários elementos. Por um lado, a reunião da maioria de peças arquitetónicas e divisões pretendidas, por outro, o seu bom estado de conservação.

Contudo o arrastamento e a perpetuação da obra no tempo parte desde logo das circunstâncias onde esta se insere, da insuficiência dos sistemas sociotécnicos e infraestruturas, como acesso à água, saneamento, rede de energia eléctrica, telecomunicações ou vias públicas.

O fim da obra devia incluir a realização ou o enquadramento nos sistemas públicos, colectivos ou comunitários que a servem e contribuem para a sua qualidade e funcionalidade.

De forma redutora (destes problemas), um morador do Gama associa o momento do fim da obra a um conjunto de etapas do processo de construção denominadas de acabamentos. São hoje uma reinterpretação de soluções que advêm de métodos de construção tradicionais para questões ou melhorias eminentemente estéticas mas também funcionais e de percepção de conforto. A pintura com cal que disfarça ou anula os remendos do adobe na parede imperfeita, hoje é substituída pelo trabalho do reboco sobre o bloco. O chão compactado para nivelar o solo e resistir à humidade, substitui-se pelo mosaico que melhora a temperatura interior. Na cobertura, ao sistema à base da chapa e sucata que permitem filtrar a incidência direta do sol, acresce-se o teto-falso, em gesso cartonado.

Acompanhando a dificuldade em avanços construtivos significativos, estes elementos ainda são, em grande parte, inexistentes nas dinâmicas construtivas destes bairros.

Recorra-se à ausência do último – o gesso cartonado – para contar a história de Frederico e da sua nova casa. Assim que haja condições, este material posicionar-se-á entre as chapas de zinco e paredes recentemente erguidas de bloco. Provavelmente em



Figura 95: Sala de Frederico de amplas dimensões. A chapa simples do teto.



Figura 96: A cozinha com um elemento requisitado - o balcão - e revestimentos em mosaico.

placa cartonada, pendurada através do perfil metálico que atravessa já a cobertura em dois sentidos, garantindo acima de tudo, fixar a chapa pelo interior. Este futuro elemento vai servir acima de tudo como um filtro de ar, sendo que uma das fragilidades do zinco é que aquece e facilmente abafa uma divisão de cima para baixo.

Com a “rosalite” (lusalite?) era um calor mais suportável, mas é um material que pertence ao passado, aparentemente tóxico e canceroso, e por isso não tem lugar nas atualizações de Frederico no seu novo lar. Com a ajuda do mestre garantiu que a altura das paredes acompanha a caixa de ar que se vai criar entre os dois tetos, e junta-se à tendência crescente da altura das construções do bairro. Mesmo algumas casas de adobe das mais antigas subiram pelo menos umas 3 fiadas de bloco nos últimos anos, o que se poderá justificar então pelas tendências recentes do tipo de chapa usado.

No entretanto, não passa despercebida a imponência daquele pé-direito na experiência do espaço interior, embora explicada pela necessidade de tornar a casa mais fresca. A sala fica ainda maior do que já era para a mobília mínima, o corredor ganha verticalidade e fica a curiosidade do que serão os quartos com maior pé direito mantendo larguras e comprimentos convencionais. Enquanto a sensação térmica compromete a sensação espacial, a casa está praticamente terminada pelo projeto da família. A quarta casa entre muros do terreno, finalmente em blocos de cimento, tem ainda varanda, bancada de cozinha e suite. Sonhos que tinha o casal na sua chegada ao bairro, uma primeira casa em terra, pelas mãos do próprio Frederico que deu lugar a uma segunda casa maior e ainda a dos inquilinos.

O projeto da casa de Frederico e dos vizinhos das casas altas e baixas do Gama, criam uma velocidade própria e muito sensível ao momento. O teto-falso que estará em suspenso nas vigas é só mais um plano dos que se suspendem para poderem avançar no futuro, ao seu ritmo retraem sufocos mais quentes para dar lugar a refrescos de alívio, *bocado-bocado*.



Capítulo 2: *Os animais foram à falência*



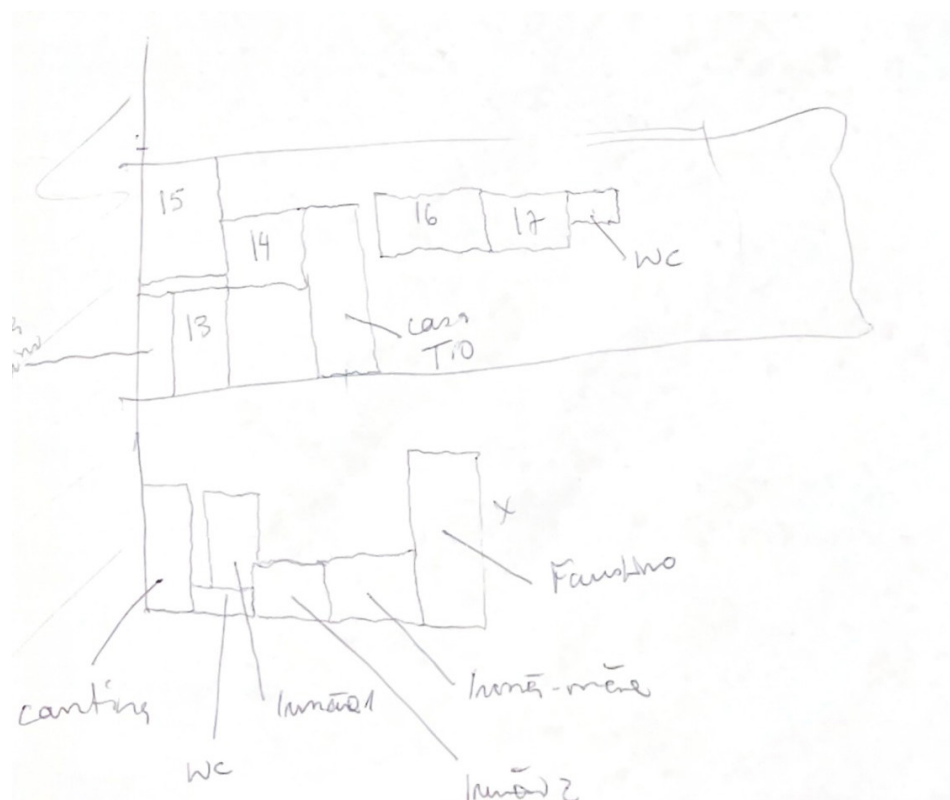


Figura 98: Esquema em planta do quintal de Faustino, desenhado pelo mesmo, ao explicar a distribuição dos 23 moradores.

Capítulo 2: *Os animais foram à falência*

Vimos até aqui as etapas de construção da casa e como estas não se alheiam da evolução das circunstâncias da vida. A interseção desses e outros relatos da amostra considerada, dá lugar à transição para uma leitura relevante sobre o entendimento daquilo que é o urbano em função de lógicas de vida em conjunto e desconstrução do funcionamento em sociedade.

2.1 Os limites do quintal

A abordagem ao urbano no formato do presente trabalho e privilegiando uma dimensão mais material e arquitetônica, mostra que há temas que se repetem que dizem respeito ao coletivo e às dinâmicas de sociabilidade. A urbanidade – espaço ou relação social – é uma (re)construção permanente, altamente sensível àquilo que mobiliza e regula um coletivo social e, por isso, de natureza eminentemente política, seja da micro-política que regula micro-situações e questões inter-pessoais, seja da política formal que regula o Estado de Direito. Aqui tudo se mistura, incluindo questões éticas e morais herdadas de usos e costumes tradicionais e normativas de direito consuetudinário (não escrito), umas vezes vindo do lugar de origem das famílias, outras vezes, reconfigurado no local de chegada.

Existem temas recorrentes, mas a forma como esses temas emergem nas histórias de vida relatadas nem sempre é óbvia, e, por isso, pouco clara, mas ficam subentendidos na abordagem, por exemplo,

- do que será a convivência de 23 elementos no agregado doméstico do Faustino,
- na abertura que o gesto de partilha da carrinha do Daniel permite à vizinhança, ainda mais por ser um dos únicos automóveis do bairro,
- na ligação à terra-natal como uma condição partilhada,
- nos níveis de acessibilidade à infraestrutura (e serviços relacionados), dita, pública, como a rede de telecomunicações introduzida por Ifa ou a da água que está sempre presente.

O presente capítulo procura explorar estas questões do coletivo, fundamentado em relatos como o que formula a afirmação que protagoniza o título do capítulo: “*Os animais foram à falência*”. Identifique-se relações como as de vizinhança, os seus agentes - os moradores, as circunstâncias - roubos facilitados pela inexistência de um dispositivo social apto ao controle de crimes, e as consequências - inviabiliza-se a criação de animais, estimula-se a privatização e estreita-se tudo aquilo que é público (comum) no espaço.

Não se trata de descentralizar o *olhar que se constrói*, mas fazer uma leitura que parta dos mesmos espaços do urbano e do seu funcionamento para identificar padrões sociais subentendidos. Propõe-se identificar assim quais as razões que explicam esses padrões que são manifestados no urbano e qual a sua origem mais recorrente, ficando mais próximos de dar a entender diferentes dinâmicas da sociedade e completar raciocínios despertados até este ponto da investigação.

Retorna-se por isso ao ambiente doméstico e à sua escala, como um dos exemplos mais claros para introduzir esta lógica. A casa, o nível zero da intimidade segundo percepções ocidentais, é, desde logo, aqui, um objeto plural de coexistência, uma vez que, frequentemente, é extensivo a membros exteriores ao núcleo estritamente familiar. De resto, o grupo familiar é bastante elástico, porque assim são os vínculos sociais que se reconhecem como tal.

A primeira consideração a fazer é que esta realidade, recorrentemente associada a um enunciado simplificado no meio de outras características culturais próprias de uma sociedade pré-moderna, terá influência no que é uma reação necessária às dificuldades associadas à *gestão de escassez*. Por outras palavras, a forma mais intensa de socializar terá na sua base, dinâmicas sociais de funcionamento de uma entidade coletiva como uma alternativa organizacional da sociedade que procura compensar um Estado *descontínuo* ou *intermitente* quanto à sua presença e ação efetiva na provisão de bens e serviços básicos segundo critérios de equidade e justiça social, particularmente em situações de grande fragilidade e pobreza persistente.

Materialmente o conceito mínimo de casa (também designado de *cubico*²⁹) poder-se-á reduzir a uma unidade ou divisão doméstica, quarto ou quarto e sala, pertencente a uma rede de espaços que permite, por proximidade, uma determinada interdependência doméstica. Os relatos dão conta que assim se terão organizado as unidades de habitação até ao êxodo populacional de deslocados de guerra. Entretanto as coisas mudaram. Não é comum fazer-se referência a essa escala mínima, sendo mais habitual a designação do conjunto das unidades que formam aquilo que se chama o *quintal*, habitualmente murado. Dito isto, utilizaremos a palavra quintal para nos referirmos a tudo o que está dentro dos limites de uma cerca murada.

O quintal, nestes bairros benguelenses, é então um conceito cuja definição assume um significado diferente daquele que é próprio de outras culturas: espaço de uso privado junto à casa. Aqui, o quintal define essencialmente a delimitação de uma propriedade, como parte de um processo de urbanização ambíguo de agrupamento material e de relações humanas (*fazer quintal*). Neste contexto, a diferenciação entre os indivíduos a incluir na lide doméstica e outros a excluir, nem sempre é clara e estável.

O surgimento deste sistema neste contexto resulta de dois fatores maioritários. Por um lado, a transformação das circunstâncias sociais, que levou a concentrações populacionais elevadas de indivíduos com padrões de referência social inevitavelmente diferentes. Esta amalgama de referências culturais distintas era ainda mais instável por não existirem, ou não serem minimamente operacionais, mecanismos formais de regulação social – legislação, planos, processos pontuais conduzidos pelo Estado, normas consuetudinárias respeitadas por um coletivo. Os assentamentos foram evoluindo por uma mistura de processos onde se repetiam práticas de algum modo já legitimadas pelos acontecimentos, e ajustamentos sempre que havia algum conflito. Uma vez estabilizada a situação e já no período depois da paz, 2012, aquilo que era a situação de facto, passou a ser formalmente reconhecida como referência para a demarcação da propriedade e direito ao solo, e título de posse reconhecido aos respetivos ocupantes.

29 Designa casa, casa muito pequena (contração de cubículo).



Figura 99: Quintal de Sr. Catumbela e D. Caimia. Em primeiro plano, elementos da lide doméstica, entre bacias, roupas e animais. Ao fundo a cantina que fecha a frente-rua, com a esplanada e respetivo cliente.

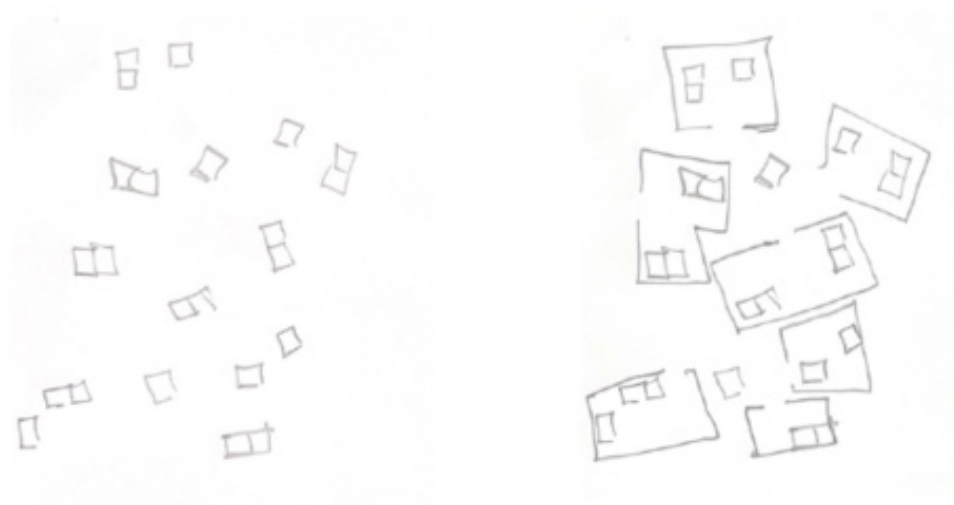


Figura 100: Esquema das transformações urbanas relatadas – introdução do quintal. Autor.

Aquilo que habitualmente denominamos como espontaneidade do processo de urbanização correspondeu então a um processo de adaptação: uma disposição inicial terá replicado princípios de organização importados das aldeias agrícolas do interior, de onde veio uma grande parte dos grupos de deslocados - num primeiro momento replicava-se a construção das *kubatas*³⁰ e do seu agrupamento em *kimbo*³¹ - posteriormente, esta lógica ajusta-se a um contexto que se densificou, e os quintais foram surgindo como resposta a novas tendências de socialização, funcionando como unidades de partilha para dar resposta a necessidades e preocupações. Desafiada a definir o seu entendimento do quintal murado, uma amostra de moradores mais antigos convergiu em concordância com uma ideia de privacidade:

- *“Aumenta a privacidade e diminui a falta de respeito, como passar sem cumprimentar e entrar sem pedir licença”.*

(Sr. Kamboa, Bairro da Damba Maria)

- *“Aqui tem muitos bandidos”*

(D. Caimia Manuel, Bairro da Damba Maria)

O quintal é proteção, o filtro de visão da sociedade, pois áreas abertas permitiam que pertences fossem levados – “há muitos gatunos!”

(Prof. Teixeira, Bairro da Damba Maria)

Tem hoje só uma galinha, os roubos constantes daquele sector não permitem garantir mais, o que dá uma importância maior ao conceito de quintal.

(D. Maria, Bairro do Gama)

Os animais foram todos roubados recentemente, e não é hoje sustentável a criação - **“Os animais foram à falência”.**

(Sr. Andrade, Bairro do Gama)

30 Designa casa de construção tradicional, geralmente em capim.

31 Designa povoado; aldeia, conjunto de kubatas. Do Umbundo “Ko imbo” – “no povoado”.

Especialmente para estes moradores mais velhos, cuja grande maioria experienciou organizações colectivas de vida, a promoção de um quintal partilhado, associada a esta forma de organização doméstica, parece não ser estranha. Os seus comentários tornam evidente que a definição do quintal na sua disposição atual se tornou necessário, mas reconhecem também o seu carácter desagregador do ambiente social – ou porque representa essa própria desagregação, ou porque o seu reforço significa quebra de confiança e sensação de insegurança – duas questões essenciais para a organização da vida em conjunto.

No contexto urbano denso e extenso em que os quintais se inserem, e dada a diversidade e as tensões existentes, produz-se um contexto potencialmente contraditório entre normas de referência tradicionais vindas dos locais e das culturas de origem e, por outro lado, a formalidade das regras de vida entre desconhecidos que partilham os espaços urbanizados e que deviam ter como referência regras de urbanidade (a raiz da palavra refere-se a códigos de conduta que respeitam o outro e que são reconhecidos por todos) muito diferentes das especificidades das culturas e comunidades tradicionais, e definidas pelos dispositivos reguladores do Estado de Direito.

A pré-modernidade tradicional, tinha como matriz de organização social a comunidade (grupos pequenos, pouca divisão social do trabalho, familiares, vizinhos, um sistema de crenças, valores morais comum e tradicional, etc.).

O processo rápido e traumático que provocou o deslocamento massivo das populações e o seu desenraizamento das formas de vida tradicionais, confrontou esses valores próprios da comunidade com os de uma “sociedade” em construção, diversa, com uma distribuição de riqueza e poder muito desigual, com outros papéis e funções sociais, com uma organização económica totalmente diferente, com o anonimato – incluindo o da vizinhança. Por sua vez, depois de uma guerra, da descolonização, da independência e de uma guerra civil que durou 30 anos, dificilmente o Estado de Angola se poderia organizar - com referência ao modelo das repúblicas populares de inspiração soviética, ou às democracias ocidentais.³²

32 LIBERATO, Ermelinda (2015), *O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois*, Mulemba [Online], 5 (10)

Acerca dos processos de urbanização em contexto capitalista, Ananya Roy dá-nos conta da situação dominante da urbanização nos países em vias de desenvolvimento – como a Índia, onde se registam profundas desigualdades e se acentuam os fenómenos de exclusão e pobreza dos grupos mais vulneráveis. A urbanização marginal que daí resulta gera redes informais de resistência comunitária e luta por inclusão que se traduzem pela formação de grandes extensões urbanas onde se reproduzem estratégias de organização de vida em comum inscritas na rotina do quotidiano. O mesmo se passa no mosaico urbano entre Lobito e Benguela. A “construção” do espaço público reflete essa situação.

O elemento quintal que se abordava, pode ser visto como uma interface onde se percebe bem a fragilidade da fronteira entre o espaço dito *privado e público*, num contexto onde estas duas categorias não são sempre mutuamente exclusivas, nem se definem (cada uma) de formas semelhantes. Esta indefinição/fragilidade replica-se noutras questões do urbano, e é relevante desmistificá-la, evitando um uso pré-concebido, genérico e irrefletido sobre o espaço público e o espaço privado e, ao contrário, perceber que aquilo que é público no espaço é algo que se vai tornando claro a partir das dinâmicas sociais que se foram normalizando durante o processo turbulento de ocupação do espaço, de construção e de organização de normas de vida em conjunto que definem hábitos e códigos de conduta (que nem todos aceitam e cumprem, claro).

Ao contrário do mapa de Roma, 1748, de Giambattista Nolli³³ (Ver, p.e. VERSTEGEN, Ian (2013) *Giambattista Nolli and Rome: Mapping the City before and after the Pianta Grande*. Roma: Studium Urbis - Centro ricerche topografica di Roma) onde a clareza da dicotomia público/privado nos é apresentada a preto e branco, isto é, segundo uma dicotomia simplificada e mutuamente exclusiva, a situação é bastante diferente nos bairros pobres de Angola, quer se trate da materialidade da questão – os muros, as passagens, as portas, a estacaria, etc. -, quer se trate das normas variáveis que regulam a permissão de passagem ou de permanência nos espaços que estão na zona mais ou menos indefinida daquilo que é inquestionavelmente privado, colectivo, partilhado por um grupo doméstico ou por quem quer que lá passe. A relação de posse e uso introduz ainda mais variações.

Aquilo que ditou a “falência dos animais” é afinal o dispositivo mais básico da vida em

33 VERSTEGEN, Ian (2013) *Giambattista Nolli and Rome: Mapping the City before and after the Pianta Grande*. Roma: Studium Urbis - Centro ricerche topografica di Roma

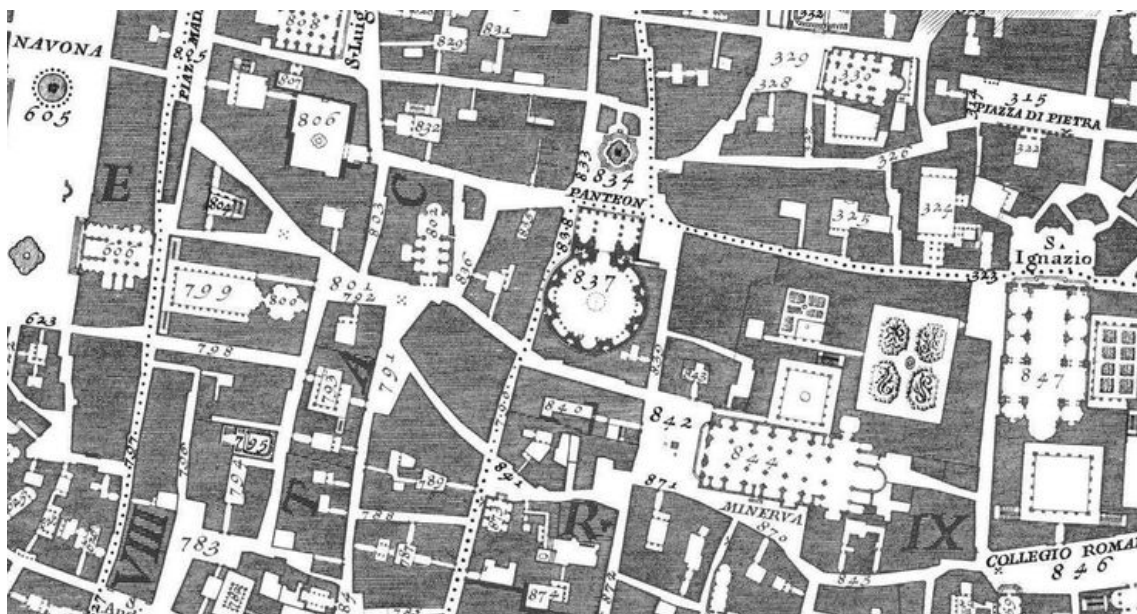


Figura 101: Pianta Grande di Roma, Nolli de Roma, 1748. A preto o dito espaço privado e a branco o dito espaço público.



Figura 102: Quintal “transparente” no bairro Damba Maria.

comum: a aceitação comum de regras de vida em conjunto e os modos de assegurar esse equilíbrio sempre frágil. As “coisas comuns”, os códigos de conduta, uma visão partilhada do mundo, a forma de identificar desvios, incumprimentos e abusos, tal como as punições, decorrem dessa dinâmica onde se inscreve o sentido mais claro da política: assegurar dispositivos de produção de consenso – o mais difícil –, ou de gestão de conflitos. Daí se irão configurando os modos de existência e de uso dos espaços públicos e colectivos.

Segundo a Constituição da República de Angola, 2010, Angola é um Estado Democrático de Direito:

Artigo 2.º (Estado Democrático de Direito)

“1. A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. 2. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efectivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e colectivas.”³⁴

Nos documentos da Comissão Europeia sobre aquilo que define o Estado de Direito, as questões fundamentais são idênticas:

“O Estado de direito é um princípio bem estabelecido. Embora os Estados-Membros tenham identidades e tradições nacionais diferentes, o significado fundamental do Estado de direito é o mesmo em todos eles e pode definir-se de acordo com seis princípios: legalidade, que implica um processo legislativo transparente, responsável, democrático e pluralista; segurança jurídica; proibição do exercício arbitrário do poder executivo; tutela jurisdicional efetiva por tribunais independentes e imparciais, com fiscalização jurisdicional efetiva, incluindo o respeito dos direitos fundamentais; separação de poderes; e igualdade perante a lei.”³⁵

³⁴ Constituição da República de Angola, 2010.

³⁵ In https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/upholding-rule-law/rule-law/what-rule-law_pt

Porque o Estado de Direito não abrange então todos? Em Angola a ausência ou a intermitência da presença do Estado e, ao mesmo tempo, as situações cruzadas onde se articulam agentes do Estado – município e comuna – com líderes locais mais ou menos legitimados como os sobas, torna tudo bastante mais opaco. A esta situação soma-se a prepotência e a impunidade de indivíduos com poder para se apropriarem de terras, vedarem e proibirem acessos e travessias.

Teresa Caldeira, já citada neste estudo, define estes processos como Urbanização Periférica:

*“Peripheral urbanization refers to modes of the production of space that (a) operate with a specific temporality and agency, (b) engage transversally with official logics, (c) generate new modes of politics, and (d) create highly unequal and heterogeneous cities. (...) peripheral urbanization not only produces heterogeneity within the city as it unfolds over time, but also varies considerably from one city to another. I build my arguments by juxtaposing dissimilar cases from a few cities in the global south. To focus on peripheral urbanization means simultaneously to de-center urban theory and to offer a bold characterization of modes of the production of space that are different from those that generated the cities of the North Atlantic.”*³⁶

Nos pontos seguintes desenvolveremos os modos de existência da produção e do uso do espaço público (ou colectivo) e de outros bens e serviços partilhados, como é o caso da água.

36 CALDEIRA, Teresa (2017), *Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south*. *Environment and Planning D: Society and Space* 2017, Vol. 35(1) 3-20.

Ver também., p.e. para o caso do Brasil, HOLSTON, James (2008), *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton:Princeton University Press.



Figura 103: Beco transitável no percurso do bairro.



Figura 104: O aspirante a professor Farias, em segundo plano a casa que o viu crescer.

[Redes transversais: Via pública e Água]

A materialização dos quintais tem influência na definição dos percursos pela (considerada) via pública no bairro da Damba Maria. A questão pode sugerir leituras consideravelmente diferentes entre espaços mais ou menos murados em consequência de decisões pessoais que condicionam a experiência coletiva. Tal experiência é reduzida ao resto do que não é quintal, e aparenta não seguir uma lógica de gestão que lhe atribua por exemplo códigos hierárquicos rígidos. Os mais amplos e movimentados eixos principais distribuem setores (equivalentes a quarteirões), mas no interior destes, o acesso filtra-se entre ruelas e becos que se podem reduzir à espessura do corpo humano. O estreitamento e indefinição de vias é um primeiro momento de filtragem em relação à exposição dos eixos mais movimentados e motorizados.

Neste sentido é difícil distinguir o ato da *passagem* e o da *invasão* do domínio privado, ou nos termos convencionais: os percursos pelo espaço público e, de forma abusiva, pelo privado. Mas esta convencionalidade seria muito discutível se, por exemplo, se tentasse atribuir a primeira condição – espaço público - ao “espaço sobranete entre quintais” -, o que ignoraria a maior parte da ambiguidade existente no que diz respeito às normas que regulam a passagem de pessoas e outras situações de uso público do espaço.

No quintal aberto de Farias - “aberto” pela ausência de portão na frente-rua do terreno -, existe uma travessia pedonal, um trilho quase invisível que corta ao meio a propriedade da família do recém-formado professor. Aquilo que começou por ser um atalho de uso ocasional entre *vizinhos* encorajou uma opção de rota preferencial por parte de um grupo mais alargado de utentes.

Este *corredor* afirma a distância entre a casa que viu Farias crescer e os anexos para onde veio recentemente a mudar-se, uma vez que Farias conseguiu a sua independência da família por ter já concluído 23 anos e ter conseguido um lugar como professor na escola junto à praia. Contudo Farias não participa da consensualidade do uso público da passagem e, por isso, vai reservando algum rendimento para encerrar o espaço do pátio que assim ganharia privacidade.

Essa ação obrigaria a passagem pública a ajustar-se e a encontrar novas rotas, mas o jovem morador garante que elas existem – onde couber o corpo é beco.



Figura 105: Um rapaz que não é morador no quintal de Joaquim, usufrui de uma torneira daquele quintal.



Figura 106: O que foi em tempos a vala (conduta de água) principal do Gama. Um autêntico *rio* de água corrente, naqueles anos.

Entretanto, não existem só desvantagens para a família. A passagem existente tem favorecido um negócio de venda de produtos agrícolas junto à casa, bem como a atividade de costura de uma tia que usa a sombra da árvore central, estrategicamente posicionada para evitar a exposição do Sol e maximizar a do negócio.

Um outro “tráfego” veio-se a estabelecer recentemente entre propriedades, replicando o movimento cruzado entre quintais. A rede de água canalizada proveniente da conduta Rio Catumbela - Rio Cavaco é já distribuída pela maioria destes quintais e concretiza-se no depósito de água e na torneira, à qual já a maioria dos moradores tem acesso. A torneira posiciona-se geralmente ao centro do pátio para servir as múltiplas casas do quintal, mas a questão não fica por aí.

A ambiência poética que Pepetela confere à familiaridade da “música das gotas de água na chapa do zinco” da sua casa, produz aqui um outro significado que extravasa as experiências sensoriais individuais: a melodia resultante do contacto do jorro da água no plástico das bacias é uma melodia de fundo frequentemente presente no processo de recolha dos relatos deste trabalho. Essa melodia conta uma outra história: a das visitas recorrentes que alimentam os movimentos de *vai-e-vem* de gente exterior ao quintal que, com total liberdade, passam a usufruir da água da torneira.

Este fenómeno requer o entendimento da evolução do acesso à água nos bairros. Com início na vala a céu aberto (com uma corrente que lhe garantia frescura, e talvez higiene), a água passou a ser posteriormente canalizada com pontos de bombeamento em locais de acesso comum (chafariz) e, a partir de 2020 à rede de canalização à escala doméstica, mas paga³⁷. Se antes a recolha de água da vala ou fontes comunitárias era um momento de convívio intenso protagonizado, maioritariamente pelo deslocamento coletivo (maioritariamente de mulheres e crianças) para o transporte das incontornáveis bacias, hoje, o fenómeno de distribuição de água, como um serviço público de distribuição ao nível dos núcleos domésticos, não deixa de ser também um indutor de aproximação entre quintais.

³⁷ Mensalidade que ronda 7500 Akz, equivalente a 7,50€.

A rede existe, mas não é garantidamente acessível: a impossibilidade de comprometimento com mais um encargo mensal obriga a que mesmo os que requisitaram a instalação da torneira, a tenham frequentemente bloqueada como resultado da fiscalização da EPASB (Empresa Pública de Águas e Saneamento de Benguela), por violação de prazos de pagamento. Um acordo informal surge assim entre os núcleos domésticos que passam a partilhar entre vizinhos o consumo da água.

O fenómeno designa-se por “*fazer sócia*” e introduz na relação entre vizinhos um compromisso de parceria. Aplica-se também às compras da cesta-básica – compra de bens alimentares essenciais como farinha, óleo, leite, arroz, feijão ou frango – ao associarem mais do que um agregado, permitem que estas sejam feitas por grosso e, por isso, mais em conta.

Ananya Roy usa com frequência a questão da distribuição de água nas grandes metrópoles indianas para explicar como é que da combinação entre a sub-infraestruturação e a privatização dos negócios da água, aquilo que deveria constituir um bem da maior importância e acessível a todos, se transforma num mecanismo de discriminação e de exclusão em bairros onde as situações de privação e escassez já são muitas e graves. Ao invés de ser um desvio ou contrapoder à acção (formal) do Estado, a “informalidade” é produzida pelo próprio Estado:

*“As informality is defined as an unregulated domain of activities, so it is often understood to be unplanned. In particular, the informal sector is seen to exist outside ‘institutionalized regulation’ and is subsequently imagined as extra-legal or para-legal or as a ‘shadow city’. Informality is thus viewed as the practices of the subaltern, a democracy ‘from below’. I argue that informality has to be understood not as a grassroots phenomenon, but rather as a feature of structures of power.”*³⁸

38 ROY, Ananya (2009), *Why India Cannot Plan Its Cities: Informality, Insurgence and the Idiom of Urbanization*. Planning Theory 8(1):76-87, p.84.

Reflexões sobre o “Público”:

Público, coletivo, partilha, comunidade, vizinhança...

Desde a sociabilidade da escala doméstica a outras escalas mais alargadas, o conceito de “público” e/ou de “colectivo” tem ganho, como vimos, contornos ambíguos na sua aplicabilidade no contexto urbano. Espaço Público Urbano enquanto categoria conceptual aplicável a espaços de propriedade, regulação e de uso públicos, está longe de ser um conceito claro, entre outras questões, porque:

1) O grau de acessibilidade a essas externalidades supostamente de acesso universal, está muito condicionado pelas desigualdades sociais que favorecem ou interditam o acesso às funcionalidades e comodidades que um tal espaço potencialmente oferece. Não é então uma característica exclusiva a uma determinada categoria de espaço físico que lhe atribua um estatuto claro, como se tem vindo a cristalizar. Também não está preestabelecido a determinado programa/equipamento. Esta discussão inconclusiva deve então ser deslocada para o modo como a variação do grau de acessibilidade tende a desfavorecer ainda mais os mais frágeis, sendo uma questão socio-política complexa que só pode ser lida no contexto.

2) “Público” não é uma condição exclusiva “à coisa”³⁹ gerida pelo Estado. Tal assunção excluiria todos os casos em que o uso público é permitido em espaços de posse e gestão privada – centros comerciais e lojas, por exemplo. Por outro lado, muitos bens e serviços formalmente detidos pelo Estado, podem ter sido, entretanto, concessionados a privados ou transformados em institutos públicos, situação que muda consideravelmente o grau de responsabilidade política do Estado, do governo e da administração públicas. Em tempos de neo-liberalismo e de suspeita de tudo aquilo que é público, a questão tem-se vindo a complicar.

3) Como já foi exemplificado, muitas questões aparentemente do domínio público são, efectivamente, do domínio colectivo. É o colectivo que, por associação de interessados e interesses, decide o modo de partilha, a regulação e a gestão de conflitos, com o conhecimento tácito do Estado através das administrações municipais e comunais.

³⁹ Rés-pública traduz-se do latim como “coisa-pública”.



Figura 107: Beco transitável no percurso do bairro Damba Maria.



Figura 108: O CyberNet KK, no bairro do Gama.

Esta situação pode interessar ao Estado que no pior dos cenários e com a intenção de favorecer interesses privados, pode expulsar populações de um determinado local sem lhes reconhecer todos os direitos próprios de um Estado de Direito.

Entender o que é público associa-se a questões não tão facilmente perceptíveis, óbvias, invariantes e genéricas. Público, tal como colectivo, depende sempre de uma equação política onde as partes em colaboração ou litígio – no limite, a sociedade, os cidadãos – estão em posição de força e de poder muito variável.

Como vimos, quer se trate de vias (as vias publicas ou as passagens pelos “quintais”), quer se trate da rede de água (desde o tempo da vala até à água da rede paga) “público/a” nunca é a mesma coisa. No “CyberNet JKK” paga-se uma tarifa horária para ter acesso à Internet. A grande maioria dos moradores do Gama, tal como noutros bairros pobres, não tem possibilidades de pagar saldo móvel todos os meses e assim está excluído de serviços que se tornaram hoje tão fundamentais em Angola como o *Whatsapp*, a rede com a qual tudo se trata, desde negócios informais de revenda, comunicações hospitalares...a regularização de seguros e até compra de passagens aéreas.



Figura 109,110,111: (De cima para baixo) Forno de lenha em adobe no quintal do Farias, atendimento à janela-balcão no exterior do quintal do Sr. Catumbela, horta no quintal de D. Maria (Gama).

2.2 Partilha de Sentimento

Num contexto de coexistência de uma actividade de negócios na esfera doméstica, o sentimento que fala mais alto é outro. Refere-se o uso alternativo da palavra sentimento (no sentido empregue no título do presente subcapítulo), que na gíria angolana, é utilizada para designar “dinheiro”, evocando a ideia de que este seja um dos meios capazes de tocar o coração de alguém.

Vemos que tanto o tema da circulação concentrada num ponto ou o próprio acesso à água no nosso quintal ou de outro, se transformam em processos de mercantilização de um bem ou serviço que antes era universal e gratuito.

Nos negócios comerciais é importantíssimo o local onde o estabelecimento se localiza. Quanto maior o fluxo de passagem, maior a possibilidade do passante se transformar num cliente. Trata-se de uma lógica contrária aos ideais de privacidade que se valorizam no imaginário doméstico, em que se privilegia uma menor exposição a favor de maior sentimento de segurança.

Os quintais assumem protagonizam também o papel de estabelecimentos informais de pontos de venda de proximidade, comercializando bens de produção doméstica ou ao retalho. São por isso o nível zero do consumo desta fatia maior e mais segregada da população. A materialização do quintal como parte integrante do que é o bairro, atribui-lhe uma visibilidade e, consequentemente, uma exposição. É, desde logo, uma oportunidade de explorar este contacto através do potencial espacial do mesmo em função do negócio.

A produção própria daquilo que é vendido é o método mais rendível desta dinâmica e passa pelo pão cozido em forno de adobe (do Farias), um lanche preparado e servido na hora pela janela-balcão da cozinha (do Daniel), cultivo próprio no quintal (do Faustino) ou terras agrícolas remotas (do Maximino). A localização destes locais/meios de produção não é exclusiva ao proprietário e, frequentemente, permite gestão/uso conjunto.



Figura 112: Fábrica caseira de produção de “capuca”, processo distribuído em 3 fases.



Figura 113: Sala de estar da Sr. Catumbela e D. Caimia, O estacionamento das motorizadas recuou para as divisões interiores para prevenir o roubo.

Estes dois negócios – fabrico de *capuca* e serviço de *moto-táxi* - foram uma aposta no quintal de D. Caimia Manuel e Sr. Catumbela. Um terceiro negócio, a cantina (figs 88 e 99, depósito de pão), tem duas faces “públicas”: uma janela-balcão para a rua e uma esplanada no interior do quintal.

A face que apresenta para a rua, permitiu, no mesmo gesto encerrar à visibilidade do interior doméstico e ao mesmo tempo abri-lo à exposição comercial. Com um pouco mais de investimento criou-se o depósito de pão e a cantina para fazer circular o kwanza no próprio *conforto* do lar. Era, este último, o objetivo principal do negócio, as casas de adobe foram lá atrás as primeiras a erguerem-se na envolvente e requerem hoje uma intervenção urgente e modo de a custear.

Um constante fluxo de pessoas protagoniza a dinâmica entre o, agora delimitado, interior e exterior do quintal. Se do lado de se fora adquirem produtos de forma rápida através da janela - como pão, doces, sabão, óleo alimentar, arroz, conservas - no interior do quintal serve-se, à esplanada, a *cuca* do fim da manhã com algum petisco rápido, normalmente *ginguba*. Aqui a disposição do sistema do negócio, garante discrição, uma característica valorizada entre a clientela, principalmente a que é atraída pela *capuca* do fim da tarde, bebida caseira, não consensual, cuja produção se desvenda ao fundo de um beco do quintal, lado a lado com a pocilga. Entende-se que se designe de *fábrica* o aparato que assegura as 3 fases da cozedura, fermentação e filtragem final da bebida destilada a partir do açúcar ou do caldo de cana.

Para maximizar os rendimentos, mas também a segurança, o quintal polivalente prescinde por enquanto da privacidade ou conforto. A exposição ampliada da propriedade tem motivado furtos noturnos frequentes de objetos do quintal e motorizadas, que recuam agora para as divisões interiores. Ali se manifesta o novo perímetro de sentimento de segurança quanto aos gatunos.



Figura 114: Legenda na foto.



Figura 115: O frente a frente da clínica e da casa atual do doutor (à direita). Ao fundo o portão de entrada.

Ainda no bairro do Gama, o quintal do Dr. Paulo Kassoma – um médico especializado em medicina tradicional –, desdobra-se em duas realidades, não tendo memória sem a dualidade de familiares e pacientes, ou casa da família e centro médico.

De resto a memória não falha ao doutor, um intelectual reconhecido no bairro ao qual chegou “na madrugada de quarta-feira de 19 de abril de 1994”, e por isso relata como ninguém a deslocação em grupo entre as aldeias interiores e as terras do litoral. Integrava um grupo de pessoas deslocadas provenientes de Chongorói, um município do interior de Benguela, de onde também é natural, submetendo-se a uma caminhada de 3 dias em caravana. A meio do caminho podiam optar entre três destinos - Cubal, Caimbambo ou Benguela, foi aqui que a existência de familiares em Benguela teve influência maior.

Hoje, a vida entre o interior e os bairros do litoral têm em comum o histórico de vida entre familiares, amigos e vizinhos, e o vínculo com a terra, com a produção agrícola nas terras de origem onde havia terrenos disponíveis para lavras. A existência de uma “cadeia migratória” significou para os deslocados uma facilidade de reorganização dos seus hábitos e de re-instalação num lugar e numa vida completamente novas.

Questionado sobre o processo de aquisição e evolução do seu quintal, o dr. Paulo não o desassocia do momento de ocupação coletiva daqueles terrenos. Como deslocados encontraram tendas numeradas “erguidas e distribuídas pelo governo” e foi assim a número 83 que ditou a posição daquela morada até aos dias de hoje. O abrigo veio a adquirir outras formas: um ano depois de intensa exposição ao sol, deram-se os primeiros sinais de cedência do tecido, tanto o da tenda como o urbano, e exigiu-se o primeiro ato de auto-construção naqueles terrenos: cabanas em capim (“não é pau-a-pique, é mesmo capim!”). Foi pouco mais tarde, que os primeiros meses chuvosos inviabilizavam esta técnica e em 1996 surgiam as primeiras casas em adobe no bairro Damba Maria - “O Homem muda de mentalidade, de estado, o seu ser”.

A evolução do bairro tem então as suas bases também na adaptação do lar às técnicas construtivas, desde um refúgio modular, até formas definitivas que passavam a definir conjuntos nucleares. Tempos incertos motivavam ajustes dos métodos construtivos, mas consolidava-se a sensação de posse dos espaços atribuídos, já com o fim da guerra civil à vista e a possibilidade de tornar definitiva a situação criada pelo desalojamento forçado.



Figura 116: As traseiras que reúnem os pacientes e o agraado doméstico.



Figura 117: Interior da clínica.

O centro médico tradicional do Dr. Paulo é o seu principal meio de rendimento desde que surgiu em 1999 e ditou a evolução do terreno até aos dias de hoje. Esta evolução engloba a construção de três novas casas que em momentos distintos, procuraram responder à necessidade de espaço para as atuais 20 pessoas do agregado doméstico. O proprietário vive hoje na casa mais recente, a quarta casa que habita em pouco mais de duas décadas, dentro do mesmo terreno, uma lógica de procura de conforto, conceito que define na “curiosidade do Homem de caçar aquilo que não lhe prejudica”.

Esta viagem enquadra um contexto atual da casa onde a atividade da cura é a principal fonte de rendimento que tem permitido este crescimento - “É a mãe das novas construções”, e assim se define a relação desta coexistência. Se por um lado o negócio participou no desenvolvimento de um núcleo familiar estável, também a influência contrária se verificou. “O Homem nasce pobre e morre rico. – Riqueza é formação, crescimento é formação de um homem novo”.

Estes fenómenos questionam a essência do espaço doméstico e aquilo que o caracteriza. Não se trata de uma forma estável e rigidificada de espaço, mas um processo de adaptações constantes à sensibilidade e resposta às necessidades de quem o habita (como já vimos) - dispor de uma base de vida e gerir recursos implicam a extensão do espaço doméstico à coexistência das bacias da última ida à água, os fios elétricos pendurados, a motorizada de um primo, a pocilga ou os tachos da cozinha. Em circunstâncias diferentes, a clínica, como a cantina, integram este mosaico de manifestações materiais de organização em família e em sociedade.

A fonte de rendimento não retira estatuto ao espaço nem isso está em causa, mas a este nível interfere inevitavelmente com as funcionalidades instaladas e outros graus de abertura ao mundo exterior.

Entre os residentes, ou entre vizinhos, redefinem-se níveis de conforto e intimidade, tal como de receio ou confrontação, que ganham sentido com o aumento dos conflitos e roubos. Aquilo que para a família é sinal de conforto – uma mesa e bancos no pátio, é-o também para os clientes.



Figura 118: Ruína em tijolo do antigo centro de moagem. Em evidência a proximidade da construção à estrada.



Figura 119: Postos de trabalho de Fernando e do seu mestre no atelier de costura.

Existe um estímulo empreendedor no ambiente de bairro, ao ponto de ultrapassar qualquer noção pré-concebida de funções exclusivas de determinados espaços. Os estabelecimentos dissolvem-se nas dinâmicas do quotidiano e disputam espaços comuns ou complementares da estrita domesticidade. Só uma visão rigidificada na ideia de especialização funcional e zonamento veria nestas situações algo de caótico ou disfuncional.

Na rua principal do Gama, uma construção em tijolo já em estado deteriorado comprova essa realidade de forma insólita. É uma das construções mais antigas do bairro, idade indefinida (pelo menos desde 1996), mas que toda a gente tem memória de existir, eventualmente o mais próximo a um monumento da história de ocupação daquele território por transportar consigo a referência à fábrica de tijolos que existiu na Catumbela. A ruína terá funcionado como moagem, uma solução ideal para moer a *fuba*⁴⁰ e uma alternativa à deslocação de 10 Km para a Catumbela. Quando a água da vala deixou de correr, o edifício perdeu função, foi desmantelado e passou a ser depósito do lixo até movimentos mais recentes.

A ruína foi suficiente para Fernando e a sua dedicação à costura das peças de roupa dos clientes. Aprendiz da arte, da qual aprendeu a gostar e a qual tem desenvolvido por intermédio do mestre, momentaneamente ausente. Ocupam uma das divisões traseiras desde que as obras de reabilitação por iniciativa própria o tornaram possível nos últimos 2 anos. Intervenções ao nível da limpeza do lixo e entulho, reboco das paredes, acerto de vãos e reposição do teto em chapa. Estas ações foram suficientes para prolongar o estado de ruína adaptado ao uso do espaço, mas não para dar uma nova vida à construção. O negócio está então entre o fim material e, como veremos, o renascimento espiritual, e assim tem testemunhado esta disputa renhida.

O fim ganha força quando do lado da parede fragilizada, se intensificam os tremores resultantes dos processos de metais em prensagem. Os sucateiros que ali encontraram o espaço laboral aproveitaram o chão nivelado e uma localização facilmente acessível às mercadorias para se instalarem do outro lado da divisória.

40 Fuba (do quimbundo fuba, “farinha”) é a farinha fina feita com milho ou arroz moído. Essencial na culinária angolana para o funge.

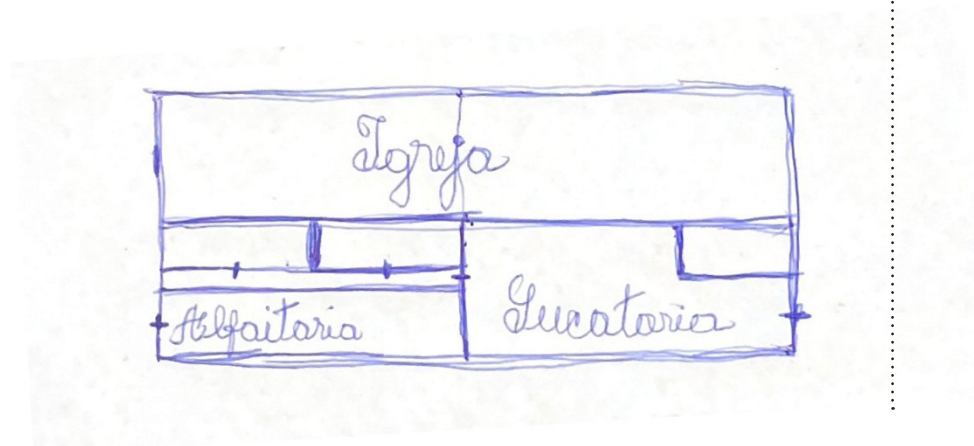


Figura 120: Esquema em planta da distribuição dos espaços na ruína, desenhado pelo Fernando “alfaiate”. À direita identifica-se a posição da rua asfaltada.



Figura 121: Igreja improvisada na ruína, ao fundo o altar.

Mas uma força maior minimiza preocupações com o fim material – a sucata e a ruína do edifício - e celebra o rejuvenescimento do negócio dos alfaiates, e a sua missão, desde o tratamento da matéria-prima, tecidos adquiridos nas praças, aos ajustes finais adaptados no manequim. Ao mesmo tempo, ganha forma a igreja, entre a ruína de tijolo, um acréscimo em cimento, e os tecidos que cobrem só parcialmente o teto de forma a garantir a transmissão da Mensagem.

A proximidade de cerimónias e cultos do alfaiate tem sido fundamental para estimular a salubridade do edifício e do negócio da costura que se especializa em indumentárias formais.

A morfologia da moagem foi então apropriada por programas distintos, mas que têm satisfeito as devidas funções. Há um entendimento entre as diferentes partes perante características funcionais a princípio incompatíveis desta simultaneidade.

A relação espontânea entre espaços e negócios, não vê obstáculos para atingir os fins, promovendo compatibilidades inesperadas. Descrevem-se fenómenos que desvinculam funções urbanas de quaisquer imagens pré-concebidas, em prol do seu uso acessível e exposição à oportunidade.

Funções diferentes apropriam um espaço comum, ultrapassando possíveis sobreposições de interesses ou situações potencialmente evasivas. Há uma coabitação bastante pacífica e diferentes formas de assegurar distintas funcionalidades e marcas simbólicas. Claro que esta combinação exige o consenso entre os diferentes utilizadores – podia haver uma crítica séria por quem achasse que a dignidade dos rituais da fé não podia estar encostada a uma sucata – e alguns pequenos ajustes arquitectónicos e construtivos. Exige-se, por isso, um consenso entre espaços, na sua dimensão mais doméstica ou comercial, ou mais ou menos viável estruturalmente, que replique o consenso entre utentes.

Estes exemplos relatam lógicas de produção e de consumo à escala micro da economia, mas que representam o maior impacto nas vidas humanas em questão. Despida de modernidade, enfrentam-se os desafios comuns ao contexto onde se insere, numa reinvenção constante a passo das transformações da sociedade.



Figura 122: Crianças no regresso da escola.

2.3 Espaços partilhados - modalidades de gestão e uso coletivo

A partilha do uso de espaços supõe graus de sociabilidade e de confiança elevados. Na sequência dos exemplos de partilha de espaços associados à residência, *aos quintais* e às relações de vizinhança, desenvolvem-se aqui exemplos de outras partilhas que se efetivam nos locais de origem de muitas famílias e vizinhos. A migração nem sempre significa que se tenham quebrado laços e vínculos com as sociedades/territórios de origem. Entre outras razões, a economia da escassez e os modos de urbanização a ela associados, exige que se combinem recursos espalhados por diferentes geografias de modo a conseguir outros rendimentos e bens de consumo corrente. A dicotomia convencional entre o rural e o urbano dilui-se, perdendo sentido e operacionalidade.

No que diz respeito aos padrões e dinâmicas de abastecimento de produtos alimentares, as terras de origem das migrações - frequentemente o Chongorói ou Biópio - surgem nos relatos dos diferentes testemunhos como peças fundamentais das estratégias de organização desse abastecimento. É pertinente recordar que a barragem hidroelétrica do Biópio no rio Catumbela foi construída em 1957 para, entre outras finalidades, suprir as necessidades de energia eléctrica da açucareira Cassequel na Catumbela.

A ligação mantém-se, sobretudo, porque se mantém a posse ou o direito de uso das “lavras” pertencentes aos indivíduos envolvidos ou porque, por razões de herança, essa situação se efectivou. Este sentido de pertença desenvolve-se a partir de processos complexos de acesso à propriedade cujas raízes remontam a dinâmicas pré-coloniais que regulavam o acesso individual ou colectivo à posse e/ou ao uso da terra.

Próximo dos novos assentamentos urbanos no mosaico Lobito-Benguela, também as margens do rio Catumbela abrem a possibilidade para pequenos cultivos que se têm vindo a densificar e a intensificar, envolvendo um número crescente de cultivadores interessados. Por pouco que seja, os produtos resultantes são importantes para colmatar dificuldades na obtenção de bens alimentares no mercado. No Chongorói, a cerca de 175 quilómetros de distância, ou no Biópio, a 50, a disponibilidade de maior área disponível de terreno reconhecidamente mais fértil, compensa a distância ao interior e justifica a ligação. As deslocações acompanham as épocas sazonais do cultivo, e hoje as rotas de autocarro regulares facilitam esta omnipresença, e o transporte de uma variedade de produtos alimentares suficiente para consumo, troca ou venda. A existência desta

alternativa neste contexto revela-se indispensável ao dia a dia da vida da população.

Caso distinto é o da produção agrícola junto às casas do bairro do Gama ou do Damba Maria. Quando a empresa de plantação de cana e de fabrico de açúcar Cassequel – Açucareira 1º de Maio depois da nacionalização - cessou a atividade dez anos depois da independência, houve distribuição de terras aos empregados da açucareira, junto com ocupações por parte de outras pessoas, os deslocados que iam chegando, outros particulares e empresas de forma mais ou menos abusiva, e o próprio Estado – o novo aeroporto Internacional da Catumbela situa-se justamente em terrenos da antiga açucareira.

“Antigos trabalhadores da açucareira 1 de Maio da Catumbela (antiga Cassequel), receberam como forma de compensação, na altura em que foi declarado o encerramento da empresa, parcelas de terra para exploração individual. Estas parcelas localizam-se nos antigos terrenos da açucareira.”

*“Depois de a vala de abastecimento de água à região ter sofrido a sua interrupção, os referidos terrenos deixaram de ter qualquer utilidade agrícola. Foi aí que os antigos trabalhadores decidiram iniciar um processo de legalização dos mesmos para outros fins, incluindo os habitacionais. Naquela altura, a Catumbela ainda fazia parte da divisão administrativa do município do Lobito.”*⁴¹ O processo foi turbulento, envolvendo militares e autoridades locais. Em 2007, um relato de um morador da Catumbela, afirma: *“(...) E por falar em alicerce, tu não vais acreditar. Não é que agora a pessoa dorme e, ao acordar, o terreno que era de todos no Bairro já pertence a um desses empresários “do tempo de paz”!? A moda é placas e estacas: isto pertence ao prato, aquilo pertence ao garfo, futuras instalações do abacate... enfim, uma salada russa! E lá vão, de chineses à mão, erguendo paredes que traziam na consciência, às vezes asfixiando a dignidade humana e valores antropológicos.”*⁴² Estas situações são bastante comuns no mosaico urbano Lobito-Benguela e, mais uma vez, refletem a mistura de processos e de agentes de regulação do mercado de solos e da construção, da apropriação indevida de terrenos e da simultaneidade de situações muito contrastadas.

41 <https://quintasdedebate.blogspot.com/2012/02/litigios-de-terras-na-catumbela.html>. Neste blog existe um depoimento de um residente explicando os conflitos associados à ocupação das terras. O depoimento data de 2012.

42 <https://angodebates.blogspot.com/2010/07/arquivo-2007-cronica-catumbela-ja-nao.html>

As dinâmicas de consumo de produtos agrícolas provenientes das lavras, remetem, pelo que foi dito, para processos de transformação dos terrenos que vieram a acolher os bairros, e que nomeadamente, participaram na sua origem.

Mais uma vez, e como já foi referido, é o mosaico de situações diversas e contraditórias que impera, ora reguladas pelo Estado central, regional, municipal ou comunal, ora dependente da acção de particulares detentores de poder e influência no partido do governo, no aparelho militar e outros departamentos governamentais. Do período de relações preferenciais com a China, ficaram também terrenos murados e estabelecimentos industriais – da pesca, aos cimentos e materiais de construção.

Uns beneficiavam de diferente atitude do Estado face às situações em presença, legitimando as ações de modo diferente, uma espécie de manta de retalhos que até hoje se vai resolvendo ou complicando consoante a entrada de dados novos, pessoas, instituições, interesses, que ilustram perfeitamente a dimensão política da construção do espaço.

O interesse estratégico desta pequena região – um porto de águas profundas, a linha de Benguela, o aeroporto internacional, a ligação viária a Luanda e ao interior, etc. – no quadro geoestratégico do agora denominado Corredor do Lobito - Angola, Zâmbia e República Democrática do Congo -, com o envolvimento ativo dos EUA e da União Europeia e no contexto do confronto com os interesses da China em África, nomeadamente nos minerais críticos para o fabrico de veículos elétricos e baterias.⁴³

Protagonizaram a destruição do Estado e identidades que administravam um sistema estruturado de produção agrícola naquela extensão imensa de terrenos, culminou num espaço aberto às práticas mais diversas de apropriação, que ao contrário das terras do interior rural, não são consensuais no seu destino.

O sr. Kamboa testemunhou este processo e dá conta da disputa popular pela ocupação prioritária das margens dos canais de transporte de água por serem os terrenos mais férteis – os canais remontam ao período de funcionamento da açucareira e respectiva plantação de cana.

43 Ver, por exemplo

https://www.youtube.com/watch?v=OJaz2a0zGRY&ab_channel=MINTRANStenders



Figura 123: Quintal de Kamboa, ao fundo a casa da segunda esposa.



Figura 124: Enquadramento frontal da vala que interseta à esquerda o quintal de Kamboa, de limite demarcado pelas palmeiras. Hoje protagoniza descampado utilizado para descargas de lixo e para necessidades fisiológicas, principalmente entre as crianças.

O sistema de canais ainda é visível no bairro e com o qual teve contacto direto a partir do terreno dos seus avós situado frente-a-frente com a vala principal, onde cresceu e mais tarde retornou até aos dias de hoje. Uma vala aberta a interpretações quase mitológicas, questionando que vento poderoso terá soprado mais tarde aquelas águas para longe, criando um caminho seco do qual ninguém tira qualquer proveito. Assim como não se sabe ao certo qual milagre ou maldição fez transformar, desta vez, a água em lixo, prejudicando os moradores na proximidade. A única história unânime entre os mais velhos é a que dá nome ao próprio bairro, o de uma mulher chamada Maria, que ao ali ter sido assassinada e enterrada, passou a ditar um marco de referência: Damba (“vala” em umbundo) Maria, e assim denominar o bairro.

Nos tempos em que a corrente de água circulava na Damba Maria, aquele quintal era como uma praia privada que promovia os banhos de felicidade do jovem Kamboa e até a pesca descomplicada que viria a ditar a sua ocupação profissional. Aquelas terras férteis, na rota da açucareira, tinham atraído os deslocados que encontravam ali condições privilegiadas: o cultivo de ginguba, cana, couve, repolho, batata, milho, mandioca, goiaba, coco, banana..., uma garantia de sustento da terra e a fartura de peixes e marisco do mar ali muito perto.

A maldição do lixo coincide com o declínio da fábrica após os anos da independência do país. Kamboa aproveitou nesses anos aquele terreno herdado para construir a sua primeira casa, uma base de família e que prevenia quaisquer tentativas de ocupação clandestina. Como autor desse plano, Kamboa refere que as memórias são a melhor qualidade daquele espaço, e até a disposição das novas construções imitaram as antigas até onde as circunstâncias do tempo o permitiram.

O exemplo faz parte de um relato maior sobre um momento chave na evolução urbana da região que deixa muito claras as consequências da falência do planeamento do solo e da própria ausência de gestão e de regulação segundo práticas e regulamentos claros, justos e a todos aplicáveis. É um momento com consequências para a evolução do processo urbano e da urbanização resultante e cada vez mais complexificada à medida que chegam novos atores e circunstâncias - pessoas, instituições, empresas, interesses – e se vai enredando a construção política do espaço, sem que se cuide de oferecer aos mais pobres – a maioria – as condições mínimas de vida.



Figura 125: Vista aérea do Bairro Damba Maria, desde o mar. Ao centro, a vala. Ao fundo, o início das arribas e o estádio.





Figura 126: Frente do bairro Damba Maria delimitada pelo muro, à esquerda. À direita o quintal de Tony, em proximidade da formação de uma concentração de lixo recente, em primeiro plano.



Figura 127: Tony, ex-segurança do Estado, é hoje o mister da equipa de futebol dos jovens do setor.

Décadas mais tarde do período intenso da urbanização, ainda têm lugar nestes mesmos terrenos conflitos de interesse com origem nesta transição abrupta do regime de propriedade.

Um muro de 5m de altura e extensão indefinida, afronta todo aquele setor do bairro Damba Maria, como um elemento desagregador que impede ao Tio Tony e seus vizinhos a proximidade e o acesso à via rápida, ao Estádio Nacional de Ombaka e à franja dos montes arenosos onde se podia ver o sol a nascer.

Desde a sua chegada integrando uma das caravanas migratória proveniente do interior, o ex-segurança do governo provincial foi aqui adquirindo (ocupando?) propriedades. Ao descrever as diferentes fases de evolução do quintal, o tio Tony associa a consolidação da atual disposição ao momento em que se atribuiu aos deslocados a posse dos terrenos que ocupavam, caso decidissem aí permanecer depois do fim da guerra. A partir daí surgiram casas mais definitivas de adobe alterando a paisagem do bairro e celebrando o sentimento de posse de propriedade que mais tarde veio a ser abalado.

Naquele tempo, usufruía de um “campo livre” que protagonizava aquela frente do bairro até ao asfalto. Livre, por ser acessível e permitir atalhos significativos, livre, por ser do Estado, ao mesmo tempo de todos e de ninguém, e livre, desimpedido de construções que lhe comprometessem um uso. Quando o “não sei lá o que se passou, foi mesmo só entre Eles” se sucedeu, aquela extensão de terreno foi privatizada e os interesses da população ameaçados. Consequentemente também o foram todas as condições de liberdade, das quais a última referida se materializou no muro que passou a vedar a circulação dos moradores próximos, mas até hoje insuficiente para justificar um uso ou propósito dessa apropriação.

Sucederam-se repercussões físicas e sociais. Para além do obstáculo à mobilidade, que obriga a contornar uma área considerável, aquele extremo do bairro desconectou-se das dinâmicas quotidianas que antes existiam, tornando-se num limite afastado. As marcas são visíveis pela forma como gradualmente a frente do quintal de Tony se foi transformando numa lixeira, onde se aproveita a noite para fazer queimadas. Mas o aumento da marginalidade, esse mais invisível, coloca o profissional de defesa do Estado em alerta.



Figura 128: Imagem aérea do Damba Maria. Em evidência o terreno em questão delimitado por altos muros que passam a delimitar também o bairro e restringir as suas acessibilidades. O campo de futebol à esquerda.



Figura 129: O campo de futebol do bairro Damba Maria.

Tony relata que não foi, no entanto, a concretização do muro, mas as intenções iniciais do novo proprietário, que mais desafiaram o sentido de pertença daqueles quintais aos respectivos moradores: o novo ocupante posicionou estacas a demarcar um perímetro para além das casas mais avançadas. Só a reação de entidades públicas e governo, envolvendo sobas e administração, travou a tentativa de deslocar aquela parte do bairro, exigindo a condição de serem garantidas soluções aos afetados - “O público é mais, o privado é menos. O público tem de se sentir à vontade. O privado tem de se sentir nos seus limites”. O morador que seria um dos diretamente lesados, não tem dúvidas quanto ao papel do público em salvaguardar os interesses da população.

Assim garantiu ainda o recuo do perímetro em causa e a passagem da rua que dá acesso aos quintais mais ao fundo, imprescindível à circulação de um veículo de emergência, por exemplo. Desafiado a estabelecer esta diferença, atribui ao seu quintal a mesma dimensão pública que à generalidade do bairro – “o Estado controla a organização da sua população”.

A elevação da linha do horizonte não dá aos moradores perspectivas melhores para os tempos vindouros, mas talvez tenha interessado para esconder, em perspectiva oposta, as condições precárias em que vivem.

Apesar de encostado a um canto, tio Tony não se deixa ficar fora do jogo social do bairro. Depois de um problema de saúde que o impossibilitou de acompanhar a exigência do trabalho, tem se dedicado a treinar uma equipa de futebol daquele setor do bairro.

O campeonato que conta com equipas com o nome de Benfica, Manchester, Bayer ou Real, é um evento com grande adesão que junta os populares aos domingos em redor do campo de terra batida do bairro. Este é um elemento particular que se replica pelos diferentes bairros, traduzindo a importância destes eventos. Durante a semana esta função ausenta-se do espaço, que, descaracterizado, se aproxima de uma praça transitável (a pessoas, animais e veículos) de localização geralmente central, mas ampla, delimitada pelas duas estruturas simbólicas da baliza. Tio Tony reencontrou ali o seu “campo livre” e assim divide estas duas perceções opostas de espaços partilhados no bairro.



Figura 130: Início do troço asfaltado que atravessa o Gama. Sentido N100 - bairro do Gama.

Um grupo de indivíduos (aparentemente acima dos pares humanos, e assim dando sentido às referências mitológicas), entidades e interesses ditou, e continua a ditar, as transformações destes terrenos, que ilustram esse momento na evolução da vala. Apropriam e disputam o território em prol de benefícios próprios que gerem à distância.

Falamos da ausência do Estado nos momentos pós-independência, protagonizados pela instabilidade dos conflitos armados e da colonização do Estado e da Administração por interesses privados. Depois da força do povo assegurar pouco mais do que a (sensação) de posse daqueles terrenos - não a infraestrutura, não a consideração - falamos da ausência de planos e melhoramentos em benefício da qualidade de vida e da emancipação de uma grande massa populacional onde se contam tantos jovens e crianças com os horizontes bastante comprometidos.

O interesse comum consuma-se numa miragem e é a população mais frágil a mais prejudicada dessa ausência. A vida dos moradores fica sujeita aos interesses que são estritamente económicos, é esse o critério de regulação de uma sociedade com estas características e circunstâncias.

As estratégias de auto-gestão são a única esperança, tanto na proximidade do quintal, na moeda de troca com o vizinho, na agitação do mar, na distância do município mais interior da província - regressamos à essência do ser humano.

Mais recentemente, no bairro do Gama, relatos de relações com promotores da construção de grandes estruturas revelam resultados distintos.

Há cerca de um ano que a extensão de cerca de 1km que conecta a zona industrial do Gama à EN100 foi asfaltada.

A iniciativa, alavancada por uma empresa que usufrui daquele eixo conector da N100 ao Polo Industrial do Gama, revolucionou a história recente da mobilidade na região, uma vez que originou uma condição pioneira entre os acessos dos bairros à N100, e por isso, absorve o movimento da envolvente que, a partir dali, encontra outras artérias secundárias. A nova situação levou ao crescimento direto do, já considerável, movimento de automóveis, motorizadas e peões que todos os dias atravessam o bairro.



Os *lotadores* veem assim a vida facilitada. Os jovens designados a lotar os lugares dos táxis nos pontos de recolha testemunham a valorização daquele entroncamento da Paragem do Gama, agora com a acumulação de passageiros que chegam e partem, beneficiando também o comércio ambulante. Para o bairro e os seus moradores, há uma melhoria na qualidade do ar pela diminuição do nível de poeira que se verificava no movimento de trânsito constante e o seu contacto com a anterior terra batida. Esta novidade tem sido apropriada pelos peões que recorrem agora a cerca de metade da faixa, grande parte estudantes que vêem finalmente a solução para manter a limpeza das batas brancas do uniforme.

Por fim, a estrada cumpre o objetivo para a fábrica chinesa de gesso que financiou a obra, para garantir a rapidez e qualidade de circulação que garante a conservação do estado da sua frota rodoviária.

Este caso é um observatório da importância e reflexo do bom estado das vias, há muito uma reivindicação dos diferentes setores da sociedade. A degradação das mesmas tem sido associada à desagregação social, barreira ao investimento e consequentemente ao desenvolvimento sustentável que permita criar postos de trabalho. A aproximação do bairro ao asfalto deverá ser um passo importante para a melhoria da qualidade de vida da população angolana.⁴⁴

Numa leitura mais geral, o tratamento da estrada é a constatação do impacto de políticas oportunas mínimas, como rapidamente comprovam grandes transformações, e se repercutem nos comportamentos humanos que, direta ou indiretamente, as usufruem.

Cada iniciativa individual ou coletiva de desenvolvimento é sinal de esperança entre indicadores alarmantes a perspectivas futuras. São urgentes corredores que unam a sociedade, conduzam a condições de bem-estar e às mesmas oportunidades para todos.

44 Sobre a qualidade das estradas, ver: <https://www.expansao.co.ao/opinioao/detalhe/o-impacto-das-estradas-na-sustentabilidade-da-economia-em-angola-59854.html>- tudo se move pelas estradas



Figura 132: Crianças do Gama brincam com trotinetes artesanais em cima da linha de caminho-de-ferro, a que protagoniza o projeto do Corredor do Lobito.

Epílogo

Neste ponto, mais do que elaborar conclusões definidas a partir da presente investigação, prefiro entender que se percorre um caminho para dar conta do ponto de situação do cenário urbano em estudo. Sobretudo propõe-se evidenciar aspetos das dinâmicas urbanas atuais que se definem em pontos essenciais.

- Estamos perante um processo, do qual se identificam episódios, uns de grande importância, e outros menos.

- Este processo é tendencialmente cíclico: aquilo que gerou a sua evolução no início do séc XX, motiva reação idêntica 100 anos depois. Hoje chama-se o Corredor do Lobito; no início era o Caminho de Ferro de Benguela. Em comum, o mesmo objectivo em resolver o transporte do minério de cobre da República Democrática do Congo (anteriormente, Congo Belga) para outros países. Antes, a Inglaterra, a economia mais poderosa do planeta; agora a disputa entre os EUA, a União Europeia e a China – nos dois casos, os interesses globais da economia capitalista.

- Da mesma forma, replicam-se as condições sociais de profunda desigualdade, praticamente nos mesmos espaços. No início do séc. XX jogavam-se interesses coloniais na economia extractivista – minerais e produtos agrícolas – e persistiam ainda formas de neo-escravatura e de exploração do trabalho indígena; hoje, cinquenta anos após a independência de Angola e trinta anos de guerra civil, reproduzem-se os mecanismos de geração da pobreza. A dualidade colonial / pós-colonial revela-se inadequada. O Estado falhou nas políticas sociais; os interesses privados ocuparam a máquina do governo e da administração, no desvio de recursos públicos; o investimento estrangeiro – a começar pela China -, replica dependências quase coloniais. Por essas razões, os assentamentos resultantes da economia da escassez e da urbanização da pobreza, ocupam a maior área do mosaico urbano Lobito/Benguela, alternando com infraestruturas especiais – aeroporto, porto, via rápida rodoviária, telecomunicações, etc. -, grandes empresas, terrenos cercados, estádio, prédios semi-acabados e/ou vazios, ou residências de luxo.

- As áreas de bairros de hoje afirmam-se como consequência das disputas macro à base da exclusão, sem prioridade das equações deste mosaico – são um bocado desvalorizado

sem muito a oferecer, pequeno, portanto, numa leitura de ambição e ganância - não se consideram parte da solução, mas o quase todo a longo prazo.

- Falamos de processos de urbanização típicos da Urbanização Planetária – a urbanização cujos processos e formas resultam do jogo de interesses que se articulam ao nível do capitalismo global. A extrema fragmentação e polarização, a mistura de materiais e formas urbanas muito distintas e dissonantes, não tem qualquer leitura ao nível daquilo que convencionalmente se chama a “cidade” e respectivas formas de problematização e de representação. A urbanização de Benguela foi apanhada na transição destas tendências no momento da descolonização/independência de Angola, mas a guerra que se seguiu e a turbulência da governação não garantiram a base infraestrutural e o planeamento mínimo exigidos para receber os fluxos de migração acelerados pela insegurança no país. Castro Rodrigues, o Arquiteto do Lobito atribui a este momento o “milagre da autoconstrução”; tal “milagre” terá sido partilhado entre as expectativas e as acções dos deslocados e uma estratégia pública sem políticas de financiamento à habitação, sem investimento na urbanização, e tentando evitar desastres humanitários.

Este é o ponto de partida que ditou a autonomia associada aos bairros ditos informais, com apoios intermitentes e muito insuficientes por parte do Estado, e que gerou dinâmicas de autogestão e padrões de relação social próprios.

Neste processo de urbanização que se desenvolve num mosaico indissociável dessas tensões e desigualdades, e com uma crescente influência da inserção da economia angolana nos interesses globais, os relatos e as histórias de vida são fundamentais para entender a situação.

Os relatos são imprescindíveis a esta bolha de perceções que facilmente a análise dos bairros transporta, sempre em função de outros fatores, de fora para dentro, e nunca no centro da questão, de dentro para fora.

Assim se entendem dinâmicas como a transcendência da casa na sua relação com as vicissitudes da vida e a evolução da família, mas também como projeção de um sonho difícil de concretizar. As implicações que surgem durante este processo, a dificuldade em concretizá-lo em plena economia de escassez, marcam o ritmo do bocado-bocado.

Nenhuma história é igual à outra, mas identificam-se temas comuns (falamos afinal da sociedade), desde uma terra comum de origem no interior, à partilha de espaços e redes que denunciam os níveis concretos de construção de coisas, funções, recursos e espaços públicos e/ou colectivos.

Todas estas componentes são partes integrantes de uma sucessão de gestos que concretizam o processo de vida em conjunto. Desconstruir estes temas desafiou-me a reinterpretar a minha percepção sobre o lugar que julgava conhecer e, assim, arrumar episódios da minha vida que estavam inconscientemente desarrumados. A minha história integra esta dinâmica. Localizei-me como parte integrante deste processo de urbanização, ponto de passagem de produtos e pessoas “via-Lobito”.

Voltar a Angola depois de um curso de Arquitetura e confrontar situações urbanas conhecidas com conhecimentos construídos ao longo do curso, faz-me refletir essencialmente sobre a arquitetura. Sobre conversas em que colegas me questionavam até que ponto as imagens das casas de adobe que lhes mostrava eram ou não arquitetura. Senti o afastamento da academia e das grandes referências que povoam os estudos em arquitetura que formam os futuros especialistas que, como eu, irão trabalhar em cenários urbanos cada vez mais polarizados, com gravíssimos problemas como a habitação, e onde não se veem soluções à vista.

A investigação que deu origem a este trabalho foi uma verdadeira lição de arquitetura na sua expressão mais genuína e crua, resultante das relações que se estabelecem com a vida e a que entende e permite entender melhor o lugar.

Quanto ao arquiteto, esse agente interdisciplinar, entre o espaço e a vida, cabe-lhe questionar as circunstâncias em que esta relação, de uma ou outra parte, pode ser mais sensível.

FIM

Referências bibliográficas:

AKITA, Shigeru (ed.). (2002). *Gentlemanly Capitalism, Imperialism, and Global History*. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

ANDRADE, Thaís Helena P. F. Freire de. (2022). *Arquitetura sem Arquitetos: (Sobre) viver na cidade da Praia* (Dissertação de Mestrado). Porto: FAUP. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/146087>

ARAVENA, Alejandro. (2016). Discurso no Prémio Pritzker 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/786280/discurso-de-alejandro-aravena-no-premio-pritzker-2016>

BACHELARD, Gaston. (1957). *La poétique de l'espace*. Paris: PUF.
— (2000). *A poética do espaço* (trad. de Maria da Graça Rocha). São Paulo: Martins Fontes.

BARROS, Augusto. (1912). *Monographia da Catumbella*. Lisboa: Typographia Universal.

BRENNER, Neil & SCHMID, Christian. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19. <https://doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>

CALDEIRA, Teresa. (2017). Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, 35(1), 3–20.

CHOAY, Françoise. (1996). *A alegoria do património* (trad. Pedro Maia Soares). Lisboa: Edições 70.

CRAVEIRO, Francisco. (2021). *Informalidade e resistência: A partir da agência da Iniciativa Outros Bairros em Mindelo, Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado). Porto: FAUP.

DAVIS, Mike. (2006). *Planeta favela* (trad. Daniel Pavan). São Paulo: Boitempo Editorial.

DOMINGUES, Álvaro & FERNANDES, Ana Silva. (2015). A urbanização da pobreza – formação académica e consciência social. Estudo Prévio, CEACTION/UAL. Disponível em: www.estudoprevio.net

DOMINGUES, Álvaro & GODINHO, André. (2022). Geografias da urbanização planetária. e-cadernos CES, 36, publicado online a 2 de maio 2022.

ESTEVEES, Emmanuel. (2000). O Caminho-de-Ferro de Benguela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902–1952). *Africana Studia*, 3. Porto: FLUP.

ECO, Umberto. (1989). *Obra aberta: Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas* (trad. Ana Maria Chiarini). Lisboa: Presença.

FERREIRA, José Manuel A. (1961). A electrificação da região do Centro-Oeste de Angola e o aproveitamento hidroelétrico de Lomaum (rio Catumbela). *Revista Electricidade*, 22.

FLORES, Nuno. (2024). *Relacionalidade e território – Políticas possíveis para a urbanização em Cabo Verde* (Tese de Doutoramento, policopiada). Porto: ESBAP.

FONTE, Manuela. (2007). *Urbanismo e arquitetura em Angola: De Norton de Matos à Revolução* (Tese de Doutoramento). UTL–FA.

FOUCAULT, Michel. (2002). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas* (trad. Salma Tannus Muchail). Lisboa: Edições 70.

GEDDES, Patrick. (1915). *Cities in evolution: An introduction to the town planning movement and to the study of civics*. London: Williams & Norgate.

DEMOS HELSINKI / UNDP. (2024). *Urban Development Beyond Growth*.

HOLSTON, James. (2013). *Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

LEFEBVRE, Henri. (1968 / 2011). O direito à cidade (trad. Rubens Eduardo Frias, 5.^a ed.). São Paulo: Centauro.

LEFEBVRE, Henri. (1992). *Rythmanalysis: Space, time and everyday life*. Trad. de Stuart Elden & Gerald Moore. London: Continuum.

LEFEBVRE, Henri. (1974 / 1991). A produção do espaço (trad. Doralice F. D. Ribeiro). São Paulo: Editora Perspectiva.

LIBERATO, Ermelinda. (2015). O antes, o agora e o depois: Angola 40 anos depois. Mulemba [Online].

MOASSAB, Andrea. (2013). Globalização, neocolonização e urbanização em África. Buala – Cultura Africana Contemporânea. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/cidade/globalizacao-neocolonizacao-e-urbanizacao-em-africa>

ONDJAKI. (2012). Os transparentes (4.^a ed.). Lisboa: Caminho.

OKYERE, Seth Asare & KITA, Michihiro. (2015). Rethinking urban informality and informal settlements growth in urban Africa: A literature discussion. *Journal of Sustainable Development in Africa*.

PEPETELA. (2009). O planalto e a estepe. Lisboa: Dom Quixote.

PORTAS, Nuno. (2007). A cidade como arquitectura: Apontamentos de método e crítica (2.^a ed. fac-símile). Lisboa: Livros Horizonte.

ROLNIK, Raquel. (2022). O planeamento da desigualdade. São Paulo: Editora Fósforo.

ROY, Ananya. (2005). Urban Informality: Toward an epistemology of planning. *Journal of the American Planning Association*.

ROY, Ananya. (2009). Why India cannot plan its cities: Informality, insurgence and the idiom of urbanization. *Planning Theory*.

ROY, Ananya & ONG, Aihwa (eds.). (2012). *Worlding Cities: Asian experiments and the art of being global*. Oxford: Wiley-Blackwell.

SCHMID, Christian & STREULE, Monika (eds.). (2023). *Vocabularies for an Urbanising Planet: Theory Building through Comparison*.

SIMMEL, Georg. (1950). *Adornment*. In: *The Sociology of Georg Simmel* (trans. Kurt H. Wolff). New York: The Free Press.

STATHAM, John Charles Baron. (1922). *Through Angola, a coming colony*. Citado em: Pedro Lopes de Almeida (2018). *The Past Is a Foreign Photo: Image and Travel Writing in the Benguela Railway, Angola, 1920–1930*. *E-Journal of Portuguese History*.

TURNER, John F. C. (1976). *By People: Towards Autonomy in Building Environments*. London: Marion Boyars.

TRILLING, James. (2001). *The Language of Ornament*. London: Thames & Hudson.

VENTURI, Robert. (1977). *Complexidade e contradição na arquitetura* (trad. Fernando Távora). Lisboa: Edições 70.

VILLONA de R.; LEITE, C.; RAPOSO, I. (1994). *Casas de sonhos*. Lisboa: Edições Salamandra.

WACHSMUTH, David (2014) *City as Ideology: Reconciling the Explosion of the City Form with the Tenacity of the City Concept* David Wachsmuth david.wachsmuth@nyu.edu
View all authors and affiliations Volume 32, Issue 1

Créditos das Imagens:

Fig.0 - Álvaro Domingues

Fig.1- Google Earth Pro, produzido pelo autor

Fig.2- Álvaro Domingues

Fig.3- (Autor desconhecido) in <https://www.publico.pt/2015/05/03/culturaipsilon/noticia/morreu-o-arquitecto-francisco-castro-rodrigues-que-desenhou-o-lobito-como-cidade-moderna-1694419>

Fig.4- (Autor desconhecido) in <https://afmata-tropicalia.blogspot.com/2013/01/historia-breve-da-cidade-do-lobito.html>

Fig.5- <https://www.colecoesfundacaoedp.edp.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?skey=480CE5B4103F4011A59F016D55D52D2D&doc=163302&img=161455>

Fig.6- DA SILVA, Alexandre (2014) *Os taludes na região envolvente da Barragem do Biópio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Geociências (dissertação de mestrado em Geociências, policopiado).

Fig.7- Caricatura de Edward Sambourne no jornal humorístico *Punch*. in https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rhodes_Colossus_Punch_1892.jpg

Fig.8- *Africa Railways*

Fig.9- *Africa Railways*

Fig.10- Fundação Mário Soares; Casa Comum/ Documentos Bernardino Machado.

Fig. 11- *African Railways*

Fig.12,13- <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/benguela-lobito/>

Fig.14- <https://www.spglobal.com/commodity-insights/en/news-research/latest-news/metals/042924-duelling-rail-projects-hint-at-intensifying-contest-for-africas-critical-minerals>

Fig.15-18 - John Charles Baron Statham (1922), *Through Angola, a coming colony*. Edinburgh : W. Blackwood & Sons

Fig.19: (desconhecido) in <https://www.facebook.com/photo/?fbid=967265362237915&set=a.232491793835559>

Fig.20-26 - in John Charles Baron Statham (1922), *Through Angola, a coming colony*. Edinburgh : W. Blackwood & Sons Fig.17- Fotografia da autora

Fig.27- in Revista *Brasil-Portugal*, n. 278, 1910.

Fig.28- in *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*, n.1576, 1953.

Fig.29- in <https://afmata-tropicalia.blogspot.com/2013/01/historia-breve-da-cidade-do-lobito.html>

Fig.30- in Jeremy Ball (2006) “I escaped in a coffin”. Remembering Angolan Forced Labor from the 1940’. *Cadernos de Estudos Africanos* 9/10, p.5.

Fig.31- in Fátima Miranda M. do Amaral (2019), *Sociedade Agrícola do Incomati – uma produtora de açúcar do universo Espírito Santo no último período do Estado Novo*, op.cit.

Fig.32- Desconhecido, Facebook

Fig.33- in José Manuel A. Ferreira (1961) A Electrificação da Região do Centro-Oeste de Angola e o aproveitamento hidroeléctrico de Lomaum (rio Catumbela). Lisboa: Revista Electricidade, nº22, pp. -150167

Fig.34- in <https://afmata-tropicalia.blogspot.com/2013/01/historia-breve-da-cidade-do-lobito.html>

Fig.35- Produzido pelo autor

Fig.36- Nuno Flores

Fig.37- John Charles Baron Statham (1922), *Through Angola, a coming colony*. Edinburgh : W. Blackwood & Sons

Fig.38- Álvaro Domingues

Fig.39- <https://afmata-tropicalia.blogspot.com/2013/01/historia-breve-da-cidade-do-lobito.html>

Fig.40- Álvaro Domingues

Fig.41- <https://afmata-tropicalia.blogspot.com/2013/01/historia-breve-da-cidade-do-lobito.html>

Fig.42- Nuno Flores

Fig.43- Nuno Flores

Fig.44- Nuno Flores

Fig.45- Facebook

Fig.46- Álvaro Domingues

Fig.47- SCHMID, C., & STREULE, M. (Eds.) (2023). *Vocabularies for an urbanising planet: Theory building through comparison*. Birkhäuser.

Fig.48- Álvaro Domingues
Fig.49- Nuno Flores
Fig.50- Nuno Flores
Fig.51- Álvaro Domingues
Fig.52- Produção do autor
Fig.53- Álvaro Domingues
Fig.54- Álvaro Domingues
Fig.55- Álvaro Domingues
Fig.56- Produção do autor
Fig.57- Produção do autor
Fig.58- Álvaro Domingues
Fig.59- Nuno Flores
Fig.60- Produção do autor
Fig.61- Fotografia do autor
Fig.62- Fotografia do autor
Fig.63- Produção do autor
Fig.64- Fotografia do autor
Fig.65- Álvaro Domingues
Fig.66- Álvaro Domingues
Fig.67- Fotografia do autor
Fig.68- Fotografia do autor
Fig.69- Fotografia do autor
Fig.70- Fotografia do autor
Fig.71- Fotografia do autor
Fig.72- Fotografia do autor
Fig.73- Fotografia do autor
Fig.74- Fotografia do autor
Fig.75- Fotografia do autor
Fig.76- Fotografia do autor
Fig.77- Fotografia do autor

Fig.78- Fotografia do autor
Fig.79- Fotografia do autor
Fig.80- Fotografia do autor
Fig.81- Fotografia do autor
Fig.82- LÉVI-STRAUSS, Claude (1962), O
Pensamento Selvagem, ed. Papyrus
Fig.83- Fotografia do autor
Fig.84- Fotografia do autor
Fig.85- Fotografia do autor
Fig.86- Fotografia do autor
Fig.87- Fotografia do autor
Fig.88- Fotografia do autor
Fig.89- Fotografia do autor
Fig.90- Fotografia do autor
Fig.91- Fotografia do autor
Fig.92- Fotografia do autor
Fig.93- Fotografia do autor
Fig.94- Fotografia do autor
Fig.95- Fotografia do autor
Fig.96- Fotografia do autor
Fig.97- Álvaro Domingues
Fig.98- Produzido por Faustino
Fig.99- Fotografia do autor
Fig.100- Produzido pelo autor
Fig.101- Pianta Grande di Roma, Nolli de
Roma, 1748.
Fig.102- Fotografia do autor
Fig.103- Fotografia do autor
Fig.104- Fotografia do autor
Fig.105- Fotografia do autor

Fig.106- Álvaro Domingues
Fig.107- Fotografia do autor
Fig.108- Fotografia do autor
Fig.109- Fotografia do autor
Fig.110- Fotografia do autor
Fig.112- Fotografia do autor
Fig.113- Fotografia do autor
Fig.114- Fotografia do autor
Fig.115- Fotografia do autor
Fig.116- Fotografia do autor
Fig.117- Fotografia do autor
Fig.118 - Fotografia do autor
Fig.119- Fotografia do autor
Fig.120- Produzido por Fernando
Fig.121- Fotografia do autor
Fig.122- Nuno Flores
Fig.123- Fotografia do autor
Fig.124- Fotografia do autor
Fig.125- Nuno Flores
Fig.126- Fotografia do autor
Fig.127- Fotografia do autor
Fig.128 - Produzido pelo autor
Fig.129- Fotografia do autor
Fig.130- Fotografia do autor
Fig.131- Nuno Flores
Fig.132- Álvaro Domingues

